

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência pública	Nº: 0197/00	DATA: 28/03/00
INÍCIO: 14h27min	TÉRMINO: 19h58min	DURAÇÃO: 4h43min
PÁGINAS: 128	QUARTOS: 58	
REVISORES: CLÁUDIA CASTRO, CONCEIÇÃO, DÉBORA, LIA, MÁRCIA		
CONCATENAÇÃO: AMANDA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
JORGE ROBERTO PAGURA - Secretário de Saúde do Município de São Paulo. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA - Médico. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR - Chefe de Gabinete do Secretário de Saúde do Município de São Paulo. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS - Médico.		
SUMÁRIO: Tomada de depoimento.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> . Há palavras ininteligíveis. Há palavras inaudíveis. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há oradores não identificados. A reunião é suspensa e reaberta duas vezes. FIR(?) - pág. 14 Vicente Nissei(?) - pág. 34 Hussein Hassam Iaktini(?) - pág. 115 Não foi possível conferir a grafia correta das palavras acima citadas.		

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 42ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópia da ata 41 a todos os membros desta Comissão, indago sobre a necessidade da sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pedida a dispensa pelo nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, ela está em discussão. *(Pausa.)* Como ninguém quer discuti-la, está em votação. Os que concordarem, permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada. Eu...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem a fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, na semana passada, V.Exa., respondendo a uma questão de ordem minha, anteriormente apresentada pelo Deputado Geraldo Magela, no sentido de desconvocação de três pessoas que iriam depor, na quinta-feira, a respeito da questão da Ata, V.Exa. entendeu que a gente deveria suspender os depoimentos até a gente avançar os nossos trabalhos e, posteriormente, começarmos a convocação. E o Relator, inclusive, concordou com essa posição de que nós haveríamos de avançar um pouco os trabalhos, e nós já estamos no final do mês de março — é a última semana —, temos apenas o mês de abril, e, se convocarmos um, sem convocar os outros, pareceremos que estamos defendendo este ou aquele laboratório. Estranhamente, eu fui informado pela Secretaria da Mesa que tem convocação pra quinta-feira. Então, a decisão de V.Exa., na terça-feira passada, ela é diferente daquela que foi tomada, ou qual é a posição de V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Não é diferente. Na semana que passou, nós tínhamos muita gente, e o... É absolutamente verdade. E eu suspendi a convocação de três, de três, até porque havia um equívoco. O requerimento do nobre Deputado Geraldo Magela era no sentido de que se convocasse os Presidentes. E a convocação era dos participantes da reunião da Ata. Então, eu suspendi, e estou propondo para convocar, na quinta-feira, o

presidente de duas dessas empresas e, provavelmente, de uma terceira, entendeu? Duas multinacionais e uma terceira. A convocação, a suspensão que se desejava, e este era o sentido, era no sentido de que se não ouvisse naquela hora, pra fazer a reunião interna. Como essas reuniões internas estão sendo feitas, e desencadeou-se o processo, não há por que não fazer as convocações já decididas, a menos que esta Comissão decida não mais convocar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, não só o Deputado Geraldo Magela, como o Deputado Robson Tuma também fez uma avaliação, dizendo que nós deveríamos, pelo menos, receber todos os documentos de bancos. Depois de analisarmos os documentos, começarmos as convocações. O Sr. Relator, inclusive, também encaminhou nesse sentido. Não foi esse o entendimento que prevaleceu na decisão de V.Exa. Se V.Exa. pegar a nota taquigráfica... V.Exa. entendeu nesse sentido, que nós iríamos, primeiro, avançar nos trabalhos. O Deputado Robson Tuma ainda falou que havia necessidade de chegar mais documentos de quebra de sigilos, pra depois a gente começar a fazer a convocação. Isso, V.Exa... Exatamente...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas não os...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Inclusive, V.Exa. disse que, oportunamente, iria estabelecer a pauta de convocações. É só V.Exa. dar uma olhada na nota taquigráfica. Foi isso que V.Exa. decidiu naquele dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu estou propondo a convocação desses laboratórios para quinta-feira. Estou propondo, porque há uma decisão. Me pareceu importante. Ou, então, eu vou propor a convocação do pessoal identificado com a indústria, como matéria-prima pra remédios, proposta da Deputada Vanessa. O que nós temos que fazer é trabalhar quinta-feira. Nós temos pouco prazo. A menos que haja uma proposta que se queira ouvir os laboratórios internacionais. Se é isto que está se propondo, então, nós podemos fazer.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A proposta, não conhece, Sr. Presidente. A proposta foi o seguinte: que nós deveríamos, pelo menos, levantar os dados, acolher os dados, ter prova e, depois, começar a chamar. E V.Exa. concordou com isso. Estranhamente, o senhor tá convocando os mesmos que tinham sido desconvidados. Então, eu não tô entendendo a posição. A não ser que

alguma outra reunião interna, da qual eu não tenha participado, e que não tem poder deliberativo, tenha decidido isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu acho que... O senhor disse que tem um requerimento da Deputada Vanessa, no sentido de convocar os fabricantes dos insumos. Eu acho que, pra atender aos anseios do Deputado Arnaldo Faria de Sá, e outros que se manifestaram naquele dia, naquele momento, inclusive eu, que a tese é de que, sim, nós queremos ouvir não os vinte e um, mas cinquenta presidentes de empresa. Porém, em relação a esses vinte e um, nós queremos ouvi-los posterior à chegada de todos os sigilos que nós quebramos, a fim de que nós possamos ouvi-los já com os devidos cruzamentos que nós, inclusive, estamos aguardando, não só a chegada do documento, mas até a vinda da assessoria, que o senhor tanto tem se preocupado, para que nos ajude com essa, com a busca desses dados e dessas informações, para que nós possamos inquiri-los. Então, eu acho que a questão levantada pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá é extremamente oportuna, e nós poderíamos substituir, na quinta-feira, os presidentes dos laboratórios, se V.Exa. assim concordar, que foram convocados, para um dia posterior, assim que nós tivermos os cruzamentos, e poderia ser chamado, então, os presidente das empresas que fornecem insumos para elaboração desses medicamentos, porque esses nós não fizemos nenhuma quebra de sigilo. Então, os dados que já se encontram na CPI são suficientes para que os Parlamentares possam inquiri-los. Obrigado, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, eu compactuo com a idéia e com o procedimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, e sugeriria a V.Exa., se fosse o caso, colocasse em votação a propositura dele, novamente, no sentido de a gente, na quinta-feira, fazermos um trabalho de análise dessas documentações. Se não der na quinta, faremos na terça, na quarta da outra semana...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer a V.Exa...

(Não identificado) - ... até a gente poder ter documentos probatórios pra questionar os laboratórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Diante da manifesta incapacidade dos Srs. Deputados de inquirir os laboratórios, eu vou convocar, vou desconvocar e vou convocar os... Agora, quero advertir os Srs. Deputados de que esses cruzamentos são trabalhos morosos. Espero que esta não seja uma forma de não ouvi-los. Eu vou colocá-los, decidir, a menos que se vote em contrário. A questão está decidida. Sobre esta matéria não há mais questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, dois pontos.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem do Deputado Robson, se não for sobre a matéria.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só dois pontos, Sr. Presidente. A incapacidade dos Parlamentares por falta de dados que ainda virão, é bom deixar isso claro, primeiro. segundo, eu acho que V.Exa., quando mandou ofício ao Banco Central, determinou uma data específica. Daquela data específica, V.Exa., eu acho, pode contar duas semanas e já marcar as datas. Ou seja, nós todos teremos, aqui, duas semanas pra fazer o cruzamento desses dados. Se os bancos não mandarem, ou se os Parlamentares, em tendo o documento, não quiserem examinar, é outra data. Então, para que não fique aqui a impressão de que nós não queremos ouvi-los, eu acho que V.Exa. podia marcar, da data fim do recebimento dos documentos que V.Exa. deu ao Banco Central, duas semanas, e já fica a data marcada.

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, eu queria compreensão. Nós temos quatro depoimentos, temos Ordem do Dia, já deferi o requerimento, tá decidida a matéria.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu respeito a decisão de V.Exa., só que seria desnecessário o comentário que V.Exa. fez.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. permite um esclarecimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Rapidamente, eu queria, para efeito, falta tão pouco tempo, e todos nós estamos preocupados com isso. Essa Relatoria já iniciou uma diligência, desde ontem, junto ao representante oficial do Governo brasileiro, junto ao MERCOSUL, em razão da denúncia feita, essa semana, pela revista **Época**, de maquiagens de medicamentos que estariam chegando ao Brasil. O Embaixador Botafogo, que é o representante do Presidente da República junto ao MERCOSUL, ele terá a melhor boa vontade de prestar depoimento a essa CPI. E já que nós vamos trazer o seu Nelson Brasil, que é objeto do requerimento, se não me engano, da Deputada Vanessa Grazziotin, que é justamente quem levantou essa questão, eu sugeriria, de uma maneira, se for possível aprovar sem maior contestação, que também fosse convidado o Embaixador Botafogo, porque nós faríamos uma mesa, onde poderíamos ter, inclusive, informações sobre um tema comercial internacional que envolve o MERCOSUL, pra que a Comissão fique orientada, realmente, da realidade dessa denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu sugiro ao Sr. Relator que, na forma do procedimento, proceda à coisa. Agora, o requerimento que eu falei, da Deputada Vanessa, não era com o sentido das matérias-primas do MERCOSUL, e sim da produção de matérias-primas no País.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sim, Presidente, mas ocorre...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Entendeu?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - ... ocorre, Presidente, que é produção de fármacos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, então...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O Sr. Nelson Brasil tá envolvido nisso, que é o Presidente da entidade. E é ele quem deu as informações pra revista **Época**, para a denúncia que foi feita. Então, eu achava que, de toda forma, tinha uma relação de...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. me proponha por escrito, então, pra que... Eu vou...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - E, se aprovar (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Eu penso que V.Exa. deixou bem claro. Quando nós estivermos com os documentos, capazes de fazermos as

interrogações aos laboratórios de marca, os multinacionais, faríamos a sua convocação. É bom que fique isso bem claro. Como na próxima quinta-feira nós vamos ter, digamos assim, uma lacuna, já que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu vou preencher essa lacuna...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Então, essa lacuna será preenchida...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vou preencher essa lacuna.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - ... com o requerimento da nossa nobre Deputada Vanessa Grazziotin. Então, encerrado este tema, já que nós vamos ter, hoje, várias audiências, era bom que nós prosseguíssemos a nossa sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou aguardar o requerimento. Considero a sugestão, se der pra encaixar, do Relator, aprovada, e vou examinar essa matéria.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - V.Exa. me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu acho que não há problema nenhum quando da vinda não só do representante da ABIFINA, mas da ABIQUIF, também, de que o problema relativo ao MERCOSUL seja abordado, porque eles aqui virão para discutir a política industrial, e discutir a política de insumos. Obviamente, entra a questão de importação, via MERCOSUL, e tudo mais, que é um problema gravíssimo, ao qual essa CPI tem que começar a...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Que não são a mesma coisa. Elas podem se ligar, mas não são a mesma coisa. Então, não tem problema.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Havendo necessidade, reconvocaremos, depois, pra continuidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Tudo bem. Não são a mesma coisa. É claro que não são a mesma coisa. O requerimento de V.Exa. não tem nada a ver com isso. É um acréscimo que está se colocando, com uma concordância. Feitos os esclarecimentos, passamos ao que nos interessa para o dia de hoje. Eu queria, aliás, noticiar aos Srs. Deputados que estou fazendo distribuir uma relação de noventa e um documentos recebidos por esta Comissão,

entre os quais, quatro ofícios do Banco Central, encaminhando dados referentes à quebra de sigilo fiscal, os quais estão à disposição dos Srs. Deputados. Aliás, todos estão, mas, esses, para consulta. Esta reunião foi convocada para tomar depoimento dos senhores Dr. Jorge Pagura, Secretário Municipal de Saúde de São Paulo; Dr. César Castanho, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde; Dr. Antônio Vicente Zambon Delamanha; e Dr. João Nelson Giusti de Freitas. Convido as pessoas citadas...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... a tomar assento à Mesa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Questão de ordem, Sr. Presidente. .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Para questão de ordem, tem V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, levanto a questão de ordem no sentido de requerer a V.Exa., se assim entender, que os depoimentos fossem dados separados, e que cada um dos depoentes não ouvisse, e que ninguém que tivesse acesso ao depoimento anterior pudesse ter acesso ao depoente posterior, para que, eventualmente, se existisse algum tipo de contradição, nós, inclusive, pudéssemos fazer uma acareação entre eles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu consulto a Comissão sobre isso. Só queria ponderar que, se nós fizermos isso, nós, ouvindo cada um inquirido, nós não temos como terminar os trabalhos, provavelmente, hoje.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. permite um...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Para conciliar a proposta do Deputado Robson Tuma, eu acho que podia se colher o depoimento isoladamente, depois os quatro sentavam aqui, para serem inquiridos. Um não ouvia a palavra inicial, e, depois, os quatro seriam inquiridos. Eu acho que isso resolvia.

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - Quando há o processo da acareação todos ficam juntos, doutor? Não há impedimento nenhum que eles venham, os quatro, aí. (*Ininteligível.*) entraram em contradição. Nós vamos apurar até o fim.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sim, a proposta de V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu coloco pra...



**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A proposta do Relator é que eles falem os vinte minutos separadamente, cada um deles, e, depois, se juntem os quatro, para as perguntas. Aí, se um deles não quiser fazer nenhuma questão importante, é exatamente dar a oportunidade para que os Parlamentares perguntem alguns aspectos dirigidos, e que se dê, obviamente, a direção da contradição.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O importante não é o que eles vão dizer. São as possíveis contradições que possam ocorrer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu...

**O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES** - O importante é o questionamento entre as contradições que já estão colocando na imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos adotar a fórmula do Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Os que estiverem de acordo... Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Eu estou de acordo com a forma do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, os que estiverem de acordo com o Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Os que estiverem de acordo com a proposta do Deputado Robson Tuma, levantem-se. *(Pausa.)* Então, convido o...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu me levanto sozinho, mas consciente de que seria a melhor forma, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu respeito a opinião de V.Exa., e de todos os Srs. Deputados, e ato, aqui, o burro à vontade do dono, de vez em quando. *(Riso.)* Com a palavra... E convido, então, os Srs. César Castanho, Antônio Vicente Zambon e João Nelson Giusti, que, por gentileza, acompanhem o secretário, os funcionários desta CPI, e permaneçam numa sala ao lado, enquanto convido o Dr. Jorge Pagura para que tome assento à mesa. *(Pausa.)* O Dr. Jorge Pagura se faz assistir pelo seu assessor, Dr. Tales Castelo Branco. Dr. Jorge Pagura, é hábito desta Comissão ouvir o depoente por vinte minutos. Não é obrigado a falar os vinte minutos, pode falar menos. Se absolutamente necessária, a Comissão considera a idéia da prorrogação. Agora, como ficou deliberado, depois os Srs. Deputados terão tempo pra questionamento. Como V.Exa. já assinou,

depõe na condição de testemunha. Como V.Exa. já assinou o termo, peço apenas que leia o compromisso, que é esta parte final aqui, já assinada por V.Exa.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu faço, sob a palavra de honra, promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Jorge Roberto Pagura, por vinte minutos.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Boa-tarde. Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos, Deputado Nelson Marchezan, Exmo. Sr. Deputado Ney Lopes, Relator dessa Comissão, em nome dos quais cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes. Não há nenhuma dúvida que eu sempre tive vontade de participar da Comissão de Medicamentos, como Secretário Municipal da Saúde de São Paulo, Comissão que vem fazendo um trabalho extremamente sério e procurando caminhos pra que a gente possa baratear, controlar e servir melhor a nossa população. Confesso que não esperava estar presente dessa maneira, é, como testemunha de uma série de colocações infundadas, mas, de qualquer forma, tratando-se de um fórum extremamente competente, específico, sem nenhuma participação nos problemas de ordem política ou eleitoral, tenho o maior prazer de estar aqui e prestar os esclarecimentos sobre o modelo de saúde de São Paulo, sobre as colocações realmente que vierem a ser feitas. Acho que alguns de vocês me conhecem, sou um neurocirurgião. Nunca, V.Exas. devem... alguns me conhecem, nunca havia participado antes de nenhum cargo público, político. Sou funcionário do INAMPS por concurso. Hoje estou com licença sem vencimentos, por força da minha atuação frente à Secretaria Municipal de Saúde, mas nunca antes havia participado de nenhum partido político e de nenhuma atividade pública desta ordem. De repente, fui convocado — e isso deve ter acontecido com a maioria de V.Exas., o destino faz com que isto aconteça —, fui convocado pelo Sr. Prefeito de São Paulo, Celso Pitta, pra prestar a minha colaboração, dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Confesso que ponderei muito, porque tinha, naquela ocasião, como tenho ainda, uma fase bastante boa da minha vida profissional, uma fase que não deixei de exercer. Sacrifiquei, sim, a minha atividade profissional, onde sou professor titular de Neurologia e Neurocirurgia de uma faculdade, sacrifiquei a minha atividade física e familiar, mas tinha que manter, entre o meu trabalho, entre a Secretária Municipal de Saúde e a minha profissão, minha profissão que continua, e hoje se vê misturada,

infelizmente, com uma série de situações que eu, fora do mundo político, realmente não estava acostumado a viver. Passo à mão do Sr. Relator, pra que depois possa passar aos Parlamentares, um currículo breve da nossa vida exclusivamente profissional, e não pública. Quando fui chamado (*tosse*) — peço desculpas, que ainda venho de uma faringite; vou procurar aí não atrapalhar o depoimento com a tosse —, quando resolvi assumir a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, eu encarei o processo da mesma forma como encaminho todos os meus pacientes: tirar a história, realizar os exames, com o exame clínico, os exames complementares, fazer o diagnóstico e iniciar o tratamento, dentro de uma modificação que se fazia necessária e era objeto já da conversa inicial entre nós e o próprio Prefeito do Município de São Paulo. Havia a fase de estudo, e havia a fase de modificação, dentro de um projeto novo, que havia sido colocado em 1995, e que, por problemas de implantação, problemas de ordem política, acabou realmente sendo um projeto extremamente polêmico. Eu mesmo, quando assumi a Secretaria da Saúde, fiquei meio confuso quando as notícias de jornal davam que assumiu o Secretário do PAS, modelo até então vigente na sua plenitude. Não conseguia entender o que era realmente o PAS, o que era a Secretaria Municipal da Saúde. Então, acho que esta explicação, pra que norteie inclusive as perguntas futuras, e que a gente possa discutir uma série de colocações que estão sendo feitas, ela se faz necessária, e eu pediria, portanto, essa atenção. Em 1995, a Lei Municipal institui o Plano de Atendimento à Saúde e prevê um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e as cooperativas. Neste plano, nessas cooperativas, não havia, pra que se fizessem as compras, a necessidade da licitação pela chamada inviabilidade de computação, constada no art. 25, (*ininteligível*) 8, da Lei 8.666/93. Após a instituição do modelo PAS, é estabelecido um termo de convênio e regulamento de serviço do repasse de recurso da Prefeitura Municipal de São Paulo às cooperativas, que teriam um plano de aplicação, que deveriam cumprir rigorosamente, e que todos os gastos, a nível de compras de medicamento, de materiais médico-hospitalares ficariam à disposição ou ficariam realmente delegados às cooperativas. As cooperativas de trabalho é uma pessoa jurídica de direito privado, e sendo uma sociedade de natureza civil sem fins lucrativos. Por isso, a cooperativa é uma pessoa jurídica reconhecida por lei, como sujeito de direitos e obrigações, podendo assumir compromisso na ordem civil e representado em juízo, ativa e passivamente, pelos seus representantes legais designados em

seus estatutos. Isso consta do art. 17 do Código Civil. Gostaria de passar ao Sr. Presidente o documento de organograma da Secretaria, da lei de criação do PAS, do termo de convênio do PAS com as cooperativas, decreto da criação dos quatorze módulos das cooperativas e o regulamento de serviços dessas cooperativas, pra que, posteriormente, o senhor possa encaminhar aos Parlamentares desta Comissão. As cooperativas, elas têm uma estrutura própria. Têm um conselho administrativo, uma diretoria executiva, um conselho fiscal. E consta de seu trabalho e consta do termo de convênio a necessidade da utilização de uma auditoria externa, pra que faça a avaliação de todos os cursos, enfim, de toda a parte contábil das cooperativas. A partir daí, ela passa, com o seu plano de aplicação, num conselho de gestão, constituído por nove elementos, cinco da Secretaria, quatro das próprias cooperativas e do controle social. E passa pela controladoria do nosso sistema, mas tem uma vida completamente autônoma, em relação à compra de materiais e medicamentos, que é o caso. Passaria também ao Sr. Presidente a composição e competência do conselho de gestão, o estatuto das cooperativas, o plano executivo das cooperativas do PAS e a própria lei das cooperativas. Numa determinada ocasião, foi alegada a inconstitucionalidade do Plano de Atendimento à Saúde, e o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo acabou julgando improcedente, por ação, por unanimidade, a ação direta de inconstitucionalidade, isso em 1997. Passo também ao Sr. Presidente o acórdão do Tribunal de Justiça, mostrando a legalidade, o acórdão do Tribunal de Justiça, mostrando a constitucionalidade realmente do ato de criação, ato este que precedeu a nossa gestão. Quando assumimos, como disse, a Secretaria Municipal de Saúde, notamos que havia o modelo PAS. Ele era um modelo que praticamente tomava conta de praticamente toda a Secretaria. Havia uma confusão nesse sentido. (*Ininteligível.*) um modelo de gestão e um sistema de saúde. Ele era um modelo de gestão — um modelo de gestão —, a lei de criação, acabei de declinar, que transferia praticamente a entidades privadas, formadas por ex-funcionários, praticamente a maioria das atividades de saúde do Município de São Paulo. Ficavam ainda a outra parte da estrutura: as administrações regionais de saúde, por onde se realizavam os programas de saúde do Ministério, da Organização Mundial de Saúde. Então, se criou, dentro dessa Secretaria, dois tipos de procedimentos: um procedimento de ordem direta, da Secretaria, que eu vou fazer a citação, mais tarde, de como funciona; e outro, um procedimento indireto, de repasse, através da

lei, dos termos de convênio, com autonomia total da cooperativas, sem nenhuma interferência direta da Secretaria na sua atividade de prestação de serviços e de aquisição de medicação. Tinha, sim, a Secretaria, como tem, a capacidade de fazer cumprir os programas de saúde da Organização Mundial de Saúde, do Ministério da Saúde e da Secretaria do Estado, enfim, do Município. Tem a Secretaria Municipal da Saúde, que toma conta do seu atendimento, e está sendo efetuado, mas não tem interferência direta em nenhum setor de compra de uma empresa privada, que é o caso, ou administrativo, porque ela tem a sua estrutura própria. Como tem a sua estrutura própria, tem também os seus direitos próprios, mas tem os seus deveres e tem as suas responsabilidades também nessa situação. Mas nós vimos que precisávamos modificar. Como eu disse, tiramos a história, vimos que havia uma... A participação realmente era difícil em relação a dirigir quatorze cooperativas, que tinham antes um gerenciamento externo e que, no decorrer do processo, acabaram sendo realmente tirado esse gerenciamento externo. Nós vamos comentar um pouquinho mais pra frente. Então, qual foi a nossa primeira noção, e que trabalhamos nisso até o final? Era um modelo novo, um modelo que precisava ser reestudado. E coube a nós, na época que assumimos, em 1998, a proceder esse estudo. Esse estudo era previsto, quando foram instituídas as cooperativas, pra que ele fosse feito **a posteriori** pelo Secretário. A primeira coisa que nós introduzimos, passo também ao Sr. Presidente, foi uma ordem de serviços, para que se fizesse o inventário patrimonial de todas as coope... de todos os equipamentos fornecidos pela Secretaria Municipal da Saúde às cooperativas no seu termo de convênio. Sempre partindo essa Secretaria em busca da controlabilidade, em busca da maior clareza possível. Então, passo também ao Sr. Presidente uma das nossas primeiras noções, que foi colocar as Administrações Regionais de Saúde para fazer o levantamento patrimonial de todo o patrimônio da Secretaria Municipal que tenha sido por convênio colocado à disposição das cooperativas. Não há nenhuma dúvida de que o modelo cooperativado mostrou um aumento do seu atendimento. E quando se fala em atendimento em São Paulo, eu gostaria de dar os números de 99, atualmente, numa média mensal de atendimento ambulatorial de 480 mil e 900 pessoas. No atendimento de urgência e emergência, da ordem de 500 mil pessoas. Numa média mensal de 9 mil e 745 internações. Uma média mensal de atos cirúrgicos de 2 mil e 600 atos cirúrgicos, e 2 mil e 890 partos, dando um total ambulatorial anual da ordem de 5 milhões e 700 mil atendimentos, 6 milhões, acima

de 6 milhões de atendimento de urgência-emergência, acima de 116 mil internações, acima de 31 mil atos cirúrgicos e acima de 34 mil partos. Esta é a realização, a estatística de 1999. Levamos a nossa gestão sempre na iniciativa de dois tipos de perseguição: uma, em relação à melhora da qualidade do doente; e uma em relação à otimização de recursos. Fizemos uma série de atividades dentro da Secretaria Municipal da Saúde, inclusive, realmente, um grande programa de vacinação de idosos, que começou na Secretaria Municipal da Saúde, onde vacinamos 600 mil idosos acima de 60 anos, pioneira, e hoje difundida, com o programa do Ministério. Passo ao Sr. Presidente o relatório do que nós fizemos nesses dois anos. Como disse a V.Exas., algumas coisas precisavam começar a ser reestudadas. Reativamos o Conselho Municipal de Saúde, existente por decreto, garantindo a sua paridade e o seu controle social, e começamos a iniciar o processo de municipalização de São Paulo. Tentávamos, como chegamos a esse nível, de reduzir o modelo cooperativado, abrir as portas dos Municípios de São Paulo ao SUS, portas essas que estavam fechadas, para que fosse implantada, dentro do Município de São Paulo, primeiro a gestão do plano de atendimento básico, para depois passarmos à gestão plena do sistema. Tudo isso também visava a que, com os programas do Ministério, uma dos nossos enfoques, que nós vamos colocar um pouco mais tarde, seria a participação no Programa Dose Certa, para garantir o aporte, à Secretária Municipal da Saúde, de medicamentos vindos da área federal, visto que desde que foi instituído o Sistema PAS todo o modelo cooperativado foi custeado única e exclusivamente pela Prefeitura, que passou a não receber, pra isso, nenhuma verba do Governo Federal. Então, quando se fala de cooperativa, são entidades, com convênio com a Prefeitura, que não receberam nenhuma verba advinda do Ministério da Saúde. Passo à mão do Sr. Presidente a nossa reativação do Conselho Municipal de Saúde. Isto tudo visava colocar o controle social, abrir a Secretaria Municipal da Saúde que tinha a... a.... a... o... o nome de estar fechada realmente para os programas do Ministério. E reabrimos, da forma mais democrática possível, sem ter nunca a esconder, em relação a nossa gestão. Partimos, então, para um estudo do processo de municipalização. Sabíamos que o Secretário... sabíamos que o impacto de uma, da municipalização, numa cidade de São Paulo, com esses números, com os números de habitantes, provocaria um transtorno orçamentário bastante grande. Então, São Paulo não poderia ser municipalizado de uma hora pra outra. Acertamos um acordo

pré-municipalização com o Estado, para que partíssemos para a municipalização progressiva. E fomos, como vou demonstrar, começando a retomar uma série de unidades básicas, antes em poder do modelo cooperativado, para que pudéssemos participar dos programas de Governo, pudéssemos receber verbas e, digo mais ainda, principalmente, participar do Programa Dose Certa. Passo também ao Sr. Presidente documentos, aqui, do processo de municipalização. Embora o termo de convênio não me obrigue, além da estrutura convencional das cooperativas, que têm estrutura administrativa própria, conselho fiscal próprio, auditoria própria, um conselho de gestão, usei um artifício que me daria maior tranquilidade pra avaliação de tudo o que acontecia, em termos contábeis, dentro da Secretaria Municipal de Saúde. E contratei uma empresa externa, a FIPECAFI, ligada, se não me engano, à FIR(?), mas é a FIPECAFI, é realmente uma empresa de auditoria, pra que fizesse o pente-fino de todas as contas das cooperativas. Vejam bem: isto era uma prerrogativa que o Secretário poderia ou não utilizar. O Secretário utilizou, pra garantir a transparência de todas as contas, da revisão das contas de cooperativas privadas, que já vinham com o laudo de conselho fiscal, que já vinham com o laudo de auditorias independentes e que passavam pelo conselho de gestão. Todas essas contas foram e estão sendo revisadas. Passo ao Sr. Presidente o contrato, renovação de contrato, que encontrei realmente vencido, da FIPECAFI, em relação às auditorias dos procedimentos. Participaram também deste tipo de avaliação toda a nossa estrutura de planejamento, e chegamos à conclusão que, mesmo não tendo extremos direitos de controle, em relação a cooperativas que são entidades privadas, deveríamos, para garantir a transparência...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O tempo de V.Exa. está esgotado.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu pediria pelo menos mais dez minutos, se eu pudesse, porque é extremamente importante, Sr. Presidente, para chegar... Eu vou um pouco mais rápido, para que V.Exas. percebam qual foi a postura do Secretário Municipal da Saúde até chegar onde chegamos. Prometo ser um pouco mais rápido. Peço o obséquio da cessão desse tempo que V.Exa. *(ininteligível)*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Exatamente. Eu vou dar então dez minutos, com a concordância do Deputado, mas peço a V.Exa. que, por favor, também se pronuncie sobre as razões da convocação de V.Exa., no que

seria de maior interesse. Mas V.Exa. pode fazer o uso do tempo da forma que quiser. É um direito seu. Tem dez minutos V.Exa.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Obrigado. Bom, então, o que é que nós fizemos então? Vou ser um pouco mais rápido. Contratamos a Fundação Getúlio Vargas que, junto com a PRODAM — Companhia de Processamento de Dados —, instituiu o chamado Sistema Integrado de Gestão de Saúde, um sistema pré-auditado, aonde qualquer compra de medicamentos, esse sistema já está em execu... já está praticamente em funcionamento, onde qualquer compra da cooperativa, ela tem que passar direto para cada uma dessas controladorias e, **on line**, se este preço de medicação exceder ao preço mínimo, ao preço máximo estabelecido, ou a quantidade preconizada, diretamente, por **e-mail**, é colocado a uma dessas controladorias. Esse sistema, inclusive, realmente ele é motivo de uma apresentação que vai ser feita no próximo fim de semana, em Seattle, na Conferência da Microsoft, pela sua extrema importância em relação ao gerenciamento de saúde. Precisávamos mudar. Reagrupamos os módulos em quatro. Transformamos quatorze módulos em quatro. Pusemos atrás de cada um desses módulos uma controladoria. Foi criado o Sistema Integrado Municipal de Saúde, onde reformatada toda essa situação. Criamos... fizemos o novo termo de convênio, onde fizemos constar essas controladorias que não constavam do termo de convênio inicial, visto porque se tratava de uma interferência da Secretaria em entidades cooperativadas, com a sua legislação própria. Mas, mesmo assim, pra garantir a transparência, fizemos a colocação desta... da... da... do... deste... dessas controladorias o nosso regulamento de serviço. Fizemos os decretos de retomadas de unidades. Mais de 100 unidades. Já estão quarenta unidades retomadas e 100 unidades devem ir, nos próximos meses, indo para a... as... para o programa de pré-municipalização. Retornamos funcionários afastados que não haviam aderido ao plano PAS. Fizemos o planejamento de todas essas retomadas e introdu... e entramos com um pleito de gestão junto à Secretaria de Estado da Saúde e à comissão bipartite, pra participar dos programas em relação ao SUS. Vou passar um novo regulamento de serviço, todas mudanças que mostram como a Secretaria agiu, pra garantir a transparência e pra garantir exatamente toda a demonstração e toda a discussão, no momento que se quisesse, em relação, no caso, a compra de medicamentos. Eu vou passar todos esses dados. Aqui está, inclusive, a regulamentação do Hospital do Servidor Público Municipal, e vou entrar,



decididamente, em relação ao que foi colocado. Em nenhum momento a Secretaria Municipal da Saúde tem interferência nas compras do modelo cooperativado. Nas suas compras próprias, também vou passar ao Sr. Presidente. Todas as compras feitas pela Secretaria Municipal da Saúde são feitas baseadas nas leis de licitação e nas tomadas de preço, feitas por estruturas independentes... Desculpe. Feito por estruturas da própria Secretaria Municipal de Saúde. Com todo o procedimento licitatório, de acordo com a Lei 883... 866/93, modificada pelas Leis 8.883/94 e 9.032/98. Então, nós vivemos dois tipos de colocação, já que eu não tenho esse tempo. Um, são os medicamentos comprados pela Secretaria Municipal de Saúde, que se baseiam, como eu disse, em procedimentos de leis de licitação, tomadas de preços e atas de RP, e todos esses documentos estão aqui na nossa mão, pra que a gente passe ao Sr. Presidente da Comissão. E outro: um modelo cooperativado, que nós enxugamos, pra que tenhamos mais controle, mas cuja a influência da Secretaria, para compras, é zero. Não há influência da Secretaria Municipal de Saúde na compra do modelo cooperativado. Como eu disse, tem sua estrutura própria, e a Secretaria, com a criação de quatro módulos, quatro controladorias, um sistema **on line**, realmente, que é o de maior controlabilidade já colocado, que, volto a dizer, fui obrigado a colocar no novo regulamento de serviço, faz a Secretaria, além da competência que o termo de convênio inicial determinado. Então, não pode, o Secretário Municipal da Saúde, que abre o controle social, que parte pra toda a situação de controlabilidade, que faz hoje um sistema que é quase que um sistema chamado de... de dedo-duro, porque se comprou assim, mas aparece uma tarja vermelha na tela de quem está comprando, e eu não posso proibir a compra, porque é uma cooperativa, mas imediatamente, por **e-mail**, vai à Secretaria. Pra vocês verem como é difícil esse tipo de controle, mas partiu o Secretário pra todo esse tipo, partiu a Secretaria pra esse tipo de procedimento. Então, o Secretário não participa de compras nem da própria Secretaria. Existem os órgãos orçamentários que são responsáveis por isto, mas, de qualquer forma, a Secretaria se faz por licitação. Nas cooperativas, sem nenhuma interferência, a compra se faz através da pesquisa de mercado e da lei de mercado. O que nós tentamos fazer, durante toda a nossa gestão, foi partirmos pra três pontos: um, um aumento da transparência — e, isto, estou à disposição, dentro de todas essas medidas tomadas; segundo, uma ida à abertura de portas pro Sistema Único de Saúde, principalmente para podermos receber os Programas Dose Certa, pra

distribuição de medicação; e, terceiro, realmente reformatar, como reformatamos, e entrar num projeto de municipalização progressivo e irreversível, que foi instalado com a nossa Conferência Municipal de Saúde e a eleição do Conselho Municipal de Saúde com um regimento, aliás, com um decreto de lei, mais democrático de todos os conselhos municipais de saúde existentes em nosso País. Então, não pode, uma Secretaria que tem todos os seus cuidados e que sempre apurou qualquer denúncia que chegou a esta Secretária... Nenhuma denúncia que chegou oficialmente a essa Secretaria deixou de ter o seu trâmite normal, fosse ela com intervenções, com a instalação de comissões de averiguação, comissões de sindicância e envio a Ministério Público, envio à PROCED, que é a Diretoria de Procedimentos Disciplinares da Secretaria Municipal da Saúde. Então, não pode uma Secretaria, que sempre quando soube de alguma distorção apurou tudo, realmente sofrer as acusações que está sofrendo, realmente dentro de uma situação que... é... é... peculiar, que todos os senhores já tomaram conhecimento. Venho aqui hoje, e era importante que eu fizesse este preâmbulo, pra se entender qual é a participação de um Secretário, que tenta fazer com que as ações de saúde e os programas de saúde sejam cumpridos, que melhora a sua condição de controlabilidade dentro da sua possibilidade e dentro da sua legalidade, que abre toda a Secretaria a um Conselho Municipal de Saúde democrático, do controle social, realmente receber uma série de acusações injustas, sem comprovação absolutamente, e que nós vamos estar decididamente tranquilos quanto a qualquer tipo de apuração. Volto a dizer, Sr. Presidente, a apresentação de uma nota ou outra, com eventual superfaturamento, se tivesse chegado ao Secretário na época adequada, mesmo porque ainda não recebi oficialmente nenhum desses documentos... Todo o meu conhecimento é através de jornais, mas mesmo assim já introduzimos uma comissão pra apuração daquelas denúncias, porque se trata realmente de um dever de denunciar, e aquele que tem a denúncia, e não apura, é conivente. Isto nunca aconteceu com a Secretaria Municipal da Saúde. Então, volto a dizer da nossa pequena ou nula interferência da compra de medicamentos pelas cooperativas, das nossas compras por processo licitatório, dentro da Secretaria Municipal de Saúde e da nossa apuração de toda e qualquer denúncia que a nós tenha chegado. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Roberto Pagura. Então, de acordo com o que foi deliberado por esta Comissão, eu dispenso

a sua presença neste instante, por alguns minutos, enquanto possamos ouvir outras pessoas. Peço à assessoria que providencie uma sala, com cafezinho e, se possível, ar-condicionado, e os jornais do dia, e convido o Sr. Antônio Vicente Zambon Delamanha... Antônio Vicente Zambon Delamanha, pra que... conduz aqui. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, é questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não seria mais lógico ouvir o chefe de gabinete antes de ouvir o diretor de uma unidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu resolvi ouvir o Dr. Antônio Delamanha, por sugestão do Relator, que está ao seu lado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu retiro a minha posição.  
(Pausa.)

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não estou dando bola pra isso, não. Olha aqui: nós vamos ouvir, então, na próxima quinta-feira... (Pausa.) Nós vamos ouvir, na próxima quinta-feira, então, quero conferir, o Dr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da ABIFINA, que é um requerimento da Deputada Vanessa; o Sr. José Correa da Silva, que é objeto de um requerimento também da Deputada Vanessa e do Deputado Márcio Matos, e o Embaixador Botafogo. De acordo?

(Intervenção inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - De acordo. Então, estão todos de acordo, por unanimidade, entendeu? Em desacordo, o Deputado Magela.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Eu estou em desacordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Registrado o desacordo de V.Exa. Tem a palavra o... Deixa eu ver... Antes de mais nada, o doutor...

(Não identificado) - Dr. Antônio Vicente Zambon Delamanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Antônio Vicente Zambon acaba de assinar compromisso. Peço a V.Exa. que leia o compromisso.

---

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Pois não. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Antônio, como é do seu conhecimento, V.Exa. tem o tempo de vinte minutos para a sua exposição, até o máximo de vinte minutos. E depois haverá, posteriormente, uma interrupção coletiva com a bancada. A palavra é sua.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu gostaria de começar explicando que eu sou médico, trabalho na construção da saúde, na periferia de São Paulo, há mais de 30 anos. Iniciei meu trabalho na Zona Leste, até 1983, quando me integrei na Zona Sul de São Paulo. A partir de 1993 fui convidado a ser diretor do Hospital do Campo Limpo, quando me integrei na equipe que ainda permaneço, do Campo Limpo. O trabalho desenvolvido, sempre ou na Zona Leste, ou na Zona Sul, sempre foi um trabalho extremamente difícil, um trabalho de equipe, que eu respeito muito, principalmente a equipe da Zona Sul, que eu me integrei com o maior respeito, porque é uma equipe que está no Hospital desde a origem dele, que tem 10 anos. Eu fui integrado nessa equipe e nós desenvolvemos um trabalho que eu tenho um orgulho muito grande, já apresentamos, inclusive, no Ministério da Saúde, trabalho sobre o atendimento domiciliar na região, o trabalho que a gente dedica em relação ao aleitamento materno, assistido na residência, e sempre seguimos normas da equipe. Em 96, com o advento do PAS, surgiu a grande discussão na região, se nós integraríamos ou não. A maioria dos chefes do hospital integraram a idéia, porque a idéia nossa sempre foi de inovar. Eu acho que o dirigente tem que procurar novos caminhos, o dirigente tem que ir além dos seus próprios limites — eu sei que só quebra prato quem lava —, e aí, nós todos, unidos, resolvemos integrar nesse plano, porque é um plano que não era nem de cooperados, era um plano da Prefeitura Municipal, legal, e nós, servidores, integramos ao plano, seguindo uma lei. E eu fui escolhido por eles todos, para que integrasse nessa equipe e ficasse sendo o representante do módulo, porque esta equipe tinha um modelo administrativo, instalado via Prefeitura Municipal de São Paulo. Era um regime... era um trabalho de Distrito, de administração regional, onde havia vários... várias normas. E nós entramos nesse processo, obedecendo estas normas, este modelo administrativo. Então, passou da administração pública, Prefeitura, para o processo

cooperativado, mas nas mesmas normas instaladas, seguindo as normas do modelo público. Eu entendi este processo como um convênio entre a Prefeitura entrando com recursos financeiros e equipamentos, juntamente com os cooperados, que entram com a prestação de serviço, onde, numa região delimitada, uma população... uma abrangência de população, nesta região, que se chama módulo. Então, o módulo é virtual. Então, a minha função como Diretor do módulo, tendo sido escolhido pelos cooperados, inclusive aprovado pelo conselho de gestão, e também pelo Secretário, uma as... uma função normativa. Então, o diretor do módulo, ele é normativo. O executivo é a cooperativa, porque os recursos financeiros repassados pela Prefeitura são encaminhados à cooperativa. E a cooperativa, através de seu parceiro de administração, a diretoria executiva, que faz a gestão. Agora, na evolução do processo, nós, sempre muito interessados em mudanças e avaliações, inclusive pela questão legal, no quarto mês do plano deveria ter sido feito... revisto, e, assim, os cooperados começaram a fazer documentos, sugerindo mudanças, no sentido sempre de um alerta ético. Então, através do tempo foram feitos vários documentos, encaminhados à Secretaria Municipal da Saúde, encaminhados, também, a... ao Prefeito. E aí surgiu a D. Nicéa, porque ela tem uma inserção legal, sendo Dire... Presidente de Honra do CASA, no hospital. Então, o CASA é uma parceria legal dos hospitais. Eu, embora não seja diretor do Hospital do Campo Limpo, a sala do módulo é no Hospital do Campo Limpo. Eu sou uma pessoa muito presente. Às seis e meia, seis e quinze da manhã, todos os dias, estou no hospital. Então, as pessoas me confundem, como se eu fosse diretor do hospital, embora não seja. E aí, a D. Nicéa começou a visitar o hospital, porque no CASA, nesse Centro de Atendimento de Apoio Social... Social de Apoio, é um... estão integradas as voluntárias. E as voluntárias da região sul são pessoas extremamente humildes, extremamente dedicadas e que fazem um trabalho extremamente importante no hospital, que é um trabalho na... na humanização do atendimento. Então, ela foi ao hospital, começou a visitar, juntamente com as suas assessoras, gostou do hospital, e, sempre muito interessada, encaminhando pacientes, discutindo, com idéias, inclusive nossas também, de colaboração, de implantação e implementação de programas, porque o hospital é aberto. Então, nós temos e tínhamos a possibilidade de fazer muito trabalho, muitos trabalhos em conjunto. Então, surgiu aí a idéia de, inclusive, ela sempre muito solícita, oferecendo... como interlocutora, se necessário, ao Prefeito,

dizendo que gostaria que o Prefeito conhecesse a gente, conhecesse os diretores, que tivesse contatos, e nós tínhamos um documento, elaborado pelos cooperados, em que se sugeria mudanças na... na... no processo. Então, esse documento, encarado como um alerta ético, em considerações gerais sobre o PAS, a implantação, que nós havíamos entregue, encaminhado ao Secretário, e que nós iríamos encaminhar ao Prefeito. Foi o que eu fiz. Encaminhei esse documento a ele. Mas são documentos justamente com distorções, como apoio à administração, não irregularidades, como foi entendido, que eu entendi isso também. Agora, inclusive, através desse documento, nós sentimos a mudança na administração. Porque nós dizíamos que seria impossível ter quatorze módulos, com módulos sem hospital, e nós entendíamos também da necessidade de ter resolutividade regional. Então, a porta tem que ter um sistema de saúde, então, a porta de entrada é a... o posto de saúde, o ambulatório de especialidades, um (*ininteligível*) de saúde mental, um hospital secundário e um hospital terciário, onde desaparecessem os problemas que sempre tivemos com a hiperdemanda, os pacientes no hospital sem um atendimento adequado e sem resolutividade, porque nós sempre ficaríamos dependendo de outros hospitais na remoção desses pacientes. Então, politicamente, tecnicamente, a idéia da redução dos módulos em quatro foi interessante, porque nós temos uma resolutividade regional. E isso era uma das... das... observações que fazíamos, junto também à Secretaria. Acho que eu tenho a dizer é isto.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Antônio Vicente Zambon Delamanha... Dela... Delamanha, Delamanha. Peço à Secretaria que acompanhe o Dr. Delamanha até a sala...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa., pela ordem, a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu gostaria de saber se a Mesa recebeu um documento de quem são os advogados constituídos, de cada um deles, para que eu saiba se todos constituíram o mesmo advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Tales está aqui ao lado, prestando assessoria. Pergunta aos quatro. É ao assistente dos quatro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Os quatro têm...

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... o mesmo advogado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... contratado o mesmo advogado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - É.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Na oitiva eu vou perguntar quem os paga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, essa é uma pergunta que V.Exa. tem o direito de fazer na oportunidade. Muito obrigado.

*(Intervenções inaudíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que conduza a esta sala o Dr. César Castanho, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. *(Pausa.)* Dr. César, peço a V.Exa. que preste o compromisso de praxe, como testemunha. Essa leitura no final, aqui, só essa parte.

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Faço, sob a palavra de honra, promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Compromissado, eu quero dizer a V.Exa. que V.Exa. tem o prazo de até 20 minutos, e depois haverá a interrupção dos Deputados e os demais depoentes. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Bom, eu sou o César Prates Castanho Júnior, como os senhores já têm oportunidade de saber, eu fui convidado pelos... pelo então Dr. Jorge Roberto Pagura pra integrar a sua equipe na Secretaria Municipal de Saúde quando o mesmo foi convidado para ser Secretário. Eu entrei na Secretaria Municipal como assessor do Sr. Secretário, assessor de gabinete, e por lá permaneci como assessor de março, do dia 28 de março, até o dia 20 de agosto do corrente ano de 98. Após isto e após passarem dois Chefes de Gabinete, eu fui guindado à chefia de gabinete em vista da experiência que tive no passado, quando trabalhei na Secretaria Estadual da Cultura por 17 anos no cargo em comissão de Diretor de Departamento. Por ser da... por ser do rol da... da... dos conhecimentos do Dr. Pagura, o único... única pessoa que tinha o conhecimento do trâmite administrativo e da linguagem oficial de processos, por isso que eu fui convidado. Deixei o meu escritório, que eu tenho uma empresa de promoção de eventos na cidade de São Paulo, desde o ano de 82, deixei a... a minha empresa pra poder ajudar o Dr. Pagura a dirigir a Saúde. Eu trouxe só... não tantos documentos quanto o Dr. Pagura, porque, enfim, ele é o Secretário, eu só sou o seu auxiliar direto, então, eu trouxe pra que faça parte da Comissão, e gostaria de

entregar ao Sr. Presidente, pra que passe depois ao Sr. Relator e aos Srs. Deputados. Eu tenho a cópia do **Diário Oficial** do título de nomeação minha, depois a delegação das funções de Chefe de Gabinete, que são competências que o Secretário delega a ele, que é o segundo documento, e depois o nosso memorando interno, que foi confeccionado pela seção de técnica de estoque central, que é a chamada SMS 34, que é a responsável pela área técnica de medicamentos. Então, como é que funciona a aquisição, como é que funciona o recebimento, a distribuição dos remédios; o procedimento licitatório, como funciona na nossa Secretaria da cidade de São Paulo, a padronização, a codificação e etc, etc, inclusive com os exemplos, aqui no final, do Código SUPRI, que é usado pela Secretaria do Município, que é diferente do Ministério e diferente da Secretaria Estadual. Como eu já disse aos senhores, eu fui empossado no dia 21 de agosto de 98 e de lá pra cá eu estou Chefe de Gabinete. Dentre as minhas atribuições, conforme estão no documento, eu posso autorizar abertura de licitação de compra de medicamentos e posso também adjudicar mediante a instrução do Sr. Secretário e delegação de poderes. Eu gostaria também de dizer aos Srs. que o Secretário, dentre os documentos entregues, ele também entregou a listagem completa de todas as compras efetuadas pela Secretaria Municipal desde a sua entrada, em 98, até os dias de hoje. E também esclarecer que não foi comprada uma... um medicamento sequer que não fosse pelo método tradicional de licitação, obedecendo às leis em vigor, em especial à 8.666. E que também não usamos um recurso que às vezes é até praxe em outras entidades, que é a compra por emergência. Desde 98, desde a nossa entrada, não se comprou um medicamento sequer por emergência. E... acho que basicamente é isso que eu teria a declarar aos senhores membros da Comissão processante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço a... o depoimento do Dr. César Saldanha Júnior e peço a S.Exa. que também aguarde uns instantes para iniciarmos o... o, digamos, assim, o debate com os Srs. Parlamentares. Muito obrigado. *(Pausa.)* Os documentos que estão sendo entregues obviamente estão à disposição dos Srs. Deputados, e como os do Secretário são em grande volume e tratam muito de normas técnicas eu vou dizer aos Deputados que requeiram aquilo que for necessário pra gente não gastar em volume, em papel. Peço que conduzam à mesa o Sr. José... Dr. José... João Nelson



Giusti de Freitas, que é o quarto depoente. *(Pausa.)* Dr. João Nelson, o senhor já assinou o termo de compromisso. Peço apenas que faça a leitura do compromisso.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - É... compromisso. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. João, como os outros depoentes, V.Exa. tem o prazo de 20... de até 20 minutos para o seu pronunciamento, e posteriormente haveremos então, teremos um... uma parte de debates.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, pela ordem. Qual é a função... qual é a função do Dr. João, pra gente ter, aqui, a noção?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ele responderá logo no início. Peço a V.Exa. que... que responda. Mas aqui, João Nelson, é... depois, na qualidade de testemunha, entendeu? E foi... a profissão, é médico, e foi requerida a... a sua oitiva pelo Sr. Relator e interventor... V.Exa. podia responder à pergunta do Deputado?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Pois não. É... eu sou médico há 25 anos, sou servidor de carreira da Prefeitura Municipal de São Paulo desde 84, sou concursado, tenho curso de... é... Saúde Pública, curso de Administração Hospitalar, e trabalhei como médico topoginecologista, e com o passar da... do tempo fui ocupando cargos na administração direta... direta de SMS, da Secretaria Municipal da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - É... por força disso, em junho, 2 de junho, fui nomeado interventor do Módulo 15, Tatuapé—Penha, e por lá fiquei três meses. Após os três meses, voltei à minha função, que é de Diretor da Administração Regional de Saúde VII, São Paulo, Santana. Era o que eu tinha a dizer. Fico... é... à disposição dos Srs. Deputados. Mais breve que isso, acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Agradecemos a brevidade de seu depoimento. Esperamos que... é... na... nos debates V.Exa. eventualmente possa contribuir mais pra esclarecimento.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Então, eu... passamos desde logo à sessão de interlocução e debate. Peço que conduza à CPI

os demais depoentes, né, para que possamos iniciar os debates. O... quem são os... quem são os autores? Eu sei, mas quem são os autores? (Pausa.)

*(Intervenções inaudíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, agora retomamos a parte, então, dos questionamentos dos Srs. nobres Parlamentares, e desde logo eu concedo a palavra ao nobre Deputado Relator, Deputado Ney Lopes. Tem V.Exa. a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Dr. Vicente Delamanha...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O senhor comentou com a Sra. Nicéa Pitta que havia um esquema de corrupção na Secretaria Municipal de São Paulo, tendo à frente o titular da Secretaria, e seu cunhado, Chefe de Gabinete, com vantagens que chegavam a 25% das compras efetuadas, e pediu que a Sra. Nicéa o levasse à presença do Prefeito Celso Pitta para formular denúncia?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Essa informação é inverídica, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O senhor nunca conversou com ela sobre... é... presumidas compras superfaturadas na Secretaria Municipal de São Paulo?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O senhor tinha contatos freqüentes e permanentes com a Sra. Nicéa?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim, tinha.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Chegou a pedir para ela levá-lo à presença do marido para fazer comentários sobre atividades da saúde municipal lá em São Paulo?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, como eu disse anteriormente, ela se ofereceu e se prontificou para uma interlocução com o marido, para discussão dos problemas de saúde da região. As tais irregularidades seriam distorções do sistema, que eu mostro pro senhor, eu pedi um **fax**, tão aqui, eu até encaminharei esse documento a todos vocês.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Nessas distorções, estava envolvido o nome do Dr. Pagura como...

---

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, não. Não e eu...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - E o seu Chefe de Gabinete ou do...?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Também não. Não.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É verdade que quando o senhor chegou à presença... chegou ao gabinete do Prefeito e viu o Dr. Pa... em companhia de D. Nicéa e viu o Dr. Pagura, preferiu ausentar-se rapidamente?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não estive no gabinete do Prefeito com D. Nicéa, senhor.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Nunca esteve?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Nunca estive.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, é... eu indago agora ao Dr. Pagura o seguinte: como é realizada a aquisição de medicamentos — V.Sa. já falou —, em termos mais detalhados pela Prefeitura de São Paulo? Quer dizer, tem dois tipos de compra: via PAS e via administração direta. Quais os gastos da Prefeitura? Qual é a composição das compras, participação dos laboratórios oficiais, privados e de outros meios? O que que V.Sa. pode nos dizer a respeito desse fato?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, como relação... Eu pediria que a Roselane... por favor, você me traga a documentação. Com relação à Secretaria Municipal da Saúde, como eu disse no... no meu preâmbulo, a Secret... eu vou passar inclusive aqui a lista de aquisição de medicamentos por licitação pública, que quero deixar muito claro que nada tem a ver com aquela lista que eu vi pela televisão. Não recebi ainda o documento oficial. Esta é a lista oficial da Prefeitura Municipal de Saúde com todos seus dígitos, com toda sua nomenclatura específica, e ela é feita pelos mecanismos normais da lei de licitação, seguindo todo o trâmite da comissão especializada em licitações. É feita a abertura de concorrência, é feita a tomada de preços, e normalmente você utiliza durante um determinado período por ata de RP. Eu vou passar pro senhor, Sr. Relator, toda a lista de medicações oficiais da Secretaria Municipal da Saúde.

**- O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Obrigado.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Do modelo cooperativado, como eu deixei claro, as cooperativas têm autonomia pra esse tipo de compra. Agora, eu queria mostrar ao nobre Deputado um pouco do modelo, realmente, que nós temos — eu posso deixar posteriormente — de como hoje está sendo feito esse controle. Mas a cooperativa, ela compra, e ela compra na lei de mercado, compra sem

nenhuma interferência da Secretaria Municipal da Saúde. E não pode a Secretaria da Saúde indicar — como nunca indicou — nenhum fornecedor. Ela audita dentro do que é possível e ela age quando há alguma denúncia. Em relação ao modelo cooperativado, os gastos com medicações chegam em torno de 5% do custeio, o que dá algo em torno de 2 milhões por mês. Vou entregar depois a documentação toda. Quanto às empresas que participam, o Secretário não tem conhecimento, que se trata realmente, volto a dizer, de iniciativas privadas. Roselane, eu precisava da norma de licitação dentro da Secretaria. Então são dois tipos, nobre Deputado, de alteração. Hoje deve haver periodicamente... hoje, com a retomada das unidades, nós vamos fazer mais aquisições pela Prefeitura, mas vamos passar a receber — já tem um acordo com o Estado — o programa Dose Certa, diminuindo muito o consumo de medicação. Então, são dois processos completamente diferentes. Um, que embora o Secretário não participe, é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Saúde; e o outro, que é a grande maioria, que é a responsabilidade das cooperativas privadas. Então, passo a lista das medicações. *(Ininteligível.)* licitatório também conta, 866, consta tudo aqui.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Dr. Pagura, o senhor afirma, então, que a responsabilidade do Secretário em relação à compra da Secretaria é zero. O dinheiro vem de onde? Quem repassa o dinheiro?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O Secretário Municipal da Saúde, o dinheiro repassado... vamos separar um pouquinho. As compras da Secretaria, como eu disse, embora não passem, do ponto de vista técnico-burocrático, pelo Secretário, tem a sua unidade orçamentária que faz esse pedido. Roselane, eu gostaria de ter aquela explicação toda de... de como funciona, pra poder explicar pro...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não. Do modelo... da Secretaria, do modelo direto, onde tá todo aquele espaço.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tá. Então eu posso, poderia, que eu acho que vai esclarecer um pouquinho mais, se o nobre Deputado me der... é feita... a Secretaria Municipal de Saúde, ela... ela tem uma relação de medicamentos padronizados, que é essa que eu lhe entreguei. Ela faz os seus procedimentos licitatórios. Ela faz aquisição. Ele é feito bimestral, esse tipo de

forne... de abastecimento das unidades. Existe uma comissão pra recebimento dos medicamentos. Se toma o cuidado de colocar a tarja "Proibida a venda pelo comércio", pra que não haja evasão de medicação e qualquer tipo de comercialização. A distribuição dos medicamentos é feita por um caderno de abastecimento, e existe ainda medicamentos específicos dos programas DST-AIDS e eventualmente pedidos de emergência, que são feitas quando há alguma necessidade. Durante a minha gestão, praticamente nenhuma compra de emergência foi realizada.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Quando é nomeado o interventor, ele é quem passa a fazer as compras, efetuar as compras autonomamente?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Esse é uma coisa que ficaria, nobre Deputado, extremamente importante de se esclarecer. A cooperativa é... são cooperativas de serviço com essa legislação própria. O módulo é a unidade virtual administrativa. O interventor, ele faz a intervenção no módulo de atendimento e não na cooperativa, porque não pode haver em nenhum momento a influência da Secretaria Municipal de Saúde dentro da cooperativa. Então, ele é obrigado a comprar não pela ata de preços da Secretaria, mas seguir o trâmite normal da compra via cooperativa. O interventor, quando ele é nomeado, ele tem autonomia, e ocorre a intervenção quando há risco de prestação de serviço. Então, mesmo na intervenção, o mecanismo utilizado pro interventor, mesmo sendo nomeado pela Secretaria, é de utilizar a própria cooperativa com toda a sua estrutura normal.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - As contas das cooperativas são também apreciadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - As contas das cooperativas são... são enviadas à AUDI, que é nosso departamento financeiro, e depois vão... vai ao Tribunal de Contas. Isso sem nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Portanto, a cooperativa é um ente privado, mas na movimentação de dinheiro é um ente público.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ela é o... esse... esse tema de convênio, esse tema de convênio... a cooperativa, quem é o órgão que analisa é o AUDI, Auditoria da Secretaria de Finanças. Há um repasse. É um termo de convênio. Se passa uma receita e depois se faz toda a avaliação do procedimento contábil dessas cooperativas. Então é assim que funciona. Ela é um órgão privado. Como tem essa gestão compartilhada, a Secretaria toma todas essas providências

pra que haja a auditoria de todos os procedimentos, e se houver qualquer tipo de defasagem a cooperativa acaba recebendo as suas punições devidas e os seus diretores arcam com aquilo que for realmente em termos de lei.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Dr. Pagura, quem é o ordenador de despesa, uma vez que o PAS é uma entidade... é uma unidade orçamentária? Quem é o ordenador de despesa nesta hipótese?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, é... existe um contrato, existe um termo de convênio com repasses, que é feito pela Secretaria de Finanças à Secretaria da Saúde pra repassar pras cooperativas. Então, ele está dentro de um orçamento, numa unidade de despesa, hoje do chamado modelo cooperativado. Um modelo que começou a trabalhar, Sr. Relator, com quase 60 milhões, e que hoje recebe uma verba de cerca de 40 milhões por mês.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bom, o senhor disse que...

**(Não identificado)** - Mas quem é o ordenador?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - ... não tem um centavo do SUS na movimentação do PAS. São só recursos da Prefeitura, não é isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O modelo cooperativado, o modelo cooperativado, ele só é custeado com recursos da Prefeitura Municipal de Saúde. Não vem nenhum...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Esse sistema **on line** que o senhor falou, como é isso? Pra que o sistema **on line**? Funciona onde, na cooperativa ou na... ou na Secretaria? O senhor fez uma referência...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É. Eu vou colocar pro... pra esclarecer, pra esclarecimento. Nós tivemos que mudar o regulamento de serviço porque, teoricamente, esse sistema **on line** é quase que uma interferência da Secretaria numa entidade privada. Como é que funciona isso? Eu tenho aqui um exemplo, que eu vou lhe passar às mãos, de uma planilha. Então, por exemplo, foi feita uma avaliação de todo o consumo médio e dos preços existentes em várias tabelas, em termos de medicamento. Foi criado um banco, um grande banco de dados, um grande banco de preços. E o que acontece? Hoje já está praticamente em funcionamento em todas as cooperativas, está em fase final esse modelo colocado pela Fundação Getúlio Vargas. Funciona o seguinte: você sabe que o módulo — isso é uma simulação, por exemplo — que o módulo usa 2 mil é... 200 comprimidos, vamos supor, de ácido acetil salicílico por mês, e sabe que o preço adquirido pelas

cooperativas e o preço de mercado pode ser — estou dando todos os números aleatórios — de 0,10 a 0,20. Então, a cooperativa continua com a sua autonomia de compra. O diretor de compras tá cadastrado, ele tem uma senha que entra no sistema — porque nada que não estiver nesse sistema será aceito como conta —, então ele digita. Se ele digitar — a estimativa dele por mês é de gasto de 100 compridos de ácido acetil salicílico —, se ele digitar 101, aparece uma tarja vermelha: "O senhor está fora da quantidade", porque eu não posso proibi-lo de comprar, que seria interferência da Secretaria na entidade privada, mas ele já sabe que ele tá comprando fora. Quando apareceu a tarja vermelha, ele já vai por **e-mail** direto pra uma controladoria, que o chama pra dar explicação. Esse sistema já está operacionalizando, ainda está sendo corrigido, este mês já está operacionalizado. Vamos supor que ele compre — se vá de 0,10 a 0,15 o preço do ácido acetil salicílico, e ele paga 0,16. Aparece também a tarja vermelha: "O senhor está fora do preço". Se ele comprar... ele pode comprar, volto a dizer, pra não interferir, mas por **e-mail** já vai pra controladoria dizer que ele tá fora do preço. E tem mais: todo preço mínimo obtido por uma cooperativa passa a valer como preço mínimo na nossa central de preços. Então é um sistema, Sr. Relator, extremamente rígido em relação a que a gente não tenha distorções e possa fazer uma avaliação diária e constante do problema de medicamentos. Passo ao senhor... passo ao senhor a tela realmente em questão. Gostaria de poder mostrar um pouquinho pros senhores. Este é tarja... quando a tarja... quando tá tudo O.k., isso é tirado do nosso sistema. Vem... vem... a tarja vem verde. Aqui, por exemplo, estava certo na quantidade mas tava errado no preço, então bloqueia e vai por **e-mail**. Se tiver errado nos dois, vai por **e-mail**. E volto a dizer, o preço mínimo obtido é que passa a ser... valer pela... pra nossa... pro nosso banco de dados como preço mínimo pra ser aplicado. Isso é um chamado sistema dedo-duro, porque na hora você consegue saber tudo o que tá acontecendo, porque o problema da cooperativa eu tenho que auditar depois. Então isto, embora não cerceie de comprar, aumenta a controlabilidade. Isso é o que nós implantamos, é a maior contribuição que eu vou deixar provavelmente pro setor público, pra Secretaria Municipal da Saúde. E tem mais, Sr. Relator: criei a 5ª Controladoria pros gastos da Secretaria Municipal de Saúde. Essa é uma atitude de alguém que quer dar transparência dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Passo às suas mãos pro senhor passar a cópia aos Srs. Deputados.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Eu me dirijo agora, dada a escassez de tempo, ao Dr. João Nelson Giusti de Oliveira.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Não, de Freitas. Giusti de Freitas.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - De Freitas, desculpe. Que foi durante alguns meses interventor...

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - ... de Tatuapé. Dr. João Nelson, que é aquisição de medicamento por ata, ata de registro de preço? Tem licitação, é tomada de preço. O que é isso?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - A ata de registro de preços é uma licitação normalmente de medicamentos em que concorrem... é aberto a fabricantes e distribuidores. Tem a duração de um ano, podendo ser renovada por mais um ano, e é acionada toda vez que uma unidade da Secretaria Municipal da Saúde, da administração direta, necessita do determinado item. Então, é... Dr. Pagura falou do ácido acetil salicílico. Então, uma unidade básica de saúde, lá da Zona Norte, da Vila Brazilândia ou da Casa Verde, que precise do medicamento, ele não faz a compra, ele pede pela ata. Ele aciona a ata e recebe o medicamento. Agora, desculpe, senhor... é... essas atas são acionadas pelo período de um ano, como eu já disse, pelo período de um ano, e pode ser renovada. Agora, existe um detalhe: se o fabricante que está na ata tiver, vamos dizer, um aumento significativo do seu custo, ele poderá deixar de fornecer o determinado item.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - A compra é feita ao fabricante ou ao distribuidor, regra geral?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Quem oferecer o melhor preço.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Mas...

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Na licitação. É uma licitação pública.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Mas a... qual é a experiência, por exemplo, durante o período que o senhor teve lá neste módulo? Eram distribuidoras ou eram laboratórios... laboratórios vendiam diretamente ou eram distribuidoras?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Sr. Relator, é... eu queria deixar claro: a intervenção ocorreu no Módulo 15 e não na cooperativa. O



interventor, ele não podia... é... influenciar a compra. A compra era desencadeada pelo setor específico da cooperativa. Desencadeava o pedido, mandava o... desencadeava porque o nível... é... de estoques tava baixo. Quando eu cheguei, a 2 de junho, na... na cooperativa... na... no Módulo 15 e fizemos uma busca ativa na farmácia, almoxarifado, SND (Serviço de Nutrição e Dietética), a... a situação era alarmante, alarmante. A... o... a cooperativa... o Hospital Tatuapé, que faz parte da cooperativa, estava em vias de... é... de parar de funcionar. Por isso, ocorreu a intervenção no módulo. O módulo é composto pela... pelo Hospital de Tatuapé, que é um hospital grande, de mais de trezentos leitos, com atendimento terciário, né, composto também por um pronto-atendimento que ele fica na Penha, na Penha, e mais uma unidade básica de saúde. Então, a... as três unidades atendem diretamente a população. E a compra era desencadeada ou pela farmácia, ou pelo almoxarifado, ou pelo Serviço de Nutrição e Dietética da cooperativa, que encaminhava os pedidos pro setor de compras da cooperativa, que fazia os mapas com pelo menos três fornecedores, e sempre era evidentemente o de menor preço que... é... ocorria... que fazia a venda. Queria deixar bastante... bastante claro aqui a situação dramática em que estava hospital. Quando eu falo hospital, por favor, Sr. Relator, é Cooperativa 15, porque o setor de compras ficava no hospital, não é? Era dramático. Nós não tínhamos... é... não havia quem quisesse fornecer pra COOPERPAS 15. Havia um débito muito grande de janeiro a 30 de maio em torno de 3 milhões de meio de reais. Havia títulos protestados. Então, foi uma... uma... luta, foi uma dificuldade, foi um... foi muito difícil manter o serviço no padrão mínimo de qualidade pra atender a população, mas lutamos. Eu tive uma equipe de treze servidores da Secretaria Municipal da Saúde que levantaram os dados, que trabalharam, que brigaram pra conseguir com que o hospital... é... não... não parasse de funcionar.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, eu teria ainda outras perguntas, mas evidentemente não quero monopolizar o tempo. Vou fazer então apenas umas duas perguntas ao Dr. César Castanho. Os laboratórios farmacêuticos localizando-se próximo a São Paulo, na sua maioria, não seria mais lógico que as compras fossem feitas diretamente a esses laboratórios, e não a distribuidoras, como nós temos todas as indicações, inclusive do depoimento da Sra. Nicéa hoje, tudo é feito diretamente às distribuidoras? Por que essa intermediação na gestão das compras, seja qualquer tipo delas, na... na Secretaria Municipal de São Paulo?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - É... nobre Deputado, na Secretaria Municipal, como eu... como eu disse anteriormente, nós fazemos as compras sempre por tomada de preço, por licitação, carta-convite e etc, dentro dos seus moldes, da Lei 8.666 e as suas modificações. Nós não podemos estar... estarmos ingerindo em quem é que vai fornecer e em quem é que vai entrar nessa concorrência. Normalmente, é o que nós temos visto também ao longo desse tempo, é que os laboratórios não têm interesse em fornecer as quantidades que nós temos feito a solicitação de compra. Então, acabam entrando as distribuidoras. Agora, sempre de uma maneira aberta, porque a... a lei nos manda dar toda a divulgação possível, inclusive, quando é tomada de preço, até com publicações nos jornais de maior periodicidade, maior leitura na capital de São Paulo. Então, não há como a própria Secretaria fazer esse direcionamento para laboratório ou para outras empresas privadas.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - O senhor pode informar por que razão médica o Dr. Vicente Nissei(?) foi exonerado da Secretaria?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Desculpe, o... o nome...

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Dr. Vicente Nissei(?). Tem conhecimento desse fato?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - A exoneração dele, da causa?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Não, senhor, não conheço o nome.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - É... como é feita a aquisição de medicamentos pelo Hospital do Servidor Municipal de São Paulo? Quem realiza esse procedimento? É o hospital diretamente ou é a Secretaria?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Não, o hospital é uma autarquia e, como os senhores sabem, a autarquia faz os seus próprios procedimentos. À Secretaria cabe somente uma... vamos dizer assim, uma... enfim, a orientação técnica dentro do... dentro do contexto da cidade de São Paulo, já que ele tem um pronto-socorro que atende aos munícipes também.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Bem, Sr. Presidente, eu vou terminar por aqui. Espero que os colegas completem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. Relator. Tem a palavra, seguindo a praxe, como principal autor do requerimento, o

Deputado Arlindo Chinaglia, e logo o Deputado Robson Tuma, que também é co-autor de um dos requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, os nossos depoentes, Srs. e Sras. Parlamentares, evidentemente que o objetivo aqui não é debater o conceito filosófico operacional do PAS, mas eu queria deixar registrado que o PAS não tinha nada de novo, porque era um sistema de pré-pagamento, onde por cada um dos... digamos... associados ao PAS, na falta de um termo melhor, a Prefeitura pagava no início, não sei se mantém, 10 reais, na lógica que sempre foi usada pela medicina de grupo, os chamados convênios. Por quê? Quando tem o pré-pagamento e se define quanto por paciente se paga, a receita é fixa, criando-se a lógica de que, pra aumentar o lucro, quando se objetiva o lucro, é só reduzir as despesas, e fatalmente com queda no padrão de atendimento, visto que pode-se substituir entre outras coisas medicamentos por medicamentos mais baratos. Faço esse registro porque isso tem a ver em parte com a discussão que, creio, nos interessa. Nós estamos buscando na CPI dos Medicamentos entender se tem ou não algum tipo de esquema de superfaturamento... é... tanto no PAS quanto na Prefeitura de São Paulo, em decorrência das denúncias formuladas por D. Nicéa Camargo. É... queria perguntar ao Dr. Pagura. O PAS é ou não uma unidade orçamentária, um módulo do PAS?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, nobre Deputado Arlindo Chinaglia, tenho o maior respeito, aliás já estudamos juntos no... no Servidor Público do Estado...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Exatamente.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O problema... o PAS conta... ele faz parte de uma das unidades orçamentárias. Existe no seu orçamento a verba destinada a um modelo cooperativado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso. Quem que é o ordenador de despesas do PAS? Se for um único módulo, se for uma única unidade... é... orçamentária, ou se são algumas, quem é o ordenador de despesas?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O ordenador de cada... de cada módulo é o responsável legal pelo módulo, é ele que...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Geral.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ...efetua todas as despesas.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Geral. Que...

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Da cooperativa?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Veja...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - São as cooperativas.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, veja, na sua intervenção, Dr. Pagura, o senhor fez... o senhor defendeu uma tese. Veja, o senhor deu uma explicação cuja síntese é o seguinte, pra gente poder limpar a área: é... existe um convênio; no que tange a compras, os módulos do PAS têm autonomia, e que tem um conselho de gestão, mesmo não sendo obrigação, o senhor acabou desenvolvendo um modelo de controle que o senhor mesmo chamou de dedo-duro. Síntese mal feita, mas pra gente ir adiante. Veja, isso nós já sabemos. Agora, quem é que autoriza pagar ou não? Quem é que pode recuar ou não de pagamento? Quem é que é o... é o...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Que autoriza a liberação pra as cooperativas?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O ordenador, é o chamado ordenador de despesa.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Aí é o Secretario Municipal da Saúde...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ...de posse de todos os dados acaba liberando.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Exatamente.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Aliás, ele tem que liberar.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Perfeito.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Pra que haja a manutenção do... do atendimento da saúde.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Era só, pra gente...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - E isto é de acordo com o termo de convênio, de acordo com o termo de convênio e regulamento de serviço, e de acordo com a criação da lei do PAS.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, veja, era só pra gente entender o mecanismo. É... veja, é... o Secretário antes do senhor, chamá-lo de japonês poderia ser ofensivo, é o Dr. Masato Yakota, não é isso? Ele fez ou não glosas de unidades ou de módulos no PAS? Que o senhor liberou posteriormente.

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, existe...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O senhor liberou alguma glosa que o Dr. Masato havia feito?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, absolutamente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não liberou?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O que aconteceu foi o seguinte: quando nós assumimos... quando nós assumimos a Secretaria, existiam algumas glosas e estavam em regime de recurso em relação às cooperativas, que as cooperativas podem ter este recurso. Algumas foram dadas provimentos, outras não foram dadas provimentos. Estão encaminhadas todas ao nosso Departamento Jurídico, porque... e eu sempre, quero deixar muito claro, quando vem a glosa ou vem alguma dúvida, nós mandamos reauditar, passa pro Departamento Jurídico, e eu fielmente acompanho a posição dos Procuradores.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Há unanimidade entre os Procuradores, no que diz respeito a pagamento, ou não, frente a essas glosas? Eu digo pro senhor, o senhor já entendeu. Eu tenho informações de que o senhor teria liberado o pagamento de glosas anteriormente feitas. É isso que eu tô perguntando.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Nenhuma glosa feita que teve recurso, não foi liberado. Mesmo porque nenhum passivo que conste de glosas tem autorização de liberação.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Isto não existe, e eu quero deixar mais uma vez muito claro, nobre Deputado: todo este mecanismo é encaminhado aos nossos Procuradores, e em nenhum momento o Secretário Municipal da Saúde deixou de acompanhar...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A posição...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... uma posição do Procurador.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k. Tá claro. É... Dr. Pagura, é... a D. Nicéa Pitta veio aqui hoje, Nicéa Camargo, e ela reiterou as denúncias que já são conhecidas pela imprensa para todos os senhores, excetuando-se talvez a pessoa Dr. João, que ela não citou. Mas ela cita aquele módulo, como cita outros módulos. Pois bem, hoje ela nos trouxe aqui uma lista que... lamentavelmente pra mim, o meu óculos acabou de quebrar, e o Deputado Robson Tuma meteu as suas impressões digitais aqui, eu não tô enxergando muita coisa, mas vamos lá. Aqui

tem um texto onde fala: consumo médio trimestral janeiro, fevereiro, março de 99, médico-hospitalar. Ela entregou hoje, portanto, não deu tempo de analisar em profundidade. Porém, o que analisei chama a atenção. Se eu conseguir, eu vou passar para os senhores as informações. Veja, se nós compararmos nessa planilha, dois dados que ela contém, um é o menor preço, aquilo que é o menor preço cotado no mercado, e o outro é o preço da última compra. O que deu para observar até o momento nisso que a D. Nicéa passou pra CPI é o seguinte: material de limpeza, de oito itens analisados, cinco não têm alteração. Três com alteração, dando, portanto, um percentual de sem alteração 62,5%. Material odontológico, analisamos 21 itens, foi análise rápida, sem variação 85%. São dezoito itens, 85,71. Com variação, três. Ou seja, sem variação é a ampla maioria. Material de escritório, de 73 itens, sessenta deles, ou seja, 82,19% não teve alteração, somente 17,81. Material médico-hospitalar, de 258 itens que a gente bateu os olhos, 66% não têm variação, 34% têm. Medicamentos, total de itens, 82. É significativo. Sem variação: 7.3%; variação a menor: dois, quatro... 2.4%; variação a maior; 90.3%. Veja, seria prematuro a gente dizer que isso mostra que há superfaturamento na área de medicamentos. Entretanto, seria negar as informações de dentro da própria Secretaria, que disparadamente há alteração para maior em medicamentos. Somando-se com as denúncias, o que o senhor tem a dizer?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, em primeiro lugar, nobre Deputado, só fazendo um adendo, eu quero dizer que todas as glosas de 96 e 97, as contas já foram encaminhadas pra AUDI, e quem pôs em ordem foi este Secretário. Quero deixar muito claro, este Secretário é que pegou e regularizou as contas de 96 e de 97, só pra sua informação; segundo, eu continuo recebendo. Houve uma acusação ao Secretário, se mostraram duas listas na televisão, dizendo que eram listas da Secretaria Municipal de Saúde, que não podiam sair dela e que o Secretário as encaminhava. Eu não recebi ainda oficialmente, mas pelos dígitos não é uma lista oficial de medicamentos da Secretaria Municipal da Saúde e, portanto, o Secretário não poderia ter dado a ninguém. Passei essa lista ao nosso nobre Relator. Segundo, eu continuo não sabendo do que se está falando em relação a termos de preço e compra e variação. Se foram comprados, por que que foi comprado, se foi remédio de marca, se foi comprado por genérico, todas essas... foram feitas acusações ao Secretário, que repudio veementemente, com todo o respeito, mas repudio veementemente, e de repente começam se destacar uma

série de dados de compras que sequer chegaram ao Secretário, que imediatamente abriu uma Comissão de Sindicância, aliás utilizou uma só composta por Procuradores. E eu não tenho dúvida, quando se compara às vezes uma ata de preço com uma... é... com uma compra de um determinado laboratório, se encontra discrepâncias enormes. Então a gente... eu tô sendo... tá sendo colocado uma série de coisas, sem que oficialmente eu possa tomar conta.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Tudo bem.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu quero lhe dar até um exemplo que eu tenho na mão. Outro dia mandei levantar...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu quero fazer uma sugestão ao Presidente, que passasse ao Dr. Pagura...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - As listas.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ... a lista que a D. Nicéa nos apresentou...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Perfeito, mas seria a primeira lista oficial que eu iria receber nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ... que nós aí poderemos... porque os dados que nós temos são aqueles entregues oficialmente à CPI. Estamos trabalhando com eles, em pouco tempo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu não sei se o senhor... o senhor deve ter entendido, lógico, o que aconteceu. Se pinçou alguma coisa, que não se sabe bem o que, porque eu não recebi, não é lista oficial da Secretaria, se faz uma série de acusações e depois tão sendo pinçados uma série de problemas que podem já ter sido auditados, podem estar sob investigação, ou podem até ter passado. Agora, seguramente, se isto houve, não houve a denúncia no Secretário. Eu queria só citar... outro dia eu peguei, se o senhor me permitir um aparte...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O Presidente é que precisa nos ajudar, porque eu tô fazendo perguntas objetivas, e o Dr. Pagura tá se estendendo. Eu compreendo, eu só não quero ser penalizado no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O... o... mas... mas aí eu também não posso penalizar os outros Deputados.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Dr. Pagura, nós temos um problema.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem o direito de interromper...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Nós dois...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... interromper o depoente quando V.Exa...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Então, pra última pergunta o senhor me explica esse detalhe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... se achar suficientemente atendido.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O tempo de V.Exa. tá quase esgotado. Falta 15 segundos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Veja, é... Dr. Pagura... o senhor aqui defendeu uma tese que juridicamente ela tá sendo questionada pela assessoria que nós temos na CPI. Qual é a tese que o senhor defendeu? Tem autonomia, pode comprar. A consequência dessa análise é que o Secretário não teria responsabilidades se tá sendo ou não superfaturado, caso esteja. É isso que o senhor entende? Se há superfaturamento, o Secretário não tem responsabilidade sobre isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu digo o seguinte: eu volto a dizer: a Cooperativa era uma entidade privada...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso eu sei, o senhor já falou.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... que tem todos os métodos de...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Deixa eu falar pro senhor.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... audi... auditoria. O Secretário tem responsabilidade se recebeu alguma denúncia de uma empresa privada com superfaturamento e não tomou providência.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Deixa eu falar pro senhor.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Em todas elas eu...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Qual é a compreensão que nós temos? É que sendo uma concessão, onde... digamos, vamos chamar, pra facilitar, uma terceirização, isso não elimina a responsabilidade do poder concedente. É função da Secretaria Municipal de Saúde fiscalizar, sim. Porque é dinheiro público, ele tá concedendo. Tanto é que essa concessão pode ser cassada a qualquer



tempo a bem do di... digamos, do dinheiro público, vamos chamar assim, pra não entrar em meandros jurídicos...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - E o Secretário o faz dentro do maior rigor técnico. Contratou a auditoria que teoricamente não precisava e implantou o sistema...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Quando o senhor contratou?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Logo que assumi.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Então, mas veja...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Logo que assumi.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas veja, essa...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tava com (*ininteligível*) logo que assumi.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Dr. Pagura, me permita. Essa auditoria, nós tivemos aqui o depoimento do Gazola, que é o Secretário Municipal do Rio de Janeiro. E a D. Nicéa hoje cometeu uma injustiça, falou que no Rio também acontece o que ela denuncia que ocorre em São Paulo. Pois bem. O Dr. Gazola, ele compra diretamente dos laboratórios que fabricam a preços menores. Vou repetir, menores, do que o chamado preço de fábrica. E o Dr. Castanho, ele disse que... explicou o que o senhor já tinha dito. É o mercado e vai no mercado. Ou seja, esta auditoria não funciona, porque senão já teria detectado que a Prefeitura de São Paulo, seja por compras próprias ou através dos módulos do PAS, tá pagando infinitamente mais caro, mesmo que fosse no processo legal. Veja, então, eu... vou.... vou dar um dado pro senhor. Eu não sei. Quantos casos de hepatite teve em São Paulo, hepatite C? Veja, quantos casos de hepatite C teve em São Paulo? Eu não sei.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu não tenho esse dado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não tem esse dado, mas foi o bastante, não é isso? O senhor sabe, alguém aí tem, da sua equipe, quanto custa o medicamento pra hepatite C? Quem fabrica, enfim, de quem a Prefeitura compra, qual o preço que pagou? Sabe por quê?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Qual medicamento seria, nobre Deputado?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Veja, a Prefeitura compra a 2,64 da UCI Farma. A FIOCRUZ fabrica a 0,18 o comprimido. É por isso que eu tô

dizendo, veja: independentemente de ter havido o processo legal, do ponto de vista do interesse público de economizar dinheiro, tá um desastre.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Posso colocar uma....

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Pois não.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Logo que eu assumi, eu pedi que nossas equipes visitassem inclusive a própria FURPE. Tudo isso depende, quer dizer...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Aqui é a FIOCRUZ.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sim, aqui é FIOCRUZ...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A vacina... aqui é vacina de hepatite.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sim, também é... a FIOCRUZ também é estatal, né?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Há dificuldade realmente em fornecimento. Agora, este Secretário, quero deixar claro, esse Secretário, tentando baratear os preços de medicação, tentando inclusive ver se conseguia fazer em São Paulo um laboratório municipal, enviou a semana retrasada, aliás, na semana da crise, uma delegação a Cuba, pra ver preços de medicamentos, pra ver condições eventuais até de importação. Fez um protocolo pra ver a distribuição de medicações e ver a possibilidade até de colocar um laboratório municipal. O grande problema é que quando a gente discute... e eu quero dar um dado aqui pro senhor, pra ver como a coisa tem dificuldade...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Dr. Pagura, deixa eu fazer mais uma pergunta, aí o senhor responde, senão eu que vou pagar um preço alto.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tá bom, pois não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Coisa de tempo. Me perdoe, veja. É... não, é que ele ia dar o exemplo. O raciocínio... não, Deputado Zé Índio, V.Exa. poderá nos ajudar depois, mas ele ia dar o exemplo, eu já tinha entendido o mecanismo. Ele tá dizendo...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas é importante, nobre Vereador, de alguém que quer baratear...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Vereador?

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ô, é Deputado. Desculpe, desculpe. Desculpe, desculpe. Eu peço desculpas.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - É que o senhor pensou no Deputado Zé Índio.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Peço... peço desculpas, nobre Deputado. V.Exa. em nenhum momento...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, eu tô brincando. Pode ficar tranqüilo, não me sinto ofendido não. Veja, eu queria perguntar ao Dr. Vicente Delamanha e ao Dr. Castanho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com o tempo de quem, Deputado?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Com a tolerância de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - A tolerância minha...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - No tempo do Zuppo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... se esgotou às 16. Não tem esse problema, não tem. Não existe esse problema.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas é... pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não existe regimentalmente. Eu peço a V.Exa. Vou dar dois minutinhos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu agradeço, agradeço imensamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... dezesseis, é que eu... eu tô tentando ver se nós...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu... eu reconheço, Excelência. Eu vou... de fato, não gastar os dois minutos. Dr. Vicente, me perdoe colocar, pela pressa, nos seguintes termos: ou a D. Nicéa mentiu, ou o senhor aqui mentiu. Na sua opinião a D. Nicéa mente quando fala que o senhor fez denúncias e depois, literalmente, saiu meio que correndo de uma reunião onde estaria o Dr. Pagura?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não estive no gabinete do Prefeito. Se existe uma agenda...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Essa... esse fato não ocorreu?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não estive. Eu não sei. Eu não estive lá. Desconheço esse fato.

---

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas eu digo, o senhor fez ou não denúncia à D. Nicéa que havia irregularidades?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não fez. Dr. Castanho, o senhor é cunhado, de fato, do Dr. Pagura?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Eu gostaria até de corrigir, quer dizer, a gente não corrige alguns fatos na hora, mas gostaria de dizer o seguinte: nós somos casados com duas irmãs, e por conseqüência nós somos concunhados.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k. O Dr. Pagura, se quiser explicar agora, eu vou ouvir na intervenção de outros, aí o Presidente que conclui. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Pagura disse que tem esclarecimentos importantes a prestar. Vou dar meio minuto pra ele.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É só meio minuto. Outro dia eu mandei levantar... e olha, aqui não há nenhuma crítica. Eu não tô aqui pra criticar ninguém, tô aqui pra tentar dar dados a essa CPI. Primeiro, acho que da minha honestidade eu não precisa dar, porque todo o mundo conhece. Segundo, algumas coisas realmente pra colaborar com a CPI dos Medicamentos. Se eu pegar um medicamento comprado em, por exemplo, no mês de 18 de 1... vamos dar uma... por exemplo, em 10 de 11... meu óculos também tá com problema... em 10 de 11 de 99 a 4.22, e comprar em 30 de 12 de 99 a 11.90, eu vou sair correndo dizer que houve um grande superfaturamento. Dois meses de diferença. Eu não tenho aqui qual é o laboratório, porque isso não é divulgado. Eu não tenho aqui qual é a procedência, se é genérico ou não. E esta lista que me foi entregue pela minha assessoria de planejamento, volto a dizer, é uma lista do **site** do Ministério da Saúde, onde que coloca compras mais recentes. Então, aqui a gente vê, por exemplo, no caso, vancomicina solução injetável, se comprou um quantidade de 500 fracos em 10 de 11 de 99 a 4.22. A 250 fracos, esse valor foi comprado... porque aqui tem preços mínimos e máximos de compras mais recentes, a 11.90. Isso é superfaturamento? Muito provavelmente não. Precisa ver se foi comprado... se foi genérico, se foi de marca, se foi similar, se foi pago à vista, se foi... realmente aqui a diferença não é muito grande, entre 500 e 250 fracos. E isto ocorre numa série de dados. Às vezes, eu tenho o preço mínimo meu que é maior que o preço

mínimo, por exemplo, se eu comparar com a lista do Ministério; e preço máximo, porque é menor do que aquele, porque isto é que é a grande dificuldade. E a CPI, se o senhor me permite falar um minuto, tá indo no caminho certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. já ocupou um minuto, eu lhe dei meio.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas me dá quinze segundos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Porque eu acho que a única forma de se resolver esse problema é que setor público só tem que trabalhar com genérico, não se poder tabelar pra cartelizar, mas você vai ter um controle muito mais fácil. Enquanto você puder comprar similar e laboratórios de marca, você tem sempre essa. E isto está sendo pinçado, e eu não tive tempo de auditar e ver. E tô sendo acusado de superfaturamento de alguma coisa que nem eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Pagura. Eu vou passar... foi pedido que eu entregasse, eu entrego a V.Exa. as tabelas entregues pela Dra. Nicéa aqui na CPI. Tem a palavra o nobre Deputado Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só pedia... pediria para que os depoentes, quando eu perguntasse, fossem sucintos nas respostas, para que eu pudesse tentar alcançar todas as respostas que tenham interesse. Queria primeiro falar com o Dr. Pagura. O senhor fez uma comparação dos preços pagos pela Prefeitura de São Paulo com o **site** do Ministério da Saúde. O senhor acha que o Ministério da Saúde paga mais ou menos o mesmo preço que a Prefeitura de São Paulo? É isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu recebi esta comparação entre um **site** e mandei fazer esse levantamento depois desses... de todos esses levantamentos. Nós temos aqui alguns itens que constavam do **site** do Ministério... do **site** do Ministério, e algumas listas da Secretaria Municipal da Saúde. Existem, por exemplo, em alguns casos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só, por favor, eu não quero saber os casos, eu quero só que o senhor me responda isso.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Existem compras mais caras e compras mais baratas. Existem preços mínimos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor acha que se existe superfaturamento na Prefeitura de São Paulo, o Ministério da Saúde também está fazendo o mesmo artifício de superfaturamento?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Isso eu não estou falando. Eu respeito muito a sua colocação, mas em nenhum momento... abri dizendo que isso era só um dado da dificuldade. Eu acho que o Ministério tem pessoas... o Ministro, como o Secretário, que são pessoas ilibadas, realmente que tentam fazer o melhor pra sua população. Em nenhum momento há nenhuma citação ao Ministério.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu queria que o... Sr. Presidente...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu estou colocando da dificuldade de você fazer uma avaliação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... se o Dr. Pagura utilizar o tempo que eu tenho pra fazer perguntas pra fazer os seus discursos, eu infelizmente vou ficar aqui aguardando ele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. é um Deputado muito inteligente e capaz de dominar o microfone e o seu tempo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu confio no seu taco.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor fala bastante na Lei 8.666, que se dispensa as licitações, certo, principalmente que regula as licitações, inclusive no seu art. 25, que se dispensa de licitações. O senhor disse que o convênio da Prefeitura com os PAS ele dá, ele passa a não ter a necessidade de licitações nas suas compras. Eu concordo, em termos, com o senhor, porém, no seu art. 25, no seu § 1º, se diz aqui, no seu inciso I, se coloca aqui as possibilidades de não-licitação; porém, no seu § 2º, inciso III, do art. 25 da Lei 8.666, eu quero ler pro senhor: "Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa,..." — estamos falando de licitação — "...se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis." Então, o senhor disse que não é o ordenador das despesas, porém é co-responsável pelo fato de superfaturamento se este existiu, que é o estamos investigando agora. O senhor disse que em momento nenhum recebeu a lista. Salvo a minha memória, o senhor teve acesso à lista. O senhor pode dizer que não

recebeu oficialmente, porque a **Rede Globo** foi entrevistá-lo e mostrou a lista para o senhor. Então o senhor, quando disse que não recebeu nenhuma lista, o senhor quer dizer oficialmente ou o senhor disse que nunca chegou a ver a lista, que é, desconhecia totalmente a lista?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu quero esclarecer, em primeiro lugar, que, oficialmente, a gente recebe dos órgãos públicos. Segundo, eu não recebi lista nenhuma da **TV Globo**, que quando foi, hã, que quando houve a apresentação daquele programa, acabei dando uma entrevista por telefone de fora de São Paulo e, depois disso, não dei mais nenhum tipo de entrevista, a não ser quando estavam abrindo um fórum de escola saudável, sem que tivesse conhecimento absolutamente dessa lista de modo oficial.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só devo esclarecer ao senhor, eu sou advogado, e, obviamente, nenhum órgão público encaminha lista nenhuma de denúncias. Geralmente é o advogado que vai buscar, no interesse do seu constituído.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu só queria dizer...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - A pergunta que eu faço ao senhor é o seguinte: quem paga o seu advogado?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Primeiramente, quero dizer o seguinte. O Dr. Tales é meu amigo de alguns anos, não está ainda, por procuração, legalmente constituído como meu advogado e sequer, realmente, conversamos nesses termos. Pedi, é a primeira vez, infelizmente, na minha vida, que é clara, límpida, limpa e cristalina em todos os sentidos como um profissional, pelo menos de alguma competência, algum reconhecimento, me vejo numa situação inusitada e pedi a um amigo que me acompanhasse.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Doutor.... Então, quer dizer que o Dr. Tales...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas não há nenhuma dúvida que, a hora que eu precisar pagar um advogado, eu vou pagar com os meus custos, porque eu continuo trabalhando como neurocirurgião e tenho condições pra isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Quer dizer que o Dr. Tales... O senhor é um homem muito inteligente, o senhor está querendo ganhar tempo, mas eu sei que o Presidente vai, obviamente, também ser generoso como tem sido com V.Exa. Então, quer dizer que o Dr. Tales veio como amigo do senhor, é um advogado como

amigo. Então, quer dizer que o Dr. Tales é amigo de todos os quatro, como ele balança com a cabeça, concordando. Então, quer dizer que esta relação que o senhor tem com os outros depoentes é uma relação antiga, inclusive que o próprio advogado faz parte desse rol de amizades?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, meu caro e nobre Deputado, tenho o maior prazer em ter como uma das pessoas que preza a minha amizade o Dr. Tales Castelo Branco, que não tem minha procuração; foi por mim procurado por uma situação, volto a dizer, inusitada, dentro de alguma coisa que eu não estou acostumado na minha vida toda...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Dr. Pagura, por favor...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... e, volto a dizer, está aqui como meu amigo. Não há menor dúvida que, se precisar de um advogado, terei o maior prazer.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu queria fazer uma pergunta... Dr. Vicente, quem tá pagando o seu advogado? Eu queria que o Dr. Pagura respondesse, não o senhor. A hora que eu quiser que o advogado... Dr. Vicente, quem paga...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O, o...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Quem paga... Só no microfone, por favor.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não constituí advogado.

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - (*Inaudível.*) independente de qualquer circunstância...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu pedi para um amigo, que ligou para uma amiga, que aqui se encontra, Dra. Lílian, que me acompanhasse.

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - (*Inaudível.*) ... me conceda a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Então, o senhor tem outro advogado?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, não tenho. Não constituí.



---

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Estou sendo citado, estou sendo citado.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Fui apresentado, porque fiquei...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - (*Inaudível.*) ... Está sendo, está sendo um acinte eu continuar calado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O Relator está questionando. Então, peço a V.Exa. que aguarde.

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - V.Exa. que não permita acinte!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Robson Tuma.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ele respondeu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Respondeu?

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - Me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Ele tem outro advogado.

**O SR. DEPUTADO NEY LOPES** - V.Exa. permite um aparte, Deputado Robson? Eu aqui falo menos como Parlamentar e mais como advogado. Eu pediria uma colaboração de V.Exa. no respeito ao exercício profissional. Se não existirem fundamentos que possam levantar suspeição do advogado, ele, que é um auxiliar da Justiça, por regra constitucional, tem que ser respeitado. V.Exa. não pode tá levantando suspeita sem nenhuma prova. Isso é um apelo que eu faço, também como colega de V.Exa., mas, sobretudo, como advogado que sempre fui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu sou bacharel em Direito e quero responder que a minha pergunta é exatamente baseado na estranheza de que a douto..., D. Nicéa, quando veio aqui, ao depor, disse que o Sr. Vicente sempre quis fazer várias denúncias contra esse esquema todo, que teria, inclusive corrupção no sistema de saúde de São Paulo e, posteriormente, nós encontramos aqui um advogado constituído pelos quatro citados, inclusive aquele que seria o denunciador, que, no momento, segundos atrás, esclareceu que tem um outro advogado.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não constituí advogado. Apenas liguei para um amigo, que encaminhou uma amiga daqui de Brasília, que me apresentou aqui. Eu não saberia o que ia encontrar, Deputado. Eu vim só aqui.

---

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Presidente, um aparte. Eu pedi um aparte ao Deputado... Eu pedi um aparte ao Deputado Robson Tuma, ele me concedeu, Presidente.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Antes eu queria fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria, eu gostaria... Srs. Deputados, eu acho que o assunto foi esclarecido...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ainda não, Presidente.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Não foi, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ainda não, sabe por quê?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Se ele não é advogado constituído...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Isso... *(Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ...eu indago de V.Exa. se ele deve estar, digamos, nessa função.

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - É um esclarecimento que eu peço.

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Que V.Exa. me con...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou permitir a V.Exa. coisa... Vou permitir a V.Exa...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - ... um esclarecimento à Casa, se V.Exa. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou permitir. V.Exa. tem a palavra para um esclarecimento, mas gostaria de dizer a V.Exa. que eu o aceitei como advogado... V.Exa. não tá como advogado constituído. Então, eu vou permitir o esclarecimento muito rápido a V.Exa. e vou deixá-lo na mesma: V.Exa. não é advogado constituído, a menos que o doutor o constitua. Tá bom? Tá bem? Tá bom. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, o advogado não pode se manifestar, Sr. Presidente. Ele pode se manifestar...

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ...eu vou permitir...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - Peço o respeito da Casa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas, Sr. Presidente...

**O SR. TALES CASTELO BRANCO** - É um velho advogado que está falando, com uma história de vida. Eu não venho aqui pra fazer uma demonstração da minha biografia. O seu pai me conhece, o seu irmão me conhece, sabem que inúmeras vezes eu já, já fui às delegacias de polícia por onde eles andaram, sem procuração. O advogado não precisa de procuração escrita pra se fazer presente. A outorga da procuração pode ser verbal. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu insisto: eu sou advogado e quero esclarecer a V.Exa. em que condições eu fui constituído. Eu vim de São Paulo, vim ontem de São Paulo, sozinho; encontrei o Dr. Pagura hoje, e aqui conheci e me encontrei com os outros três, hã, com as outras três testemunhas. Vim exclusivamente a pedido do doutor, do eminente professor, do meu amigo, Dr. Pa..., Pagura, com o qual vou, a seu tempo, conversar sobre honorários. Não estou dizendo absolutamente que vou defendê-lo de graça. Aqui, os, as demais testemunhas perguntaram se eu podia acompanhá-los. Eu disse que poderia. O estatuto da OAB permite que eu as acompanhe. E foi nessas condições que eu, que eu as acompanhei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O esclarecimento... Agradeço o esclarecimento de V.Exa., e peço que esse assunto esteja encerrado. Prossiga, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sr. Presidente, só para medidas posteriormente, eu recorro da decisão de V.Exa. de ter dado a palavra ao advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem direito a recorrer à Presidência da Câmara a hora que desejar e no momento que quiser.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Só esclarecer que em momento nenhum fiz acusação a advogado. Só continuo, obviamente, na minha dificuldade de entender ser o mesmo para os quatro. Porém, eu vou passar para outros elementos. Foi o senhor, Dr. Vicente que esteve com a D. Nicéa pra falar sobre o sistema, problemas de saúde, certo?

---

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu conheci D. Nicéa no hospital do Campo Limpo. Então, foi através de visitas dela no hospital que começou um envolvimento profissional de melhor atendimento à população. E estive algumas vezes também no CASA, sempre sendo chamado pela sua secretária, as suas assistentes.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - E em algum momento o senhor disse de algum problema na Secretaria, seja de ordem... seja de ordem processual, administrativa, ou seja de ordem de ilegalidade nas atitudes?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não. O que eu comentei várias vezes com ela, através de documentos escritos pelos próprios cooperados, era de generalidades sobre o sistema, de extorsões que nós, do Campo Limpo, achávamos que tinha. E nós achávamos, pelo interesse dela, e ela se colocando como, como uma interlocutora, que poderia chegar ao Prefeito esse documento que havia sido entregue ao Secretário anteriormente. Foi isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Dr. Pagura, o senhor disse que o senhor contratou uma empresa de auditoria pra fazer uma auditoria nos PAS. Foi isso que eu entendi?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Perfeitamente, auditoria das contas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Das contas. O senhor disse também que tinha determinado que as regionais fizessem uma auditoria nos PAS, a que estivesse na sua região. Eu entendi bem?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A administração regional de saúde é responsável pelo, pelo controle patrimonial. Tão logo eu assumi, eu orientei, numa ordem de serviço que passei à mão do Sr. Relator, pra que se fizesse toda a avaliação patrimonial dos bens da Prefeitura cedidos às cooperativas.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor teve alguma suspeita em relação a essa auditoria regional, das regionais, por isso, o senhor pediu uma nova auditoria a uma empresa privada?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, são coisas um pouco diferentes, nobre Deputado. Uma audita o patrimônio e outra audita as contas da cooperativa. Isto é um pente fino, porque eu não gostaria... E hoje eu estou aqui muito tranquilo, tendo tomado todas as providências possíveis. Por isso que contratei mais uma auditoria e institui um novo sistema de gestão de controle de gestão de saúde.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu perguntaria se algum dos quatro, se caso positivo, que se manifestasse... Sr. Presidente, um pouquinho mais de tempo do senhor. Eu sei que o meu tempo acaba de se esgotar no que se tange doze minutos, só que houve aí um problema, e V.Exa. mesmo deu a palavra ao advogado, que não foi um aparte a mim. Então, eu pediria um pouquinho de paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vou descontar, vou descontar esse tempo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Se algum dos senhores tiverem contato com alguém que, por favor, que se manifestem, com algum dos proprietários da empresa Tecnolab? Nenhum dos quatro? O senhor tem? Com qual que o senhor teve?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Eu queria dizer que no período inicial da, da intervenção no Módulo 15, eu não tive só com o proprietário. Eu tinha, eu tinha...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Qual que o senhor, com qual deles que o senhor teve?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Eu nem lembro, porque eram tantos...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Um tal de João, que é o tal do Joãozinho; um tal de *(ininteligível)*.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Eram muitos, eram muitos. E eu nem os atendia; eu fugia deles.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - E com a empresa Araçaí?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Provavelmente, provavelmente, estava incluído nessa...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Os outros, nenhum tiveram contato com nenhum deles?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Mas eles eram credores do, do, da cooperativa.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor teve contato?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eventualmente, nós somos procurados por fornecedores. No módulo do Campo Limpo, existe um cadastramento de empresas idôneas, com documentação específica, e existe o

setor de suprimentos. Quando eu sou procurado por qualquer empresa, eu encaminho ao setor de suprimentos para que lá seja explicado qual é o sistema.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Então, existe uma ligação...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, não. Eu conheço...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... seja profissional, ou não...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Várias pessoas já me procuraram. Inclusive...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu também, várias diretores, donos de laboratório, vivem me procurando nos corredores da Câmara (*ininteligível*).

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim, sem dúvida, sem dúvida. Inclusive, nós temos o cadastramento, e aqui está, que nós temos preferência a fabricantes, e nós temos muito poucas empresas distribuidoras lá.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Dr. Pagura, quem que é o Presidente do Conselho de Saúde Municipal?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O Presidente do Conselho Municipal de Saúde sou eu.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Nós tivemos aqui uma denúncia de que várias... Uma informação de que várias denúncias são levadas ao Conselho Municipal de Saúde e que lá não se sabia quem era o Presidente, porém essas denúncias eram guardadas e acabavam caindo ao esquecimento. Isso é correto afirmar? Dar essa afirmação?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, é completamente.... É um absurdo, é uma colocação absurda. Posso complementar. Não adianta só ser sucinto, porque tem que, cabe alguma explicação. Quando eu assumi, eu quero lhe explicar, existia uma dúvida, uma pendência quanto a um Conselho Municipal de Saúde feito por decreto. Nós, a primeira conserto que nós fizemos foi a paridade e, depois, num acordo com todas as bases sociais, fizemos a assinatura, e o Prefeito Celso Pitta colocou um decreto de um Conselho Municipal de Saúde, que foi eleito na Conferência Municipal de Saúde e legalmente colocado. Em nenhum momento foi levado ao Conselho Regio..., Conselho Municipal de Saúde que eu presidi qualquer tipo de denúncia. É bom que fique claro.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Nunca existiu nenhuma denúncia a respeito de nenhuma área do sistema de saúde ao Conselho?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ao Conselho Municipal de Saúde, do qual temos todas as atas, não. E o último Conselho foi empossado em janeiro deste ano. O Conselho mais democrático que existe no nosso País. O senhor pode conferir a lei.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - E na Secretaria, houve denúncias?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Todas que vieram na Secretaria, mereceram a sua ampla apuração. Em nenhum momento esse Secretário deixou de apurar nada.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor sabe qual é o anti-hipertensivo que a Prefeitura de São Paulo compra?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Posso, posso verificar. Eu não sei qual é o anti-hipertensivo.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O senhor tem aí?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu poderia ter de volta a lista de, de, de...

**(Não identificado)** - *(Ininteligível.)* ... pedir pra tirar uma cópia.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Por favor, a lista de medicamentos.

**(Não identificado)** - Pedir para copiar.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Presidente, enquanto não chega a lista, vamos prosseguir, né?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu gostaria que o senhor fosse mais específico na pergunta. Talvez a gente pudesse antecipar, eu não precisava...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu quero saber...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô, estou esperando, estou esperando que venha a lista pra flagrar o Deputado com o tempo esgotado, não é? Então, prossiga. se V.Exa. tem mais pergunta, V.Exa. conseguiu uma prorrogação.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Exatamente pra saber o porquê... Veja, nós aqui chamamos donos de laboratórios e interpelamos a eles o porquê que eles vendiam nas farmácias um preço pelo seu medicamento e para o hospital municipal, por exemplo, do Rio de Janeiro, eu cito como exemplo, era vendido como cerca de 97% do preço médio ao consumidor de desconto. Ou seja, o preço médio ao consumidor era 69 centavos e para a Secretaria do Rio de Janeiro, municipal, 0,02 centavos. E nós temos a denúncia de que, entre outros

irregularidades, existia um superfaturamento na Prefeitura de São Paulo, que chegava a ser comprados medicamentos até oito vezes a mais do que o preço regular para que, inclusive, se a denúncia continua, pudesse ser pago cerca de 25% de propina àqueles que compravam e aí... Por isso, eu fiz a pergunta ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deixe-me interromper, Deputado, deixe-me interromper. V.Exa. pediu que, que remédio... O doutor tá com a lista e não encontra.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Um anti-hipertensivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é...

**(Não identificado)** - O nome, por favor.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - O Captopril, por exemplo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Captopril. Este é sério. Esse Captopril já tem uma história nessa CPI. Capoten, Captopril... *(Ininteligível.)* Já tem uma história aqui.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu quero saber... Quando eu falo anti-hipertensivo, eu falo no sentido inclusive de sobressaltar os genéricos e, obviamente, porque eles podem não comprar o Captopril, mas podem comprar o Capoten ou outro qualquer e exatamente eu quero chegar... *(Ininteligível.)*

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu precisaria verificar aqui nessa listagem, nobre Deputado, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Quem sabe V.Exa. manda um assessor procurar aí e, oportunamente, responde. Nós encerramos, Deputado. V.Exa. já está há dezenove minutos. Obrigado. Peço à assessora...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu vou, então, Sr. Presidente, aguardar a resposta.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu tenho aqui. O Captopril nessa lista não consta o preço. O Captopril é utilizado na ata — eu posso lhe dar até o código, se o senhor quiser — na ata da SMS 34, que é a unidade responsável pela compra de medicamentos.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas *(ininteligível)*.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É feito por licitação. Eu não tenho aqui...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Mas a...



**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... este preço. Posso mandar pro senhor posteriormente.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... a unidade de...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A unidade de, de...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - ... de compras, não são quatro unidades indicadas pelo Secretário?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não. Espera um pouquinho. Existem duas coisas, nobre Deputado. Eu preciso esclarecer novamente. É uma unidade da Secretaria, que é essa que eu tenho em mãos, e eram quatorze cooperativas que viraram em quatro cooperativas. Eu não sei ao que o senhor se refere, se à compra da cooperativa ou se à compra da Secretaria.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - As duas. Eu quero inclusive saber a diferença dos dois, também.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, a diferença é o seguinte: porque uma é feita a compra sobre licitação e a outra...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Sim, mas eu quero saber o preço só.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O preço eu não tenho aqui do Captopril.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Minha intenção aqui não é saber da administrabilidade. É saber....

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu mando, eu mando depois à Comissão. Eu tenho. Captopril, vamos mandar toda a compra de Captopril existente na Secretaria. Remeto ao Sr. Presidente, porque, se não nós não vamos acabar com...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Acho que, acho que fica suficientemente claro isso.

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Dr. Pagura tá agitado, querendo terminar...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, absolutamente!

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Eu não vou perguntar mais. Eu vou ser bonzinho com o senhor.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não, não, absolutamente. Eu tenho o maior respeito pelo senhor, pelo seu pai, que conheço; pelo seu irmão, que é meu colega de profissão. Realmente...

**O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA** - Que, aliás, fala muito bem da profissionalidade médica do senhor. Estou aqui discutindo sobre a administrativa.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que tanto administrativo como... Eu sempre procurei fazer aquilo que eu fiz na parte médica. Sou uma pessoa séria, que todo mundo conhece.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Mosconi. O Deputado Sérgio Novais me pediu para deixá-lo posteriormente, ele teve que dar uma saidinha. Tem V.Exa. a palavra, Deputado Mosconi.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. expositores, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi com muita atenção, Dr. Pagura e demais expositores, os depoimentos de V.Sas. Eu pretendo me ater aqui à questão que nós estamos aqui enfocando, que é a CPI de Medicamentos voltada mais fortemente para o problema de preços...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode falar mais próximo do microfone, Deputado Mosconi?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Eu acho que o som é que estava baixo aí...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Hein? É, acho que está subindo lá. A providência melhor será essa. Isso, obrigado. Então, eu gostaria de... Eu, com relação à questão do PAS, que é o sistema de saúde do Estado de São Paulo, eu, naturalmente, tenho muitas críticas a ele, e não só eu. Acho que, de certa maneira, o Brasil inteiro tem. O PAS, desde que foi fundado, ele foi, ele tem sido alvo de denúncias de corrupção, de fraudes as mais variadas possíveis. Naturalmente, isso não quer dizer que V.Sa. é que tem responsabilidade sobre isso. Apenas é uma crítica que vale a pena ressaltar aqui, no momento em que o Brasil busca aperfeiçoar o seu sistema de saúde, aprovado na Constituição brasileira, que é o SUS, e que São Paulo, não sei por que razão, de que maneira, resolveu criar um outro sistema quando nós temos um sistema já bem testado e definitivamente implantado no País. Eu gostaria de saber de V.Sa... Há poucos dias tivemos aqui o Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, que é um homem, vamos dizer, de saúde pública, o senhor conhece, e que é voltado muito pra essa questão de combate ao

preço exagerado de medicamentos, e a Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro tem sido exemplar nessa questão. Na sua exposição, Dr. Pagura, a impressão que nos deu é que a Secretaria abre um pouco a mão, sai um pouco fora da questão de estabelecimento de preços e tudo mais. Quando V.Sa. coloca aí a questão do dedo-duro, que eu achei interessante, mas esse dedo-duro, ele pode ser estabelecido por quatro cooperativas, não é verdade? As cooperativas é que... Quem é que dá o preço delas? Quem é que bota o preço mínimo?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O senhor quer terminar?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Não, pode dar...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Quando eu digo... O sistema dedo-duro é o seguinte: quem implantou foi um Secretário.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Tá certo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ele teve que fazer constar no regulamento de serviços que as cooperativas passem por esse crivo de controle, que é pré-auditado, que antes era feito pós-auditado. A listagem dos preços de medicamentos são feitos dentro do mercado total do País pra que você possa fazer o seu parâmetro. Então, hoje, a controladoria de cada módulo, cada um que compra e bateu **on line**, tem esses preços estabelecidos. A grande dificuldade é justamente isso, porque os preços de tabela não são preços que são executados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - É o que o senhor falou aqui, agora. O senhor pegou o **site** do Ministério da Saúde e viu com preços diferentes.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Diferentes. Isso...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Esse sistema é falho. Esse é um sistema falho. Então, esse é um sistema que pode ser falho. Eu tô lhe alertando, inclusive. Acho que é um sistema que pode ser falho.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, inclusive...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Se comparar com o preço do Ministério da Saúde onde seu preço pode ser maior, pode ser menor e tudo mais.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É. Inclusive, nobre Deputado...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Se não houver... Eu só queria dizer pro senhor o seguinte, Dr. Pagura. Se não houver uma negociação direta com as empresas ou com as distribuidoras, o preço pode ser aleatório até.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas aí eu tenho que revogar a lei do PAS.

---

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Eu acho que o senhor devia fazer isso, revogar a lei do PAS.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Porque, é o seguinte...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Seria a melhor coisa que o senhor ia fazer pra São Paulo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nós teríamos que...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - O senhor pode estar certo disso: se o senhor revogasse a lei do PAS, o senhor estaria fazendo um grande benefício a São Paulo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas eu gostaria de colocar, nobre Deputado, qual foi a nossa linhagem.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Não, eu entendi.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A nossa linhagem, primeiro... E o senhor falou do SUS. Não houve, em São Paulo, no último, nos últimos tempos, sem nenhum demérito aos outros, não consigo criticar, nenhum Secretário que tivesse aberto mais as portas ao Sistema Único de Saúde. Isso pode ser confirmado pela Secretaria de Estado e pelo Ministério. Inclusive, já está por nós assinado, e vai ser assinado pelo Estado, o termo de convênio pra retirada de unidades. Eu completo, daqui a alguns meses, a retirada de cem unidades básicas, que eram do modelo cooperativado. Hoje, eu acho que o modelo cooperativado, um modelo flexível, é importante numa cidade do tamanho de São Paulo. Eu não sei se é o modelo cooperativado, se são as organizações sociais do Estado, mas um modelo ágil, principalmente no que diz respeito à realocação de recursos humanos, é muito importante. Isso tem que ser discutido. Agora, vamos supor que hoje eu quisesse mandar um projeto, que não seria nem eu, pra acabar com o PAS. Era a falência do atendimento, pelos números que eu tenho. São Paulo não pode ter nenhuma medida abrupta. Então, qual é a postura deste Secretário da Saúde? Toda assistência básica volta pra, pro Município, passa a fazer as suas compras via processo licitatório, passa a receber programa do medicamento Dose Certa, e deixei isso claro, e aí vamos discutir o atendimento ambulatorial e hospitalar. Porque é muito difícil você ter hoje um atendimento hospitalar somente com o Poder Público, tanto que o próprio Estado utilizou as organizações sociais. Porque é muito grande São Paulo, e num impasse qualquer, onde você não possa trocar um médico rapidamente e aumentar o contingente, você pode pôr em risco o

atendimento à saúde da população. O que eu fiz, nobre Deputado, foi tentar chegar ao máximo de controlabilidade que o sistema me permite.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Mas eu considero muito difícil esse tipo de controle, tal a, muitas vezes, a complexidade e, muitas vezes, a filosofia equivocada do sistema. Eu queria saber do senhor o seguinte: como é que os médicos recebem? Por... Como é que é? Por serviço prestado, por consulta? Como é? Ou tem...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - São as chamadas sobras. Como é um modelo cooperativado...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sobras?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... tem as sobras, e é feito um adiantamento dessas sobras em relação ao custeio. Então, eles seriam os primeiros, dentro do modelo, a fiscalizar tudo isto, porque quanto mais sobras tivesse numa cooperativa, maior seria a possibilidade de redistribuição (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Então, as sobras significa dizer o seguinte: quanto menos se gastar, mais sobra e mais ele recebe. É isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não. Quanto melhor se administrar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Não, mas veja bem. Ele recebe por serviço prestado? Quer dizer, quem trabalhou mais ganha mais? Quem deu mais consulta ganha mais? Quem atendeu mais ganha mais? A lógica é essa.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, ele tem uma grade, tem uma, tem uma, tem uma grade de horário de participação. Eles recebem sobras de acordo com aquilo. Quem trabalha quatro horas, quem trabalha oito horas, dentro da cooperativa. Cada cooperativa tem esse seu, seu modo de fazer.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Não, a crítica, então... Só saindo um pouquinho da questão de medicamento, mas a crítica maior que se pode fazer ao PAS é exatamente esta: o PAS trabalha dentro de uma lógica que incentiva o consumo, vamos dizer assim. É como era o INAMPS, a lógica do INAMPS. É totalmente curativa, era curativa. Deixava a medicina preventiva como se não existisse.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas eu tô mudando isso. Eu mudei isso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Pois é, mas aí então mude, é isso mesmo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas tá mudando, eu digo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Vai na filosofia do SUS, que é muito melhor que a do PAS.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Hoje, nós estamos...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Mas, tudo bem. Eu, até... Dr. Pagura aproveitou até pra fazer uma espécie de ampliação da sua exposição, que eu acho correta.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Desculpe.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Não, não. Eu queria saber o seguinte, não sei se do Dr. Pagura ou dos outros: se a Secretaria de Saúde tem a lista, a relação dos laboratórios ou das distribuidoras que mais venderam medicamentos para a Secretaria durante esse período aí. Tem? Pode me dizer?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Foram entregues todos os documentos de todas as compras realizadas pela Secretaria.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Mas nós não podemos saber agora? Quer dizer, não tem como... Isso não pode ser dito aqui? Não tá aí fácil? Não, que se tivesse à mão, seria bom que a CPI pudesse saber, não?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Você tem, você tem as empresas vencedoras, as atas estão na nossa mão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Enquanto o senhor procura, eu gostaria de saber o seguinte. Foi dito aqui, eu acho que de forma inadvertida, ou não, que o SUS não repassa, ou que o Ministério da Saúde não repassa recursos para a Secretaria de Saúde de São Paulo. É isso o que eu entendi ou não? Não pode ser.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Desde que foi implantado o modelo cooperativado, não houve nenhum repasse da produção feita pelas cooperativas, nenhum tostão.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Sim, mas...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Só é repassado pra São Paulo algumas, algum faturamento da, do SIA, que é a...

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - SIA/SUS.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... as consultas do SIA/SUS das administrações regionais, que são trinta unidades, e do pronto-socorro do Hospital do Servidor Municipal e do Vila Nova Cachoeirinha, que correspondem nem a 10% do atendimento. Noventa por cento do atendimento, que é feito pelo modelo cooperativado, com aqueles números que eu dei, não recebe absolutamente nenhuma verba federal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Mas recebe verba do Ministério da Saúde o sistema SIA/SUS, não?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ele recebe para programas específicos, SIA/SUS, DST/AIDS, mas isso é uma quantidade muito pequena pelo atendimento. O grosso do atendimento está concentrado ainda em torno do modelo cooperativado, e ele não recebe um tostão do Governo Federal, porque havia o problema de "ah, mas é da Prefeitura", "mas não estariam credenciados". Há um impasse de ordem legal que nunca se estabeleceu. Desde que foi implantado o modelo PAS, nenhum tostão foi pro modelo cooperativado, que é o que é o responsável pelo grande atendimento da população de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Queria só saber se já encon... Podemos ter essa informação ou não?

**O SR. CÉSAR PRATES CASTANHO JÚNIOR** - Eu queria pedir desculpas ao nobre Deputado, mas é... Eu tenho uma a uma, quer dizer, e num calhamaço de quase duzentas páginas... Então, nós precisaríamos fazer um levantamento pro senhor.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tão logo chegue a São Paulo, eu faço questão de enviar ao senhor ou à Comissão, pessoalmente, toda a lista desses fornecimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MOSCONI** - Está bem, eu estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado. Tem a palavra, desde logo, o Deputado Neuton Lima.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Sr. Presidente, obrigado. Sr. Relator, Srs. Deputados, acredito que, principalmente pra mim, que não tenho um conhecimento profundo aí da sistemática da implantação do sistema PAS na cidade de São Paulo, até porque sou de São Paulo, mas do interior do Estado, eu acho que as palavras trazida aqui pelo eminente Secretário do Município de São Paulo

vêm clarear, pra mim principalmente, ter uma noção de como existe, como foi montada essa sistemática do PAS. E, pelo que eu pude entender, por suas palavras, o eminente Secretário procurou, a partir da assunção na Secretaria, corrigir os erros até então levantados. Mas eu gostaria de ser sucinto em minhas perguntas, até porque tem mais colegas. Dr. Pagura, quantas sindicâncias V.Exa. instaurou na Secretaria Municipal de Saúde, e quais foram os resultados dessas sindicâncias, uma vez que o senhor disse que todas as denúncias chegadas à Secretaria o senhor mandou instaurar? Acho que é interessante, uma vez que várias, vários assuntos têm sido levantados aí, concernentes à Secretaria Municipal de Saúde.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O número exato dessas sindicâncias aqui, realmente, eu não tenho, mas foram inúmeras. Temos aqui... Eu fiz em módulos. Nós fizemos duas intervenções, uma delas com amplo encaminhamento ao Ministério Público...

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Essas intervenções eram devidos a desvios de recursos, era superfaturamento? O que era?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ela vinha sempre quando punha em risco o atendimento por algum motivo. Quando chega um relatório de intervenção, ele é reauditado, ele é passado para as procuradoras e, aí, ele segue o trâmite necessário: ou vai pra PROCED ou vai pra JUD ou vai pra glosa administrativa, ou vai até pro Ministério Público. Então, duas intervenções, mais uma reintervenção no Módulo 15, que é para dar exemplo, o que se fala no Tatuapé, existe já uma série de medidas tomadas em todos os âmbitos da esfera judicial dentro da Secretaria Municipal da Saúde. Enfim, temos uma série enorme de... Eu posso dizer, nobre Deputado: toda denúncia oficial que chegou pro Secretário, ela é apurada, e o encaminhamento é dado. O grande problema é que, com toda essa formatação de cooperativas, de controles e de problemas, praticamente transformaram o Secretário Municipal da Saúde num secretário de assuntos jurídicos e num secretário de finanças. O Secretário, que deveria manter a sua atitude a fim de se cumprir os programas da Organização Mundial de Saúde e do Ministério da Saúde, olhar se o pessoal tá sendo bem atendido, visitar pra ver como estão os hospitais, passa dias e dias atrás de apurações, atrás de se cercar de todos os mecanismos de auditoria e, ainda hoje, ter que vir dar explicações se, eventualmente, falhou em algum controle. Se mudou, não há nenhuma dúvida, com esse tipo de perfil de



implantação, se mudou. Outro dia, eu tive um... não agitado, porque eu sou até uma pessoa calma, que eu disse: eu vim pra ser Secretário da Saúde, pra fazer programa de saúde da família; pra fazer escola saudável; pra comprar ambulância; pra colocar vacinação; pra ver se os pacientes...; pra fazer os cinco centros de referência de saúde da mulher, todos equipados, que eu estou fazendo; pra fazer, pra melhorar as condições dos prontos-socorros, e acabo virando um secretário de assuntos jurídicos, um auditor e um secretário de finanças. Quer dizer, é realmente, nesse ponto, é até, é até uma frustração pro Secretário. Quer dizer, mas eu, realmente, como assumi, como disse pro senhor, então o que que eu procurei fazer? O melhor possível, a melhor forma possível. Agora, eu deixo claro: eu quero que alguém me apresente uma denúncia oficial que não tivesse tido o trâmite legal na Secretaria Municipal da Saúde. Isto nunca ocorreu.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - Tá bom. Sr. Secretário, uma última pergunta. Por que o senhor acha, então, que a D. Nicéa, ela está muito enraivecida, vamos assim dizer, e lhe acusando da maneira que ela tem feito? O que que aconteceu de fato?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nobre Deputado, sempre tenho mantido a minha elegância com relação às declarações não só dessa senhora como de qualquer pessoa, principalmente as mulheres, a qual eu tenho o maior respeito. Existe algum estilo de trabalho e de intromissão na Secretaria. Eu sempre deixei muito claro que eu não aceitaria intromissão. Então, existiram alguns problemas de ordem geral que foram deteriorando o nosso relacionamento. Vou tratar isso com o maior respeito, não entro em toda a sistemática do que está acontecendo. Isto pra mim, depois, as medidas legais nós vamos analisar como é que nós vamos proceder. Mas, por exemplo, posso lhe dar um exemplo. Um dia, chegou a D. Nicéa pra nós me pedindo que queria a creche do Hospital do Jabaquara pra levar pro CASA. Falei: "tudo bem, acho até bom o CASA tomar conta, vamos ver, vamos ver se funcionamos 24 horas por dia". "Não, mas você tem que assinar hoje isto." "Eu não posso, eu tenho que mandar pra patrimônio, porque isso já está, pertence..." E recebi a seguinte... É que eu não gosto, veja, não é o meu estilo. "Olha eu já passei em cima de muito Secretário e vou passar em cima de você também." Mas, tudo bem, vamos levando. Uma outra época, festas Praças Natalinas. Eu, com poucas ambulâncias rodando, a maioria delas quebrada, e eu tenho até documentado, pedindo dinheiro pra liberação de verbas, que eu precisava

de ambulância. Os eventos Praças Natalinas é eventos pequenos. Às vezes, vinham cinquenta pessoas. Eram três praças por dia, e ela queria que a gente mandasse uma ambulância da Secretaria toda vez lá. Às vezes iam trinta, quarenta. Eu fui em dois, três. Aí, ela, realmente, não podendo isso, conseguiu que o ex-Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal desse as ambulâncias pra ela, o que é ilegal, que não pode, é uma autarquia, não pode tirar. Então, eu não conseguia atendê-la nesse sentido. E eu lamento. Isso foi havendo uma deterioração pessoal do qual eu realmente não fiz absolutamente nada a não ser agir dentro da legalidade, preservando não só a mim e ao Prefeito, mas principalmente ela. Parece que, no decorrer desta história, aumentou essa deterioração e, hoje, eu não consigo, decididamente, evitar. Eu não gostaria, eu sou um profissional; já, realmente, estou hoje numa situação difícil e não é o meu estilo, realmente, fazer crítica. Mas foram problemas de ordem pessoal, seguramente, que levaram a uma raiva desmedida do Secretário atual da Saúde.

**O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA** - O.k., Sr. Presidente. Estou satisfeito, sei que os outros colegas têm mais perguntas. Eu cedo meu tempo aí, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Deputado Neuton Lima. Tem a palavra a nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiras e companheiros, é... Dr. Jorge Pagura, quantas... Eu ouvi com muita atenção, mas não, sinceramente não lembro de ter ouvido o senhor falar a respeito do número atual de cooperativas que tem hoje o PAS na cidade de São Paulo. Ouvi falar sobre a reestruturação, parece que eram quinze no início, mas atualmente quantas cooperativas atuam no PAS?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A senhora me permita que eu possa explicar um pouquinho? O pessoal acha que às vezes eu falo mais, mas é um modelo difícil, eu mesmo demorei pra entender. Existiam quatorze cooperativas. Essas cooperativas não tinham a especificação que deveriam ter: tratamento primário, secundário e terciário. Existiam cooperativas que só tinham primário e secundário, outras que só tinham terciário. Eram quatorze; não havia a cooperativa treze. E nós reformatamos, houve uma incorporação de cooperativas. Hoje nós temos quatro grandes cooperativas: Cooperativa Norte, Cooperativa Central, Cooperativa Leste e a Cooperativa Sul.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, hoje, são quatro cooperativas. E quantos módulos?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Hoje, são quatro módulos, porque o módulo é a virtual...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quatro módulos também, que coordena...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Houve uma fusão das cooperativas, que seria o único mecanismo possível. Houve uma incorporação entre as cooperativas, aprovada pela assembléia geral dessas cooperativas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, os módulos, eles, eles coincidem com as cooperativas? Seria o Módulo Centro, Leste, Oeste e Sul? Seria isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Exatamente. Eles têm toda divisão e, hoje, em cada módulo, nobre Deputada, nós temos o atendimento básico, o especialidades, hospitais secundários e hospitais terciários, o que não ocorria antes da incorporação das cooperativas. Hoje o modelo ficou muito mais melhor formado.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Pagura, o senhor conhece o Dr. Sidney? Dr. Sidney, da coopera..., é...?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sidney?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sidney?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Conheço.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem é Dr. Sidney?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Dr. Sidney é um dos Diretores de Operação, se é o mesmo Sidney que a gente tá falando. É um dos Diretores de Operações da Cooperativa Central.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Pontes?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É o Diretor de Opera... do, o Presidente da Cooperativa Leste.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O Dr. Sérgio?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O Dr. Sérgio é o Presidente da Cooperativa Norte.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O Dr. Márcio?

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É o Presidente da Cooperativa Sul. Conheço, lógico.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Perfeito. Eu, eu fiz essas perguntas porque nós ouvimos hoje pela manhã aqui a Sra. Nicéa. E, a, a Sra. Nicéa, ela confirmou aqui as denúncias que ela vem fazendo pela imprensa e que fez recentemente quando, é, deu declaração, termo de depoimento, no Ministério Público do Estado de São Paulo. Uma denúncia muito grave, é, e que dá conta de que no sistema de saúde do Município de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Saúde do Município de São Paulo, Secretaria essa que o senhor é titular, é, existe, existiria uma, uma caixinha, uma caixinha, aonde todas as compras que são feitas pelas cooperativas, haveria uma obrigatoriedade de 25% em cima dessas compras serem repassadas pra uma caixinha de campanha do Sr. Paulo Maluf na campanha passada, enfim... E ela cita o esquema aqui, ela nos entregou por escrito e leu aqui, de que essa, essa caixinha, ela seria coordenada por esses senhores, que eu falei, que o senhor confirmou, que são diretores ou coordenadores das quatro cooperativas que funcionam hoje na, na cidade de São Paulo, e que esses recursos eram repassados diretamente para o Sr. Chefe de Gabinete, que lhe repassaria. O que que o senhor tem a dizer em relação a isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu tenho a dizer que isso é um grande absurdo. As quatro cooperativas compram e, se eles pertencem às cooperativas, não sei nem se são eles que compram ou o setor de compras deles. Segundo, a (*ininteligível*), a, a... Essa colocação é completamente descabida e, sem dúvida nenhuma, no momento adequado, vai ser passível da nossa atuação de ordem legal. Terceiro, eu tenho uma circular, passada em dia 14 de agosto de 98, que faço questão de passar às mãos do Sr. Presidente. Aí, as então quatorze cooperativas, onde eu proibia qualquer veiculação de propaganda eleitoral em unidade do PAS, porque não vim da (*ininteligível*). Eu entrei como um técnico administrativo. Eu não entrei pra fazer nenhum tipo de atividade política, muito menos caixinha e muito menos propaganda...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Pagura, Dr. Pagura, não precisava nem...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Então, são...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Pagura, não precisava nem o senhor baixar essa medida porque a lei proíbe isso.

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sei, mas eu reite...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A lei não permite propagandas em órgãos públicos.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu sei, mas, mas eu reiterarei, eu reiterarei pelo fato...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu acho que isso não vem ao caso. Não vem ao caso. Eu não estou...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ...de serem cooperativas (*ininteligível*). De qualquer forma, tô passando esse documento ao Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E por que que o senhor acha que a Sra. Nicéa, então, já que o senhor disse que não, não procede, não tem qualquer cabimento essa denúncia, por que que o senhor acha que ela fez essa denúncia publicamente, ela sustentou essa denúncia no Ministério Público e sustentou hoje aqui, na CPI de Medicamentos? O que que move a Sra. Nicéa a fazer essas denúncias, inclusive colocando o esquema, dando nomes de coordenadores dizendo que, por uma orientação da Secretaria Municipal de Saúde, as compras devem ficar centralizadas nessas quatro pessoas que representam as quatro, é, cooperativas e que esses recursos seriam repassados pra sua chefia de gabinete que, em seguida, passaria ao senhor que levaria à Prefeitura? O que levou a Sra. Nicéa a fazer esse tipo de denúncia?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, a D. Nicéa Pitta... Como eu disse, eu sempre procurei ser elegante, mas numa forma agressiva como eu estou sendo inquirido agora, realmente, eu tenho até as minhas obrigações até com uma pessoa altamente conceituada na sua atividade profissional. A D. Nicéa tem uma raiva realmente incontida, e por várias vezes disse que ia me derrubar. Inclusive, ficou extremamente magoada quando nós realmente demitimos o seu grande amigo, que era o Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, porque chegou a denúncia anônima que ele era protegido por ela e que tinha apresentado um diploma falso na ocasião da indicação.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E quem substituiu esse, esse ex-administrador?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Esse ex-administrador foi interinamente substituído por um, por um funcionário, por um administrativo que

estava lá, porque eu vou lhe dar uma colocação. Pra ser Superintendente do Servidor precisa ter, foi criado um decreto de lei...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Título de administrador hospitalar.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... um decreto de lei que teria o (*ininteligível*) de seiscentas horas. Isso diminui o escopo desse tamanho. E nós estamos tentando, inclusive, ver se nós mudamos isso pra quatrocentas horas, pra poder ampliar o escopo. Aquela pessoa só assumiu interinamente. Agora, eu recebi... Se ele apresentou um certificado que não era adequado, se a própria Corregedoria me mandou essa denúncia, eu não tenho outra coisa a fazer a não ser tomar, realmente, essas precauções. Fora isso, existiram... Eu tinha, realmente, da, da, da ex-Primeira-Dama... Realmente, privava inclusive de, de, de...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - De forma resumida, o senhor acha que as denúncias dela decorrem da raiva que ela nutre por sua pessoa...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, ontem eu, ontem eu tive oportunidade de ver de, uns canais de televisão que ela dizia assim, falava em acareação, assim: "Não quero olhar nos olhos desse senhor". Quer dizer, há uma raiva incontida, não se sabe baseada no quê; se porque nós estamos trabalhando com o seu ex-marido...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor concordaria com uma, eh, em, em, em fazer um, participar de uma acareação com a Sra. Nicéa?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que a acareação, ela, no momento em que for necessário, eu, pra provar a minha honestidade, eu discuto com qualquer um em qualquer lugar do mundo. Eu não tenho nenhuma, nenhum problema. Agora, eu gostaria que... Esse nível tem essa, essa CPI. CPI realmente com nível...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor... Dr. Pagura... Dr. Pagura...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... tô tratando com a maior consideração, e gostaria de não ser deselegante mesmo com as pessoas que hoje estão me agredindo, porque eu tenho meios legais pra mostrar e ação muito mais do que entrar num jogo onde há mágoas, onde há problemas de ordem familiar, de ordem pessoal.

---

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dr. Pagura, o senhor alguma vez, é, sugeriu ao Prefeito de São Paulo, o Sr. Celso Pitta, a demissão do Sr. Vicente Delamanha?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente, mesmo porque não seria nem o Prefeito a demitir. O Dr. Delamanha tava afastado numa cooperativa, tava no diretor de hospital pela cooperativa. É uma... São, são declarações, realmente, completamente fora de propósito! Nunca su...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor nunca sugeriu?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nunca sugeri ao Prefeito a demissão de ni... do Dr. Delamanha. Em ab... É um absurdo essa afirmação!

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Obrigada, Dr. Pagura. Eu pergunto a V.Sa., é, Dr. Vicente Delamanha, é... A Sra. Nicéa insistiu aqui, pela manhã, é, de que o senhor a havia procurado, que talvez teria sido o senhor o primeiro a levar ao conhecimento dela denúncias em relação às irregularidades no PAS, no Município de São Paulo. Que o senhor a havia procurada, procurado pra fazer essas denúncias. O senhor aqui disse que nunca procurou a Sra. Nicéa pra fazer denúncia alguma.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - O que acontece, que eu já falei anteriormente, que, por inserção legal do CASA no hospital, nós temos uma parceria com a da, com a, o Grupo Municipal de Voluntárias, do qual ela é Presidente de honra. Então, de freqüentes visitas dela no hospital, onde eu a conheci, que eu a conheci em visitas ao hospital. E, mostrando as dependências, visitando doentes, conversando... Porque a região do Campo Limpo é uma das regiões mais violentas do Brasil. O Hospital do Campo Limpo é o hospital que mais atende hoje ao, ao produto da violência. O Campo Limpo é a referência do Jardim Ângela, do Parque Santo Antonio, do Campo Limpo e do, do Capão Redondo. Então, é um lugar que vive uma guerra civil, é um lugar que necessita de apoio de, e de muita, de muito carinho, porque as pessoas chegam com roupa do corpo. São pessoas que não têm família. Então, as voluntárias desenvolvem um trabalho muito grande. Então, nesse relacionamento, nestas visitas, e também minhas no CASA, sempre discutindo a possibilidade de ampliação dos serviços, implementação dos programas, no atendimento domiciliar, idéias várias, inclusive...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sim, mas, e com tudo isso o senhor tá querendo dizer que ela nunca lhe fez denún..., que o senhor nunca fez denúncia qualquer pra ela?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não. O que eu fiz foi mostrar um documento de considerações gerais sobre o PAS, porque é onde nós...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor, o senhor tem esse documento sobre as considerações gerais?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Tenho um fax aqui, mas mando o original pra vocês, pros senhores, por favor.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Seria importante que esse documento fosse requisitado.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Que foi entregue ao Sr. Secretário e foi entregue também ao Sr. Prefeito, posteriormente.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Como é que chama o documento? Considerações...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Considerações Gerais sobre o PAS.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Considerações Gerais sobre, é, sobre o PAS?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - É um documento escrito...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor, em resposta a um outro Deputado, o senhor disse que...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - ... o senhor, é, discutia com a Sra. Nicéa generalidades sobre o PAS, que é o documento que o senhor fala, mas também distorções. Que distorções essas que o senhor denunciava à Sra. Nicéa? Distorções do PAS?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Tá, eu posso... O, a, a, a distorção...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Que distorção foi sua, foi a, foi a sua palavra.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim, que o PAS precisava ter mudanças; que eram quatorze módulos, e haviam módulos que eram



só postos de saúde e não havia hospital. Então, não, não havia uma caracterização de resolutividade na região. É um dos aspectos. Um outro: precisava rever, segundo a própria lei, quatro meses depois, do sistema, inclusive, como seria reorganizado, como seria custeado isso, como seria esse repasse. E nós, que pertencemos a uma região onde o hospital inicialmente tinha uma característica, que era um hospital secundário, com clínica médica, pediatria e obstetrícia, com o desenvolver dos anos, o hospital ficou necessitado de uma mudança pra resolutividade maior devido às facadas, aos tiros e acidentes vigentes. Então, o hospital foi equipado pela Secretaria Municipal da Saúde para o atendimento, é, complexo. Quer dizer, o hospital se tornaria terciário, originalmente, originariamente secundário. Então, no repasse inicial do PAS...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, as denún... a, as, eh, a, essas distorções a que o senhor se refere... Eu estou concluindo, Sr. Presidente...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - São técnicas, puramente técnicas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - ... dizem respeito à organização. O senhor, então, confirma aqui que nunca foi pressionado pra participar da caixinha dos 25%.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim. Nunca fui.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Como coordenador de um módulo do PAS, nunca foi?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Nunca.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor confirma isso aqui?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Confirmo. Afirmo que é uma, é, essa afirmação é, é inverídica.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E o senhor tinha ouvido falar nessa caixinha antes da denúncia da Sra. Nicéa?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não. Não ouvi, não ouvi...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O senhor participava do PAS desde a época do Sr. Paulo Maluf?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu participo do, do PAS desde a origem dele, sim. Eu tenho trinta anos de Prefeitura.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas em cargos de direção do PAS?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim, porque...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em cargos de direção?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu vou repetir: eu fui integrado, inserido na equipe do Hospital do Campo Limpo — que o Hospital do Campo Limpo...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu estou satisfeita, Sr. Presidente.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - ... tem dez anos de origem — em janeiro de 93, escolhido pelo Diretor Regional de Saúde da época, e lá permaneci e me integrei com a equipe. Porque a equipe que era da gestão anterior ao Sr. Paulo Maluf permaneceu no hospital, inclusive as chefias todas, porque nós trabalhamos lá na construção da *(ininteligível)* da região. Existe um envolvimento muito grande. Então, independente de, do processo da sigla, nós, nós entramos pra manter a equipe coesa e os trabalhos continuando. Teve muitos *(ininteligível)* sem trabalhar em outros locais. Então, nós nos integramos no processo, eu fui convidado pelos cooperados a ser o diretor e fui encaminhado, este, o meu nome, para o Conselho de Gestão e referendado pelo Secretário pelos próprios cooperados, através do Conselho de Administração. Que quem gerencia a cooperativa é um conselho de administração juntamente com a, a Diretoria Executiva. Eu estou normativo. O diretor do módulo ele tá monitorando a saúde na região, os programas, e acompanhando os programas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, me permite, uma última pergunta sucinta ao Dr. Pagura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Uma última pergunta sucinta e resposta igualmente sucinta.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Última pergunta sucinta e a resposta será "sim" ou "não", espero eu. Se o senhor tem, Dr. Pagura, uma conta no, no Multibank da Suíça, se o senhor mantém uma conta?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não. *(Risos.)*

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não mantém.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Muito obrigada.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado à Deputada Vanessa...

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que pede?

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, Bispo Wanderval. Tem V.Exa. ...

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Tive uma informação agora da assessoria que a, a Ordem do Dia, é, já deu início. Eu queria saber como é que vai funcionar a, a CPI, no caso de ter iniciado a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu, eu peço aos Srs. Deputados que, que não deram presença no plenário, pra não obstruir a falta de **quorum**, que o fizessem alternadamente. E nós, na hora em que houver votação lá, vamos ver como é que a gente pode fazer. Ou a gente suspende, vai todo mundo, vota e reabre... Nós não podemos deixar de concluir os trabalhos hoje aqui, Deputado. Tá bom?

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MAX ROSENMAN** - Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu acabei de vim do plenário, só tinha marcado lá 180 presenças e o plenário tá vazio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pois é. Eu pediria aos Deputados que não quiserem obstruir, que dêem presença no plenário e retornem aqui...

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Exatamente, Sr. Presidente. Era isso que o Sr. Presidente da Câmara estava pedindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... que a presença é, é um prazer e é indispensável pra nós. Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Magela.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Sr., Sr. Jorge Pagura, o senhor foi acusado pela imprensa e aqui hoje de ser corrupto. O senhor foi acusado de ser o coordenador de um esquema de desvio de recursos públicos, através de compra de medicamentos para a Prefeitura e através do Sistema PAS, de 25% destas compras em um esquema que seria dividido entre o Gover... o ex-Governador Paulo Maluf, ex-Prefeito, e o atual Prefeito, Celso Pitta, e um grupo que o senhor

coordenaria. Naturalmente que nós sabemos que nenhum corrupto assume publicamente que é corrupto. Mas, também naturalmente, nós sabemos que qualquer pessoa que é injustamente, é, denunciado por ser corrupto sem sê-lo tem uma profunda indignação e, ao mesmo tempo, uma resistência e uma busca pela prova da verdade. Bom, neste momento nós não podemos dizer o que de fato o senhor é. Não podemos. Não temos condições, pelo dois depoimentos, de dizer quem tem razão. Por isso, eu vou fazer algumas perguntas ao senhor e gostaria de bastante objetividade da resposta, porque delas podem surgir linhas de investigação que nos faça seguir um caminho para se chegar à verdade, ou para incriminá-lo ou para inocentá-lo. A D. Nicéa disse aqui, e disse publicamente, que ela tem em poder dela uma fita, que está entregando à Polícia Federal hoje, que prova que o senhor, nesta fita, coordena o processo de arrecadação nesse sistema. O senhor tinha conhecimento dessa denúncia?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Nunca tive conversa com ninguém. Não participo de esquema. E eu acho que ela deve, realmente, entregar essa fita e mostrar se o Secretário está envolvido nessa fita ou não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O senhor, é, o que diz, o senhor... O senhor, naturalmente, o senhor não, não diria que a fita existe. O senhor afirma, nesta CPI, que não há nenhuma conversa do senhor que possa provar a existência desse caixinha, desse esquema?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu nunca tive nenhuma conversa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - E nenhum dos seus assessores?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu desconheço qualquer participação dos meus assessores em qualquer esquema colocado aqui pela senhora que antecedeu ao nosso depoimento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Quem faz as compras da Secretaria... Quem, quem faz as compras da Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - São as unidades responsáveis. No caso de medicamentos, a SMS 3.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Essa, essa... Ela é coordenada por quem?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ela é coordenada... Ela tem um, tem procuradores, tem o pessoal administrativo, e quem faz, depois de todo o processo

feito, pedido do almoxarifado, a liberação, é que aí a chefia de gabinete autoriza o final do processo. Não passa na mão do Secretário.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Que é um processo licitatório.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Normal.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Licitatório. Neste processo, naturalmente, há um, um acompanhamento da Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Há o acompanhamento normal da Secretaria. Agora, é feita por um órgão específico, no caso aqui é a SMS 34, se não me engano.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - As pessoas que compõem esta, a SMS são pessoas de cargo de confiança?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - São funcionários de carreira.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Funcionários de carreira.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Com o procurador junto. Tem procurador.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - No caso das cooperativas, o senhor citou que são, hoje são quatro cooperativas que compram. Quantas são, que compram?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, são quatro cooperativas, e cada cooperativa tem a sua estrutura de compras.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Cada cooperativa e tem sua organização autônoma. É isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É autônoma. Tem a organização dela. Cada cooperativa tem a sua organização. Eu já mostrei...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Mas também...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ...não sei se o nobre estava, todo modelo que nós estamos implantando.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Mas as compras da cooperativa também são acompanhadas pela Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - São acompanhadas pelos mecanismos de controle e auditoria. A Secretaria, volto a dizer, não tem influência em indicação e execução de compra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O senhor afirma, nesta CPI, de que não há nenhum repasse das cooperativas para esquema de formação de caixinha de quem quer que seja na Prefeitura?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu afirmo que o Secretário nunca teve nenhum tipo de conversa, não participa de compras e desconhece qualquer presença de caixinha dentre essas cooperativas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O... Estas cooperativas têm alguma relação, os presidentes, alguma relação política com o Prefeito?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não. Essas cooperativas foram criadas em 1995, pela Lei das Cooperativas, foram formadas por profissionais, e os dirigentes de cooperativa são eleitos pelos cooperados.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não têm nenhuma relação política com o Sr. Prefeito? É isso que eu perguntei.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não têm nenhuma ligação política.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O, o... A existência dessa fita, segundo a Sra. Pitta, é que comprovaria — a Sra. Nicéa —, é que comprovaria a existência deste esquema. Eu quero dizer ao senhor que várias das denúncias que ela fez, a partir do depoimento à Rede Globo, muitas delas já estão devidamente comprovadas, ou por documentos ou por testemunhas. Neste caso, ela vem afirmando, e não mudou a versão em absolutamente nenhum dos momentos que ela veio a público para trazer a versão... Desde o primeiro dia, no que ela dizia à imprensa e no que ela disse hoje, ela não mudou a versão. E a nós... *(Pausa.)* Claro, pois não.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O depoimento à Rede Globo é diferente do depoimento ao Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Em que ponto?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Porque o depoimento à Rede Globo mostra uma lista e diz: Esta é a lista da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, que não... da Prefeitura Municipal de São Paulo, que não pode sair da Prefeitura e é dado a fornecedores. Quando eu fui perguntado, eu fiz a seguinte declaração: 90%... um grande número, não coloquei a porcentagem, mas a grande maioria das compras são efetuadas por cooperativas. E o depoimento do Ministério Público é diferente, já diz que quatro elementos de cooperativas compram e

dividem com o Secretário. São completamente diferentes as afirmações. Foram feitas afirmações, e depois foram se pinçando uma série de documentos para dar base à afirmação primeira, que é totalmente falsa. Aquela lista não é da Secretaria Municipal da Saúde. O Secretário não entrega para ninguém...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Ela mentiu. Então, o senhor está afirmando...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ...que a lista da Secretaria Municipal da Saúde estou entregando, já entreguei ao Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Então, ela mentiu no primeiro depoimento que fez à Globo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Exatamente, quando o Dr. Pagura foi..., ligaram pra..., que estava fora de São Paulo, que vi aquela declaração, disse: a maioria das compras são feitas pelo modelo cooperativado. Aí houve uma mudança da apresentação dela na televisão pra mudança do depoimento no Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O, o que de fato ela trouxe são listas, e o senhor recebeu cópia dessas listas...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Recebi agora. No momento, acabei de receber uma do nobre Deputado...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O senhor não reconhece essas listas como listas da Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu vou mandar... Essas são listas provavelmente de cooperativas. Eu preciso mandar levantar. Porque, o que eu digo pro senhor é o seguinte: a lista apresentada como denúncia não era a lista da Secretaria Municipal de Saúde, que foi a primeira acusação. Esta nunca mais se repetiu porque eu corriji. Inadvertidamente, na ânsia de me justificar, eu corriji.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Agora, Sr. Pagura, o senhor está acompanhando esta CPI, acredito, e aqui foi feito um depoimento demonstrando como são feitas as compras no Estado do Rio Grande do Sul e no... Prefeito, na Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro. E a discrepância dos preços destes dois Governos com o da Secretaria de São Paulo nos parece, numa análise superficial, absolutamente grande. Como é que o senhor justifica isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Veja só, se eu compro da Fiocruz, se o eu compro da FURP, se eu compro...

---

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Não, não, não. Não, não, não. Nós não estamos falando de, de laboratórios públicos, não.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O que eu volto a dizer é o seguinte...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Laboratórios privados.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Volto a dizer pro senhor, vamos fazer essa comparação. Nós temos o procedimento licitatório da Secretaria e nós temos o mercado das cooperativas. Há necessidade de se avaliar. Eu mesmo coloquei aqui, não sei se o senhor estava presente, algumas discrepâncias que se encontram entre preços mínimos e máximos. É realmente uma dificuldade. Eu acho que esse é o caminho que a CPI tá tentando encontrar pra que a gente possa. Agora, eu sempre procurei para nós, volto a dizer... e cheguei a enviar emissários a Cuba pra tentar comprar medicamento mais barato. Alguém que tem esquema de medicamento não vai entrar no Dose Certa pra gastar menos e receber do Estado; não vai mandar uma delegação a Cuba pra tentar montar um laboratório municipal ou comprar, realmente, os similares já registrados aqui a preço bem mais barato e não vai instituir o sistema de controle que eu estou instituindo. Agora, são acusações colocadas, e nós temos o nosso fórum nítido pra fazer essa defesa.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Senhor, senhor... Quero fazer duas perguntas ao senhor. A Sra. Nicéa Camargo disse que o senhor é corrupto. O que que o senhor diz sobre isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ela realmente vai ter as medidas jurídicas necessárias, no seu tempo adequado. Alguém que tem o passado e o presente que eu tenho, porque até agora eu só tô ouvindo denúncias... De positivo, nunca chegou nada que tenha o comprometimento do Secretário Municipal da Saúde. E nós estamos, como eu volto a dizer, com mágoa, mas com tranquilidade, com a elegância que eu sempre tive e usando os direitos constitucionais e legais que a mim são cabíveis.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - O senhor tá dizendo que o senhor não é corrupto?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Em toda a minha vida...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Nesse caso....

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... eu acho até, fico muito constrangido pela... Respeito a sua posição. É uma CPI. Eu sempre respeito esta Casa, mas fico



constrangido. Alguém com o passado que eu tenho, alguém com o presente que eu tenho, alguém que levou toda a minha administração na busca da transparência, otimização e economia, receber isto... Agora, esta pecha que sendo dada, hoje...

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Estou fazendo a V.Sa. perguntas.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... hoje ao Secretário Municipal da Saúde está sendo feita a todo mundo do qual ela revela o seu ódio e destila sem nenhum destempero.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Exatamente. Veja o senhor. Eu estou fazendo ao senhor perguntas e estou, como é de praxe nesta CPI, dando, e como reza a boa prática democrática, a oportunidade de V.Sa. dizer exatamente a resposta à minha pergunta. Mas eu quero fazer a outra pergunta. Se o senhor não é corrupto, como está dizendo que não é — e, como disse, nós não temos como avaliar hoje aqui, nenhum dos dois depoimento como absolutamente verdadeiros, o senhor está dizendo que não é —, o que que então é a D. Nicéa ao fazer esta acusação tão grave contra V.Sa?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Volto a dizer o seguinte: a D. Nicéa... Eu, como eu digo, eu gostaria muito mais do aspecto técnico. D. Nicéa, realmente ela tem tido, quer dizer, uma postura que, até todos provem o contrário, ela enxovalha desde o Presidente do Congresso Nacional a uma Comissão do Congresso Nacional chamando-a de "Escolinha do Professor Raimundo", a um Desembargador, às autoridades, enfim, a todos aqueles em que ela realmente vê ou viu os seus interesses serem prejudicados. Nós vamos, sim... Alguém que lutou a vida inteira, 25 anos como um profissional até de um certo renome, que veio servir a São Paulo — e todo mundo, todas as base políticas sabem do trabalho que eu tô fazendo em São Paulo... Nunca escondi nada, nunca deixei. Fui o que mais abri. Fui o que mais brigou pra que tivesse um Conselho Municipal de Saúde representativo. As suas bases devem saber realmente disso em São Paulo. E que em nenhum momento da sua vida teve nenhuma atitude ilícita. Não teve e está hoje jogado, por uma raiva desmedida de um problema pessoal de alguém que já mostrou — aí não cabe a mim, mas cabe a vocês analisarem os jornais... V.Exas., desculpe — uma série de colocações da sua própria vida pessoal que não cabe a mim comentar, como se sustentou, como morava, como fazia, como conhecia ou não conhecia empresários, e que hoje destila o seu veneno por todos, prejudicando

a minha imagem pessoal, profissional e familiar. Isto seguramente eu vou provar e vou ser ressarcido.

**O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA** - Dr. Pagura, a última pergunta, inclusive, já fazendo aqui, Sr. Presidente, uma observação. Eu estou protocolando na manhã de amanhã um pedido de quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal dos quatro depoentes desta tarde, da D. Nicéa e dos quatro presidentes das cooperativas. Eu acho que isso pode nos ajudar muito nas investigações. E aí eu pergunto ao Dr. Pagura que pode até se antecipar se ele já faz abertura dos seus sigilos já espontaneamente.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu não tenho nenhum problema com meu sigilo bancário e fiscal. Eu só acho que a agressão a que alguém vem... a todo um corpo de políticos, administradores, a Casas de Congresso, realmente é muito forte pra uma agressão pessoal. Mas, não tenho dúvida de que juridicamente os nossos advogados — ainda vamos conversar... Eu vim aqui como testemunha e não pretendo sair daqui realmente como acusado, porque não o sou. Dentro das medidas legais, todas as minhas coisas vão estar à disposição. Não tem nenhum problema, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nenhum problema de ordem pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Magela. Obrigado, Dr. Pagura. Tem a palavra o nobre Deputado José Linhares.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Depoentes. Dr. Pagura, eu gostaria de ouvir do senhor... Eu notei, eu acompanhei bastante, eu vivo dentro de administração hospitalar e vi que o senhor frisou dois aspectos: um foi o modelo de gestão, que é o que está sendo introduzido, e qual é o sistema de saúde. Então, o senhor não é uma criança. O senhor é uma pessoa que eu não sei quantos anos tem de formado, tem uma boa experiência... Naturalmente, quando V.Sa. foi encampar a Secretária olhou o passado dessa Secretária. Então, a primeira pergunta seria essa: as irregularidades encontradas comparadas às irregularidades do presente, elas são mais numerosas no passado ou no presente ou se equiparam?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Acho que todas as irregularidades, nobre Deputado, elas dependem... Como eu digo, a lei, ela vai até o julgamento final e a condenação, mas as denúncias de, de superfaturamento e processos no

Ministério Público, elas diminuíram de 98 pra cá com os mecanismos que nós implantamos, sem nenhuma dúvida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Outra pergunta. Já... eu diria não mais o Secretário de Saúde, mas já ao Dr. Jorge Pagura, o senhor tem um modelo de gestão que são as quatro cooperativas, os quatro módulos e V.Exa. conhece muito bem o Sistema Único de Saúde, o SUS. Este modelo de gestão, o senhor, como pessoa que está acostumada, ele está sendo eficaz? Ele está reduzindo custos? O senhor está tendo mais eficiência por parte do médico? O usuário está mais contente? Seria interessante uma, uma, digamos assim, um pequeno desenho deste modelo que foi aqui atacado e que, muitas vezes, se ataca sem conhecê-lo de perto.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, os usuários eles gostam do modelo cooperativado por uma razão: há um ganho maior dos profissionais no modelo cooperativado do que no serviço normal contratado pela Prefeitura. Você fixa mais o profissional nas áreas de saúde. Você fixa mais os profissionais nos consultórios. E você pode, se ele não estiver condizente com aquilo que é trabalhando com o que deva trabalhar, você pode mudá-lo, você pode substituí-lo sem que você tenha que entrar em todo o trâmite do funcionalismo público onde você afasta. Se ele não vai a um plantão, você fica com uma vaga presa e você não consegue realmente colocar outras pessoas. A partir daí, esse modelo é ágil e muito bom. Se tiver um grande controle, até a compra mais rápida poderia ser uma coisa realmente boa. Eu acho que esse modelo deve evoluir pra uma grande cooperativa de serviços, e a administração de compras ser feita novamente pela própria Prefeitura

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Dr. Pagura, eu gostaria... Eu vivo dentro de um hospital e dentro de uma rede de hospitais. E uma das maiores dificuldades que eu sinto é fazer, digamos assim, a justaposição entre o teto físico e o teto financeiro. Geralmente, o teto financeiro não cobre o teto físico. Como é que estão esses seus módulos neste aspecto?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, realmente sempre há um déficit. Realmente, é difícil você conseguir, porque a saúde, ela... a demanda ela é sempre maior. Com a própria crise social, você... há um aumento de procura, um aumento de distribuição de remédios. Então, é muito difícil realmente a manutenção. Embora

exista um conselho de gestão que faça com que a cooperativa ande dentro daquilo que está estipulado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - A última pergunta que seria bastante inerente a esta Comissão. V.Exa. está com um sistema agora **on line**, já vai poder certamente fazer o levantamento. Com relação ao passado, o senhor sentiu que os medicamentos se tornaram, digamos, mais acessível? O preço baixou ou ficou no mesmo?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, em alguns... Como eu disse, a gente não tem esse tipo de controle, mas eu acho que depois que houve a... que se começou a discutir na própria Comissão Parlamentar de Inquérito o problema de medicação, eu acho que há uma tendência a que esses preços se estabilizem. Esse é um grande papel, que, aliás, é o intuito da Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Linhares. Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados. Sr. Pagura, quanto da verba da Secretaria é do SUS?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É muito pequena realmente. De verba da Secretaria Municipal de Saúde, de verba... *(Pausa.)* Não, isso é só gasto de... mas é muito pequena. Do nosso orçamento, nós recebemos só pros programas específicos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E por que que o SUS não repassa verba pra Secretaria Municipal de Saúde?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Houve... houve um impasse, quando da criação do PAS, que teoricamente as cooperativas precisavam ser credenciadas ao SUS. E aí fica isso, quer dizer, para receber o dinheiro, a gente precisaria ser credenciado ao SUS. E elas seriam... como elas formam cooperativas privadas, teriam que ter o credenciado. Pra eu cobrar e dar crédito e hoje ficar explicando todos os... a interferência do Secretariado, aí eu tenho responsabilidade. Então, essa gestão compartilhada não foi reconhecida como uma unidade da Secretaria, que deveria ter sido credenciada ao sistema — e, aí, sistematicamente os repasses foram cancelados, não ocorreram.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem deveria autorizar isso, a Secretaria Estadual de Saúde ou o Ministério da Saúde?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, o credenciamento seria feito à Secretaria Estadual da Saúde, e aí o repasse viria pelo Ministério, como se fossem entidades privadas, hospitais que prestam serviços ao SUS.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Aproximadamente, de quanto seria esse repasse que não acontece?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, se a gente for considerar o nosso teto de AIH, que seria em torno aí talvez de uns 8 milhões por mês, quer dizer, por ano, acho que nós já estaríamos aí — eu não tenho o valor correto —, mas aí acima de uns 200 milhões, duzentos e poucos milhões.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mês ou ano?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, no total.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Duzentos milhões/ano?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, no total. O nosso teto, se eu não me engano, era em torno de oito. Daria 90 por ano. Então, daria um pouquinho mais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, esse é o valor aproximado...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que deve atingir. Eu não tenho o valor adequado. Eu posso fazer os cálculos, porque, como não repassava mesmo, sequer se... não adiantava mandar as faturas. Isso já vem antes de eu assumir e... mas, de qualquer forma, eu acho que o número é um número acima de 200 milhões.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Se esse dinheiro do SUS fosse repassado para a Secretaria Municipal de Saúde, o atendimento à população poderia ser melhor?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, sem nenhuma dúvida. Um dinheiro bem conduzido, bem orientado, na Saúde, ele faz uma falta muito grande. Seguramente, nós poderíamos estar reequipando mais. E o problema maior é que nós ficamos fora de todos os programas também, além do dinheiro do REFORSUS, do VIGISUS, e também de receber medicamentos mais baratos, como na, no "Medicamento Dose Certa".

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A falta de repasse é simplesmente por essa questão técnica, ou o senhor acha que há uma vontade

política de não repassar recurso para a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, eu tenho tido todo o trabalho, tenho transposto obstáculos para que a gente possa atingir. Agora nós entramos numa linha de equação, onde está na mão do Secretário da Saúde de São Paulo, do Estado, para fazer a assinatura, para que a gente comece a receber o PAB regional, por região, através de convênio. O PAB é feito um pré-pagamento. E eu acredito que não há nenhuma dúvida de que, do ponto de vista político, a gente tem tido alguns problemas, mas nós temos tentado, com o... junto ao Ministério e junto à Secretaria de Estado da Saúde, esse recebimento. E hoje nós temos já um convênio, um termo de convênio, na mão do Secretário de Estado da Saúde, que seguramente vai assinar, para que São Paulo volte a ter progressivamente o recebimento das verbas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mesmo sem ter o recebimento de verbas do SUS, do Ministério da Saúde, via Secretaria de Estado de Saúde, o sistema de saúde da cidade de São Paulo acaba atendendo pacientes de fora do Município?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É, esses dados totais a gente realmente não tem, mas a grande São Paulo, ela é o atravessar uma rua. São Paulo não tem muros e tem uma divisão. E o modelo de São Paulo recebe também pessoas do País inteiro. Então, nós temos... até eu estava tentando montar um **workshop** da região metropolitana, para a gente realmente ver esse problema. É lógico que você recebe, você tem todas as cidades circunvizinhas que acabam utilizando. E como nós permitimos o atendimento a qualquer pessoa que vá, independente de ser da cidade, a gente realmente acaba dando atendimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E de quais cidades circunvizinhas a cidade de São Paulo acaba atendendo mais pacientes?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Bom, nós temos Osasco do lado, nós temos Guarulhos, que é muito próxima, nós temos aquela região do Grande ABC, que é muito próxima; enfim, São Paulo tem uma série aí de regiões que as pessoas procuram o atendimento médico na capital.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Dr. Delamanha, o senhor, que tá lá no Campo Limpo, que é uma região vizinha, de Embu, de Itapeirica... lá no Campo Limpo, o senhor também recebe pacientes de fora da cidade?

---

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - De 25% a 30% do movimento do pronto-socorro provêm dos Municípios vizinhos: Taboão, Itapecirica, Embu-Guaçu e Embu das Artes.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vinte e cinco por cento?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Mais ou menos os casos de urgência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas não é muito grande esse número, não?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Os dados que eu tenho, porque houve... inauguraram alguns hospitais do Estado, e inicialmente nós tínhamos uma quantidade de casos que provinham da região em torno de 30%, mas agora, com os novos hospitais do Estado, eu não tenho os dados novos, o quanto diminuiu, mas a procura é grande; porque eles não tinham hospitais, esses Municípios.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O atendimento é... o atendimento...

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Não, digo de casos... Não, é terciário. Não, não, é terciário.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É terciário.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - É 25% dos casos graves que chegam, entendeu? Produtos da violência.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Além do Hospital do Campo Limpo, que é um hospital público municipal, qual é o outro hospital público que tem na região?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Hospital Zona Sul do Estado, mas é bem longe, que é bem no centro de Santo Amaro, mas o mais próximo era o Hospital do Campo Limpo. Agora, nesse último ano, inauguraram alguns hospitais do Estado na região. Então existe um entendimento de referência, quanto à referência, na região. Nós temos um ótimo entendimento com os hospitais do Estado e agora está se drenando os pacientes de acordo com a capacidade de cada hospital. Então, dados recentes eu não tenho pra lhes dar.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Praticamente o Hospital do Campo Limpo, pelo que o senhor tá falando, acaba sendo o "Hospital de Clínicas" da região.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Era, era até então. E agora os novos hospitais do Estado têm... me parece que somente dois hospitais são abertos. Eles, então, são hospitais fechados recebendo pacientes encaminhados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O que que é hospital aberto e o que que é hospital fechado?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Que não tem pronto-socorro funcionando, aberto vinte e quatro horas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quais são esses hospitais?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Eu não posso dizer agora com certeza. Pedreira me parece que já está aberto, mas eu não... gostaria de não falar, porque não tenho os dados oficiais.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu gostaria de perguntar pro interventor do Tatuapé qual foi a diferença de atendimento que teve antes e após a sua intervenção.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Bom, quando nós chegamos lá, o atendimento estava praticamente a ponto de parar, por absoluta falta de medicamentos, de alimentos, de... de material médico-hospitalar. Então, até foi o motivo, né, da minha ida lá. Nós tivemos um trabalho bastante difícil. Chegava-se lá, não se tinha hora pra sair. Não se conseguia comprar. Muitas vezes tínhamos que comprar com pagamento antecipado, pra receber o produto, porque... por exemplo, material radiopaco, carne do serviço de nutrição e dietética, a gente não conseguia comprar. A gente tinha que pagar, o cheque ser compensado... A cooperativa... tava em tão, tão difícil situação, que a gente conseguiu manter o funcionamento da... do hospital a duras penas. Aos poucos a coisa foi caminhando. Fizemos uma profunda reestruturação em recursos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Melhorou o atendimento?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Melhorou, melhorou.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E o senhor também, nessa região, também tem atendimento de pessoas fora do Município de São Paulo?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Como? Tem.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que cidades?



---

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Tem, tem. Ali vem o pessoal mais de Mogi das Cruzes, Arujá, Guarulhos também procura muito, né, eventualmente Caieiras também, mas...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não há discriminação nenhuma de atendimento?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não há, porque é um hospital aberto, hospital com pronto-socorro, é um hospital terciário, ele atende ortopedia, traumatologia, neurocirurgia, né? Nós tivemos...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele é hospital de referência de alguma especialidade?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sim, sim, de queimados. É um hospital de referência de queimados de todo o Estado de São Paulo. Nós recebemos acidentes com queimaduras graves, são lá tratados e, realmente, é uma equipe abnegada da cooperativa e com alto nível técnico, não é? Nós temos lá um serviço muito bom de atendimento a queimados, muito bom. Em ortopedia também é muito bom, não que os outros não sejam, mas é de referência, inclusive existe a residência médica lá, especialização em clínica médica, em clínica cirúrgica, em bucomaxilo, cirurgia bucomaxilo-facial, não é? Então, são especialidades que lá são muito desenvolvidas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Dr. Pagura, por que que saiu essa história de que tem uma caixinha na Secretaria de Saúde? O senhor tem alguma noção, alguma idéia de onde saiu essa conversa, por que se... se acusou a Secretaria de Saúde de ter essa percentual de "x", "y", "z"?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Houve um tiroteio desmedido, não só contra minha pessoa, mas contra uma série de desafetos, aí, realmente, da... da... da senhora que vem fazendo essas denúncias. Eu nunca participei de nenhuma conversa desse tipo, eu nunca conversei com fornecedor, não conversei absolutamente com ninguém. E vamos aguardar. O que tem que se tomar, realmente, cuidado é o seguinte: eu acho, eu tenho isso, eu tenho aquilo, vem, mostra e pronto, e se alguém estiver no meio, que pague aquilo que tenha que pagar. Agora, ficar nessa história de que cada dia tem uma notinha, tem isso aqui, realmente, é uma coisa que acaba desgastando, e eu posso garantir ao senhor, nobre Deputado, que em nenhum momento fiz ou montei qualquer caixinha dentro

da... dentro da Secretaria Municipal da Saúde. Realmente, não tenho o menor recibo...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Há quanto tempo o senhor é Secretário?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Dia 18 de março, completei dois anos de Secretaria, sem antes nunca ter exercido cargo público, sem antes nunca ter pertencido a um partido político. E entrei pra fazer o melhor tecnicamente possível. Agora, é lamentável que essas declarações ensejem algumas manifestações que a gente acaba ouvindo aqui e algumas colocações de desconfiança, quando não existe nenhuma prova concreta absolutamente de nada. Hoje, tá no sentido de que você recebe uma acusação desse tipo e você tem que sair provando a sua inocência, discutindo nos meios de comunicação, sair falando, antes que você tenha... Quer dizer, houve uma inversão da ordem das coisas. Você tem que provar que é inocente antes que haja uma prova concreta de que você é culpado. Quer dizer, então, é uma deturpação total, que tenho certeza absoluta... quer dizer, essa Comissão, douta Comissão, Comissão realmente séria, como são todas as Comissões aqui dessa Casa, do Senado, do Congresso Nacional, realmente, vão saber diferenciar, porque senão há uma agressão gratuita a alguém que recebe uma afirmação, recebe uma colocação e acaba, realmente, tendo que passar por uma série de coisas, sem que haja nenhuma prova real de que o Secretário ordenou isto, aquilo ou aquele outro, que o Secretário fez caixinha, que o Secretário falou com alguém, que o Secretário recebe. Não existe nenhuma prova nesse sentido e nem vai existir, porque o Secretário jamais participou de alguma coisa nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como o senhor pode afirmar que não vai... não vai existir?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Porque eu tô dizendo que eu nunca participei de nada nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quem foi seu antecessor na Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Foi o Dr. Masato Yakota.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Por quanto tempo ele ficou na Secretaria?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que ele ficou do início da gestão Celso Pitta até 18 de março. Acredito que um ano e dois... um ano e três meses, mais ou menos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Ele era médico?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não, ele era economista. Talvez, devesse ter ficado, porque, hoje, estou discutindo muito mais economia do que saúde.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Essa é a pergunta: será que a Secretaria tem que ter um economista ou um médico?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Acho que ela tem que ter um economista e um promotor pela ordem que as coisas vão levando. O médico, hoje, ficou realmente em segundo... em segunda instância. Eu, como médico, vou dizer uma coisa: eu fiz muita coisa, entreguei ao nobre Presidente tudo que nós fizemos, mas a minha preocupação tem que ser com a saúde da população. Tem os órgãos normais, normativos dentro da Secretaria pra cuidar de todos esses trâmites que eu, infelizmente, me vejo aqui respondendo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Como está sua saúde, hoje?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A minha ou da... da... de São Paulo?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A sua.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tá bem, não vou dizer que não estou aborrecido, não, qualquer pessoa de brio fica aborrecido, passou 25 anos tendo um nome, pelo menos, mediantemente enaltecido e, de repente, vê... se vê no meio numa série de situações da qual não tenho, volto dizer, nenhuma participação, mas eu acho que, quando você entra, todos... V.Exas. quando entraram no meio político acabam, inadvertidamente, recebendo acusações e, não raro, tem que sair correndo pra provar que não é, antes de qualquer coisa realmente seja efetivamente apresentada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - E a saúde da Secretaria tá melhorando?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A saúde da Secretaria tá melhorando. O nosso sucessor no futuro vai encontrar uma Secretaria melhor formatada, com as portas abertas ao SUS, com um mecanismo de controle muito melhor, enfim, nós fizemos um grande trabalho em relação à "controlabilidade", como eu disse, melhora do atendimento e abertura de portas pro Sistema Único de Saúde. São

Paulo não vai mais ficar privado de verbas, São Paulo retorna ao SUS e reorganiza o seu modelo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O senhor falou da sua saúde, da saúde da Secretaria e, pra encerrar, Sr. Presidente, a saúde da população paulistana, apesar da falta de verba do SUS, dá pra confiar?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Dá. Eu acho que o... a saúde, ela é sempre problemática. Por mais que você dê verba, sempre faltam verbas. A saúde é um dos grandes problemas sociais e se reflete. Mas eu não tenho a menor dúvida que a gente está fazendo pela população o melhor possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Com a palavra o Deputado José Ronaldo. *(Pausa.)* Ausente o Deputado Alceu Collares. Não, ausente o Deputado Alceu Collares. Nem sempre eu me confundo, de vez em quando só. Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Sr. Presidente, Srs. Relatores, senhores depoentes, os recursos das cooperativas são recursos do Tesouro Municipal, é o Tesouro Municipal que repassa esses recursos para as cooperativas?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Exatamente, existe um planejamento, existe um contrato com termo de convênio, e de acordo com esse termo a reorganização é passada, passa à Secretaria das Finanças, que deposita diretamente na conta das cooperativas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Com esses recursos, as cooperativas fazem suas compras, pagam as despesas dos hospitais, dos postos etc. Esses recursos são pra isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Os recursos são pra isso. Pro atendimento total à população.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Tudo bem. Essas cooperativas foram criadas exclusivamente no momento da... que foi criado o PAS no Município de São Paulo, ou essas cooperativas já existiam antes, ou elas foram criadas exclusivamente para administrar o PAS?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, foram criadas para a montagem do modelo PAS, porque eram cooperativas de funcionários públicos. Os funcionários públicos se afastariam, teriam uma... uma licença, realmente, uma licença, realmente, uma autorização, e passariam, passaram a formar essas

cooperativas, cooperativas de funcionários. Eram funcionários que trabalhavam no atendimento médico que formaram as cooperativas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Essas denúncias que chegam a público hoje com muito intensidade de superfaturamento de preços nas cooperativas, e que V.Sa. tem declarado reiteradas vezes e aqui, nesta audiência, também, reiteradas vezes, tem declarado que é administrado pelas cooperativas... Essas licitações, essas tomadas de preços etc. dessas cooperativas, com essas denúncias de superfaturamento, a Secretaria abria sindicâncias nas cooperativas, ou a Secretaria não tinha poderes de abrir as sindicâncias nas cooperativas?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A Secretaria, em alguns momentos, fez uma intervenção no módulo de atendimento, não na cooperativa, porque a cooperativa é um órgão privado. Mas a Secretaria criava Comissões pra avaliar qualquer tipo de denúncia. Pegava auditoria, reauditava, e ao que era procedente era dado um procedimento normal.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Foram configuradas esses superfaturamentos em algumas dessas auditorias?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Existe... existe uma série de casos já no Ministério Público antes da nossa gestão, já existem de fatos ocorridos, existem também algumas outras... existe uma série de inquéritos, que vão do Ministério Público, que estão na AUDI e que estão na PROCED; de sentenças definitivas, nós não temos ainda conhecimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje aqui, de manhã, a depoente, Sra. Nicéa Nascimento, respondendo a uma pergunta do nobre Deputado Neuton Lima, que mostrou um contrato assinado pela Sra. Nicéa Nascimento, um contrato assinado, se não me falha a memória, de 115 mil reais, um contrato pessoal da depoente com o cidadão, ela disse que esse documento não era do conhecimento dela, a assinatura ela afirma que era dela, mas ela disse que, nesse depoimento, que ela assinou alguns papéis em branco, quando solicitada pelo Prefeito Celso Pitta. Eu quero aqui, Sr. Presidente, concluindo essa minha intervenção, dizer que uma senhora que assume aqui, perante uma CPI da Câmara dos Deputados, que viveu mais de 25 anos com um homem — e ela reconhece aqui, perante esta CPI —, segundo palavra dela que está, aí, gravada na Taquigrafia e no Som, de que assinou, por diversas vezes, papel em branco, não merece a minha confiança, Sr. Presidente. Não estou aqui

defendendo nenhum dos depoentes, é uma questão de São Paulo que tomou repercussão nacional, mas veja, Sr. Presidente, que aqui, com as colocações dos senhores depoentes e, acredito, se criado uma CPI no foro próprio, a Câmara Municipal de São Paulo, deverá aprofundar essas denúncias e aprofundar, realmente, essa questão da Prefeitura Municipal de São Paulo, mas com a colocação que foi feita aqui hoje, dizendo que assinou diversos papéis em branco, não tem a minha credibilidade, Sr. Presidente, para outras denúncias. Eu quero aqui terminar e concluir a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Deputado Fernando Zuppo com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Sr. Presidente. Dr. Pagura, o senhor assumiu a Secretaria da Saúde, em São Paulo, mais ou menos, o que, 98?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Março, 18 de março de 98.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Dezoito de março. Antes do senhor foi o Dr. Yakota e antes foi o Paulo Richter.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sim, perfeito.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Foram os dois, na ordem, aí.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Yakota e Paulo Richter.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Quando o senhor assumiu, o senhor reduziu de quinze para quatro cooperativas. Por quê?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não foi logo, nobre Deputado, que eu transformei essas cooperativas em quatro. Como eu disse, eu, primeiro, fiz um estudo e vi que, por mais que a gente tinha, que os mecanismos de controle seriam muito melhor executados se nós diminuíssemos as cooperativas, primeiro. Segundo, havia sempre uma queixa de que alguns módulos não davam atendimento. Como era o pré-pagamento um módulo que não tinha hospital terciário, se quando encaminhava pra hospital terciário, como era feita pela população vezes o valor de referência do módulo, acabava tendo teoricamente um prejuízo no atendimento. Então, nós tínhamos que manter o princípio da equidade, da universalidade de tratamento. Então, essa mudança em quatro, ela serviu pra dois aspectos. Primeiro, primeiro aspecto: o aspecto de atendimento da população, esse foi o melhor possível, que dentro de cada região, embora ele possa freqüentar qualquer cooperativa, você tinha atendimento primário, secundário e terciário, com estabelecimento de referência e contra-referência. Segundo: com quatro módulos e

quatro controladorias, o seu controle, por mais difícil que seja e por mais problemas que você possa ter, você controla de uma forma melhor; e , em terceiro, daria, nesta reformatação, pra que a gente usasse, fizesse o nosso projeto de retomada de unidades, em vista de partir pra municipalização do piso de atenção básica.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Nessa data, quando o senhor fez esse trabalho de reestudo do PAS, o senhor reparou se havia muitas denúncias de irregularidades, de superfaturamento, se, enfim, de número de atendimentos, de fichas criadas sem que houvesse, na verdade, o cidadão atrás dela, né, pra aumentar o número de atendimento? O senhor não teve notícia... Não teve um relatório que a sua assessoria fez denunciando essas irregularidades que já havia no PAS quando o senhor assumiu?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, quando eu assumi, nós procuramos é melhorar o, o modelo...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Sim, não tenho dúvidas.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - ... o modelo, o modelo. Tem, existe uma série de inquéritos no Ministério Público que remontam a... anterior a 98. O que nós fizemos? Também na parte estatística era necessário todo esse processo de informatização, até pra que a gente tivesse uma fidelidade desses números atendidos, e, nesse ponto, eu gostaria até de complementar, esse modelo que nós fizemos de controle, não é só pra controle de compras, não; é um modelo de controle também de atendimentos.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas por que que o senhor não trouxe o Departamento de Compras de volta pra Prefeitura?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Porque eu não posso, nobre Deputado. O, o modelo cooperativado hoje, ou se extingue de vez a lei do modelo cooperativado, e você tem que reformatar todo o modelo de saúde de São Paulo, ou eu não tenho esse poder. Isso será uma evolução. Como eu disse, eu primeiro tenho que ir pro plano, pro piso de assistência básica, acertar a municipalização básica na cidade de São Paulo e, depois, partir realmente pra um estudo, porque eu acho que o modelo flexível, seja cooperativa nesse molde novo que nós colocamos, sejam as organizações sociais, algum modelo, como eu disse, deve ter. Agora, vamos supor que hoje a gente quisesse terminar com a lei do PAS, hoje a gente tivesse que terminar, nós teríamos que chamar os funcionários que estão afastados, que (*ininteligível*), abrir concurso ou contratar de emergência, fazer

licitações de emergência... Seria uma transição muito difícil para a cidade de São Paulo. O que que nós fizemos? Equacionamos o atendimento básico. Eu acho que o modelo cooperativado, nos moldes como nós colocamos, é importante.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor acha que nós devemos acabar com o PAS e voltar ao SUS então? O senhor acha que isso aí foi uma encrenca pra São Paulo? Que não deu certo?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, eu não acho que não tenha dado certo no aspecto de aumento de atendimento, embora tenha esse problema estatístico e a fixação do funcionário. Eu acho que pro profissional... eu acho que a evolução desse modelo, é um modelo de cooperativa de prestação de serviços de recursos humanos, e o retorno eventual da parte administrativa à Secretaria. O SUS... realmente nós agora abrimos as portas. Então, como eu disse, falta só uma assinatura do Secretário de Estado que, como eu disse, São Paulo hoje... Se eu quisesse hoje voltar o SUS em São Paulo, não tem dinheiro pra fazer a volta do SUS, porque o impacto da entrada de São Paulo num processo de municipalização, seja num piso de atenção básica, seja num piso de atenção, de gestão plena, realmente desequilibra, mesmo porque o nosso teto foi dividido. Então isso tem que ser estudado de forma parcimoniosa, não pode ser...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas, Dr. Pagura, mas será que não se elevou, e muito, a despesa com atendimento à saúde em função desse tipo de atendimento? Porque, veja, o senhor deve... o senhor é médico, é um administrador também e tá acompanhando inclusive — quem sabe? — os trabalhos nossos aqui. O senhor concorda que nós poderíamos comprar medicamentos em São Paulo por preço muito abaixo do que aquele que nós compramos?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor acha que sim, ou que não?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que nós temos que ir pra compra de medicamentos... Eu mesmo disse, pra tentar essas distorções, já que nós não estamos conseguindo...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Nunca lhe passou pela cabeça seguir, por exemplo, o exemplo do Rio de Janeiro, do Dr. Gazola, que montou e nos mostrou e o senhor deve ter conhecido hoje...



---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Tudo bem, o Dr. Gazola é uma pessoa excepcional...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Não; elimina o Dr. Gazola, o esquema implantado no Rio, como exemplo, hein, acredito que tenham outros Estados que possam ter até melhor, mas o senhor não se debatia... O senhor, sendo Secretário da Saúde do Estado de São Paulo. Qual é o volume de medicamentos comprados/mês pelas cooperativas somadas?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Volume em termos de financeiros?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - De números redondos. Isso...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Em torno de 2 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Dois milhões de reais?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - É, isso é mais ou menos 5% do orçamento.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Isso centralizado numa compra só, através de concorrências públicas, o senhor não acha que nós, num processo de economia de escala, nós não conseguiríamos baratear isso aí, num percentual muito significativo? Qual a opinião do senhor?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que sim.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - E por que que continuou? Eu sei que o senhor deve estar aborrecido em ficar respondendo sempre as mesmas perguntas, mas pra mim é a primeira vez, e eu tô também lhe dando a oportunidade de o senhor dizer porque que nessa reestruturação que o senhor fez dentro do PAS o senhor não mexeu no Departamento de Compras. O senhor já falou, o problema das cooperativas, né, mas se reduziu, de quinze pra quatro, por que não uma compra, em seqüência, desses medicamentos todos aproveitando da quantidade, do pagamento, que me parece, é feito o que... pelas cooperativas? Pagamento à vista, antecipado, ou como que é?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Hoje, se eu tivesse tido esse tipo de procedimento, hoje eu estaria em pior situação aqui pela interferência da Secretaria em juntar cooperativas pra fazer compra. A cooperativa é autônoma. Ela tem a sua condição de compra. A Secretaria não pode, legalmente, que eu digo, pela lei vigente, interferir pra comprar medicamentos de uma determinada forma. Ela pode colocar parâmetros, como eu estou colocando. É a nossa interferência na iniciativa privada; é a lei do PAS.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Isso. Pois é, mas então veja, por essas dificuldades todas por que passam as cooperativas, a ponto de ser nomeado o Dr. João Nelson como interventor de uma cooperativa, essa situação administrativa das cooperativas não contribuiu pra quebrar o Estado de São Paulo, no setor Saúde, a cidade de São Paulo no setor Saúde?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, eu não diria. Eu tô trabalhando hoje, já chegou a ser até uma...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Em função de um problema administrativo, Dr. Pagura, nós acabamos gastando dinheiro que não precisávamos ter gasto.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Veja, o atendimento tem sido feito. Toda essa avaliação, realmente, de custo e de benefício, isso tem que ser equacionado, todos esses modelos realmente têm problemas em relação à prestação. Nós estamos falando de uma cidade que é um País, onde tem que se tomar muito cuidado pra uma medida abrupta, porque o Secretário, apesar de ter que controlar todas essas coisas que nós tamos discutindo aqui, tem a função de manter os seus programas de saúde. Há uma necessidade imperiosa de eu não deixar que a população corra riscos. Como eu digo pro senhor, se hoje eu chegar, sem tá com o piso, com o plano de assistência básica já montado, com as portas abertas pro SUS, pra uma programação, mesmo que quisesse não teria condições hoje de falar: Olha, acabou o modelo cooperativado. Ia ser um risco bastante grande.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Não dá pra liquidar hoje?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Hoje não dá.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - É um beco sem saída.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nós temos que progressivamente indo ao SUS...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas é um beco sem saída... E, dentro desse progressivamente, nós vamos ter que continuar pagando caro pelos medicamentos, pelos equipamentos hospitalares... Por exemplo, deixa eu fazer uma pergunta ao senhor. O Dr. Delamanha, por exemplo, quanto que ele ganha sendo funcionário há trinta anos do Ministério da Saúde? Quanto o senhor ganha, qual é a diferença de salário sua, trabalhando pro PAS e se o senhor voltar a ser funcionário novamente da Secretaria da Saúde?

---

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - De acordo com a carreira...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Isso.

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Tem um teto salarial.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Quanto que é esse teto?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - O dobro seria. Não, eu não... Eu...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor ganha o dobro?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - O dobro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor ganha o dobro hoje?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - O dobro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Quer dizer que o senhor foi pro PAS com o dobro do salário?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim, porque meu cargo também é um cargo...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O Dr. João Nelson também?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Não; o senhor foi com o mesmo...

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Desculpe, o senhor pode repetir pra mim?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor hoje é o interventor de um módulo do...

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Não, não, não. Eu saí de lá...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor foi.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - ... dia três de setembro, me parece.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Não, o senhor foi. Durante o tempo que o senhor fora interventor, o senhor ganhou mais de salário na sua folha de pagamento?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Sim... Não, na folha, não.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - O senhor ganhava da cooperativa.

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Eu ganho... eu sou servidor de carreira.

---

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Isso. Então...

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Só pro senhor exemplificar, o médico da Prefeitura, que faz vinte horas semanais, estaria hoje em torno de 1.200 reais ao mês.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Como interventor o senhor ganhava quanto?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Eu ganhei em torno... Eu ganhei uma diferença de...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Pois é, de quanto?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - O senhor quer saber quanto...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Quero saber quanto que o senhor ganhava a mais pra ser interventor. Mil reais? Quinhentos?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Não, um pouco mais. Cerca de 3 mil reais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Três mil a mais?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - A mais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - A mais?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - A mais. Isso.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Dr. Pagura, que encrenca pra São Paulo, hein? O dia em que acabarem essas cooperativas, como é que nós vamos fazer com esses vinte e poucos mil funcionários que aderiram, que aderiram às cooperativas, né? Eles estão numa situação profissional aí tremenda, né?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu estou estudando, nobre Deputado, e inclusive dependo agora, agora eu dependo muito mais pra corrigir algumas distorções, eu dependo muito da Secretaria do Estado e do Ministério da Saúde. Não há nenhum Secretário, como eu disse, não houve nenhum dos Secretários nos últimos tempos que tenha ido tanto ao SUS. E o que que nós tamos pretendendo? Nós tamos pretendendo até estipular um prêmio incentivo. A unidade, pra que você possa, porque nós tamos trazendo de volta os funcionários que estavam em outras Secretarias...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Pagar pra sair, Dr. Pagura?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não é pra pagar pra sair. Eu digo, os funcionários que estavam afastados da Secretaria Municipal de Saúde em outras Secretarias que voltam a atender nas quase cem unidades que nós vamos retomar,

que devemos retomar nos próximos meses, até um prêmio incentivo, porque você não pode aumentar o salário, porque se não você estende a todo o funcionalismo. Não tenho dúvida que era uma situação que foi feita, pra que todos os funcionários tivessem aderido. Como muitos não aderiram, nós ficamos com esse tipo de impasse, que eu tô resolvendo. Trazendo o funcionário de volta, retomando cooperativas... Agora, como eu disse pro senhor, nobre Deputado — e o senhor conhece bem a região —, São Paulo não agüenta medidas drásticas e repentinas. Há de se fazer com parcimônia e de forma progressiva.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas o senhor concorda então que o PAS foi uma medida drástica quando implantada.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que o PAS deveria ter sido implantado de forma mais parcimoniosa. Essa é a minha opinião...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Então, o senhor condena a atitude do Governo à época, que implantou de maneira drástica e que trouxe esse problema...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu não... Não me cabe condenar Governo anterior ou não. O que eu tenho é uma opinião de avaliação. Foi um modelo novo, houve uma preocupação com os problemas de atendimento. Era todo fim de semana, morria gente no pronto-socorro porque não tinha médico, o médico de plantão. Houve uma necessidade do governante de tentar mudar. Eu teria feito de forma mais parcimoniosa, pra avaliar, pra aumentar a implantação. Não estava presente no Governo, não sei por que que foi feito dessa forma, mas foi uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero pegar uma carona, Deputado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Pois não, Presidente. Com muita honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria saber quanto do percentual da arrecadação de São Paulo, que São Paulo aplica na saúde, e se São Paulo abriu mão do PAB, não recebe nada do PAB federal?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não é que São Paulo... São Paulo hoje tem aprovado, eu tenho... Aliás eu tive aqui na aprovação da PEC 169, pra que se fixasse as porcentagens de cada, de aplicação na saúde. Eu diria que no Município de São Paulo, a gente tem uma aplicação em torno de 10% na saúde. E não é que São Paulo não recebe. Eu quero receber o PAB, aproveito essa

oportunidade, porque eu vou receber o PAB progressivo como nós pedimos. Eu já fiz... Olha, fizemos o Conselho Municipal de Saúde, reorganizamos e integramos o pleito de gestão, falta uma assinatura do Secretário de Estado, pra que a gente comece a receber progressivamente o PAB e retome, pelo menos, a assistência básica pra controle da Secretaria Municipal de Saúde.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas, Dr. Pagura, finalizando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Última pergunta?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Agora, eu pego uma carona na sua Presidente. É... Existe uma denúncia, que não foi a D. Nicéa que fez, mas que tá aí no ar, e eu acredito até que o Dr. Pagura tenha conhecimento, de fichas abertas pelas cooperativas, sem que houvesse na verdade o paciente, pra aumentar a quantidade de pessoas, porque recebe-se por cabeça. Me parece que é mais ou menos isso. Eu queria que o senhor confirmasse.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ele foi feito um cálculo da população potencialmente cadastrada. Não é prestação de serviço.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - De outros Municípios também?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não; população potencialmente cadastrada foi um estudo que foi feito quando foi feita a Lei do PAS, dentro do PAS, se pegou uma região, disse que a população é potencialmente cadastrada. Agora eu queria dar, voltar aos idos de 1980, quando eu havia chegado da Alemanha e assumi o meu lugar de chefia de neurocirurgia no Hospital Darci Vargas e trabalhei, passei uns dois ou três meses no Controle e Avaliação, quando existiam os famigerados boletins de atendimento de urgência, o que quase acabou com o SUS. Então, que era problema, cesárea em homem e aquelas coisas. O modelo de... o pré-pago, ele evita isso, porque aquela população já foi realmente preestabelecida, e ele tem que dar o atendimento. Se fosse forjar ficha seria para serviço prestado. Não é isso que ocorre.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Dr. Pagura, o PAS...

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente, e de justiça. Está começando a votação, e eu queria, pelo menos um minuto, para fazer minha colocação e abrir meu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já pedi ao Deputado Zuppo que conclua e vou responder a questão de ordem com uma proposta. Imediatamente, asseguro a V.Exa. a palavra.

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não é, altera a ficha...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - A última pergunta, agora, sim, Deputado, porque V.Exa. está prevalecendo, só porque eu peguei carona, V.Exa. retomou a viagem aí.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO** - Mas, Dr. Pagura, com a maior sinceridade, o PAS tá falido?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O PAS está modificado, o sistema hoje vigente é o SIMS. O SIMS é o sistema que nós fizemos, mas realmente temos dificuldades financeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, tá havendo votação no Plenário, eu consulto os Srs. Deputados se nós suspenderíamos a sessão por cinco minutos, para votarmos...

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta de que nós nos alternássemos aqui, porque seria... acho que faltam três, três ou quatro Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, falta o Deputado Iris, Deputado Caropreso, Bispo Wanderval, Salatiel Carvalho, que é V.Exa., Fernando Coruja e Sérgio Moraes.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Eu acho que seria mais adequado que nós nos alternássemos aqui, o plenário é aqui ao lado, e não interrompêssemos a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O que propõem os senhores Deputados?

**(Não identificado)** - Eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O que me parece claro, é que se nós não interrompermos...

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - É melhor, né, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... um Deputado pergunta, o outro vem e não acompanha. Então, cinco minutos dá um fresco. Cinco minutinhos e nós voltamos aqui.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Cinco minutos cravadinhos, entendeu? Tá, obrigado, hein.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Cravados, Sr. Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Está suspensa a reunião por cinco minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - ... pra suspender de novo. Estão havendo votações, uma em cima da outra. Já estamos na terceira votação. Então, eu vou suspender por mais uns dez minutinhos. Mas eu queria, desde logo, avisar que surgiu um contratempo na agenda do Presidente. Então, a reunião de amanhã da Comissão com o Sr. Presidente vai ficar suspensa, entendeu? Adiada pra próxima quarta-feira, no mesmo horário, entendeu? Não é? Então, tá adiado. E nós vamos fazer... então, amanhã, vamos ver o que nós vamos fazer da Comissão. Certamente, teremos o que fazer. Haveremos de fazer uma nova agenda. Eu vou continuar com esta reunião suspensa por mais dez minutinhos pra que a gente possa concluir a votação em plenário, e retornamos aqui para concluir.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos retornar os trabalhos, senhoras e senhores, a fim de que possamos concluí-los. Convido os nossos depoentes a tomarem os seus lugares à mesa, e os Srs. Deputados...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Em razão do cancelamento da visita ao Sr. Presidente amanhã, como fica a nossa CPI no dia de amanhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Trabalhando de pé pelo Brasil.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, mas eu gostaria de saber qual é forma de trabalho. Isso que eu queria saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nós podíamos... Eu quero escutar... e estou recebendo sugestões. Mas o que eu podia fazer era uma reunião interna, convidando os Srs. Deputados, na seção em cima, oportunidade em que nós apresentaríamos os trabalhos das assessorias.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A que horas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Poderia ser às 14h, 14h30min.



---

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que sala que é? Sala 129?  
Às 14h30, 129.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Às 14h30min, na sala 129 ou frontal.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Todos estão de acordo, né? Eu quero saber: os Deputados inscritos encontram-se presentes? Tem a palavra.... o Deputado Márcio Matos não se encontra presente. Deputado Iris Simões, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, senhores depoentes, pena, né, Sr. Presidente, que essa nossa paralisação esfria... e também o nosso raciocínio fica abalado neste momento. Mas para os depoentes, nada melhor do que essa paradinha. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer alguns questionamentos ao Sr. Secretário e demais membros do Governo de São Paulo, Municipal. Acho que o termo, a expressão "corrupção" é algo pesado e que, com certeza, fere as pessoas, até porque não se comprovou até agora absolutamente nada. Mas nós não podemos deixar de falar do assunto. Eu queria, primeiramente, me dirigir ao Dr. Delamanha, é isso mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Delamanha.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - A Sra. Nicéa, hoje pela manhã, disse que o senhor — eu vou voltar ao assunto, exatamente porque eu quero chegar num determinado momento —, disse que a partir do momento que o senhor entrou com ela no gabinete, e adentrou em seguida o Secretário Pagura, disse que o senhor fugiu. Essa é a expressão que ela usou aqui. Pois bem. Na seqüência, Dr. Pagura, ela disse que depois da fuga, pelo medo do confronto do senhor e das denúncias que ele estaria levando ao Prefeito, ela teve um bate-boca com o senhor e o Prefeito. E o Prefeito e marido dela, naquele momento, disse que chamaria a segurança para tirá-la do gabinete. E ela disse que só sairia numa camisa-de-força, já que diziam que ela era louca. Isso é verdade? Aconteceu? O senhor presenciou esse fato?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Nunca vi alguma coisa nesse sentido. Nunca presenciei esse fato, essa atitude.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - O que me espanta o marido tentar prender, chamar segurança pra tirar a mulher.

---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Isso nunca ocorreu, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Ela tá mentindo, Secretário?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Sem nenhuma dúvida! Isso nunca ocorreu. São fatos tirados e que a gente é obrigado a responder. É uma acusação absurda.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - O senhor disse que ela havia indicado um nome, Dr. Guerra, se não me falha a memória.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não. Dr. Guedes é o Secretário do Estado de Saúde do Estado de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Não. Quem era a pessoa que ela tinha indicado para a Secretaria e que, depois, foi retirado pela falsificação?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ah, não. Veja só. Eu não disse que a D. Nicéa havia indicado. Mas a D. Nicéa....

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Mas a imprensa trouxe que o senhor....

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - E o senhor se referiu agora há pouco, desculpe, o senhor se referiu agora há pouco que havia uma notícia de que seria uma indicação da primeira-dama.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, veja só. Havia um protegimento da primeira-dama.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Exatamente.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Protegimento, sim.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - É, foi essa a expressão.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Havia um protegimento da primeira-dama. Inclusive na denúncia que motivou a nossa dispensa desse funcionário e abertura do inquérito....

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Certo.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Isso dizia que um funcionário que era protegido pela primeira-dama havia apresentado um diploma falso de administração hospitalar. Realmente quando chegou, nós...

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - E era protegido dela mesmo, Sr. Secretário?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ele era muito amigo dela. Não há nenhuma dúvida. Foi uma das.... Porque ele acabava fazendo todas as atividades que o Secretário não podia fazer, até por força de ofício, como eu expliquei: liberação de ambulâncias, levar médicos em albergues. E ele era realmente... Eu não gosto muito de entrar nesses detalhes, porque eu queria manter um pouco mais... as coisas mais lógicas.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Nesse sentido o senhor insinua alguma coisa?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Absolutamente. Absolutamente. Mas ele era... Freqüentava muito a casa, freqüentava....

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Ele tinha uma relação mais estreita?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não. Ele tinha uma boa relação com ela. Ele era realmente, era taxado, isso se colocar, se perguntar no servidor municipal, se perguntar na Secretaria, teria a proteção da primeira-dama. Visto que ele quase pouco... Começou, não dava mais satisfações, embora não precise por ser um superintendente de autarquia, praticamente não dava atenções à Secretaria de Saúde. Mesmo eu o havia prevenido na época. Falei: não pode liberar ambulâncias da autarquia pra um evento desse tipo. Pra chegar numa determinada ocasião, o responsável pelo atendimento médico no carnaval é o nosso SECOM, é o nosso atendimento pré-hospitalar. E ele também colocou ambulâncias do servidor no municipal. Quer dizer, havia realmente um protecionismo em relação a essa pessoa. E ela decididamente não gostou quando nós tomamos essa atitude. Isso sem nenhuma dúvida.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Sr. Secretário, eu acho que....

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Mas são todas condições que eu não gosto de discutir.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - A questão política não vem ao caso pra nossa CPI. Mas há alguma coisa e nada de grave que eu vou perguntar. Ela..., me parece que ela andava no paralelo. Ela não era integrada com a equipe. O senhor como Secretário, homem de confiança, o senhor sentia que havia essa desconexão entre a primeira-dama, ou intromissão, tentando entrar no sistema, no Governo? Havia isso?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Havia. Realmente a primeira-dama, ela sempre queria fazer prevalecer... Lógico que você dá o atendimento normal,

com o respeito que a primeira-dama merece, em todas as situações possíveis dentro de uma secretaria. Mas não pode haver uma interferência direta em algumas secretarias. E quando havia uma contrariedade em alguma solicitação que, decididamente, você não podia cumprir, volto a dizer, até por força de ofício, isso realmente se justificava nessa labilidade de humor que todo mundo conhece. Agora, eu estou lá pra prestar serviço à população e pra cumprir a lei. Eu não posso estar lá pra agradar ninguém. Uma vez, eu volto a dizer, eu ouvi essa frase: você tá demorando muito, eu costumo passar em cima de secretários. A qual eu respondi: se a senhora passar, a senhora, por favor, sente e administre a Saúde em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - O senhor tem conhecimento de alguém que ela passou por cima, de um outro Secretário?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, eu não... Dessa forma não, mas interferências, realmente, é... elas realmente acabam existindo. Tanto que uma das... do que se veiculou, que se veiculou, é o fato de que até o dia 25 de janeiro, quando ela foi à missa na cidade de São Paulo, da fundação da cidade de São Paulo, ela disse que ia assumir realmente o cargo de... do... dela, do CASA, e ela queria assumir a diretoria ..., a presidência-executiva do CASA, ela não queria a presidência de honra. Em algumas notícias de jornais veiculadas ela chegou a dizer que queria ser Senadora, que ela queria assumir uma Secretaria, que ela queria fazer... Havia a... necessidade talvez de uma intromissão na Secretaria. Na minha Secretaria eu nunca deixei, e, às vezes, isso foi realmente, seguramente, consequência de aumentando, aumentando aí a... a participação. Um outro problema que houve também, que acabou selando toda essa história, foi que ficou ao meu encargo fazer um programa social, que ia começar justamente na Zona Sul, que é um programa chamado Comunidade Viva, que era uma tentativa de fazer uma série de programas, que nós iríamos tentar diminuir a violência local. E o Prefeito me pediu que eu coordenasse esse programa — só pra chegar nesse ponto, se o senhor me permite. E eu me reuni com vários Secretários, e convoquei a Presidente-Executiva do CASA, que era quem deveria participar desse programa. Ela impediu que a pessoa fosse presente, e acho que aí acabou selando definitivamente a guerra.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - É... Hoje nós observamos, em alguns momentos, que a ex-primeira-dama, ela é radicalmente contrária à quebra do sigilo,

tanto dela como do ex-marido dela. E colocaram agora há pouco, Sr. Relator, a quebra do sigilo dos quatro depoentes e também dela. Até aí, até esse momento é uma questão política, a quebra dos quatro e dela. Gostaria até de ver quebrado o sigilo bancário dela, até pra gente tirar tudo a limpo, né, porque alguém que viveu tanto tempo... e só agora... Tudo bem que todo mundo bate palmas, mas ainda bem que veio, mas...não sei como vive hoje. Nós não pudemos...Eu não tive a oportunidade de perguntar como é que vive até hoje, porque o Prefeito ganha 6 mil reais por mês. Mas eu acho que se tiver que quebrar o sigilo dos quatro, dos cinco depoentes hoje, primeiramente, para esta Comissão — é essa a direção que eu quero dar —, pra CPI dos Medicamentos é imprescindível a quebra dos laboratórios e das distribuidoras. Por isso que eu queria entrar exatamente naquela expressão que é difícil pra todos dizer e sustentar na questão da corrupção, mas nós só chegaremos, chegaremos ao intento se quebrarmos também das distribuidoras e dos laboratórios. E ela também, na minha inquisição hoje pela manhã, ela dizia: eu estou pronta. Só nesse momento eu não consigo olhar nos olhos daqueles que eu estou acusando, porque eles não são dignos do meu olhar. Mas, na semana que vem, qualquer dia, estarei pronta para uma acareação. Os senhores estão preparados? Isso vale pra todos os depoentes dessa tarde. Dr. Delamanha, está preparado para uma acareação com o a D. Nicéa?

**O SR. ANTÔNIO VICENTE ZAMBON DELAMANHA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - O senhor também?

**O SR. JOÃO NELSON GIUSTI DE FREITAS** - Se eu participar de uma acareação, será a primeira vez que eu vou vê-la, eu nem a conheço. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - O senhor também, doutor...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, eu a conheço, e conheço bem. Sem problemas, sem problemas.

**O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES** - Porque nós não podemos...A CPI não pode ficar discutindo a questão política, enquanto a nossa meta aqui é a questão dos remédios, e se houve realmente um superfaturamento, não é, se houve um superfaturamento. E que tudo indica, Secretário, que há um superfaturamento. Se é da sua alçada, da sua Secretaria, do seu comando, vai ser apurado. A verdade vai aparecer. Por isso, é a colocação que eu faço, Sr. Relator na incumbência da Presidência neste momento, de que seja analisada bem essa situação, e que primeiramente seja colocada a questão dos laboratórios e das distribuidoras,

porque, aí sim, nós, a CPI dos Medicamentos vai cumprir a sua parte. Tudo o que está sendo levantado aqui, que a imprensa está levantando, o Ministério Público, aí, a outra CPI que estão levantando para ser criada, a Câmara Municipal de São Paulo, que é... aí seria o foro legítimo. Mas, enquanto CPI dos Medicamentos...essa a colocação que eu quero fazer, pra que a gente...Nós temos tanto trabalho hoje, Sr. Relator, nós temos tantos documentos pra verificar, e o senhor principalmente, que nós não podemos ficar com pendengas políticas, tirando a direção da CPI, que é a questão dos medicamentos. Obrigado, Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ney Lopes) - Eu cumprimento V.Exa. pela observação. E realmente nós temos que ter muito equilíbrio, muito cuidado para que a CPI não se desvie de seus objetivos, porque senão nós vamos banalizar institutos como o de quebra de sigilo, que passa a ser, ao invés de um instrumento de investigação, um instrumento de...de mera emulação política. É preciso aquilo que eu desde o início aqui tenho insistido: a fundamentação, as razões mínimas que justifiquem, pois essa é a orientação da lei do Supremo Tribunal Federal. E a CPI não pode tudo. Com a palavra o Deputado Vicente Caropreso.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Sr. Relator, também no cargo da Presidência agora desta Comissão, fui informado de que provavelmente haverá mais uma votação nominal ainda, que nós temos que estar atentos a essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ney Lopes) - Pra mim é bom, porque estou perdendo peso, não é, indo e vindo? (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Sr. Relator, Srs. Parlamentares, senhores que vieram prestar esclarecimentos a esta Comissão, eu fui municiado, por alguns Vereadores lá da Câmara Municipal de São Paulo, com algumas notícias. Eu vou começar com o Dr. Pagura, companheiro de profissão e especialidade. Dr. Pagura, o senhor disse pra um jornal chamado **Agora São Paulo**, de que admitiu que o PAS não teria dado certo porque atende a interesses políticos, o senhor disse pra uma repórter. Realmente, o PAS não deu certo por causa disso, Dr. Pagura?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, eu... Tem que fazer uma análise. Hoje nós temos que discutir se o PAS deu certo ou não deu certo. Eu acho que ele deu certo em algumas coisas e não deu certo em outras coisas. Aonde o PAS deu certo? Não há a menor dúvida, eu não era Secretário ainda, antes de assumir, ou dois anos antes da criação do PAS, e vivia-se realmente um problema muito grande

em São Paulo: finais de semana, falta de médicos, falta de plantão, falta de atendimento. Como eu disse, o PAS foi uma..., mostrou uma motivação política de uma modificação da saúde. E nesse ponto, por mais que disse que se atendeu 6 ou 8 milhões ou sete milhões e meio, passou de um atendimento de 4 milhões pra quase 8 milhões. Então, no ponto de vista de atendimento da população, a população gosta do PAS. Vou até lhe dar um outro detalhe. Nessas unidades que nós já estamos retomando, estamos administrando diretamente, com os funcionários que estão voltando, eu tenho vários abaixo-assinados pedindo pra que o PAS de atendimento, quer dizer, o modelo cooperativado de atendimento, volte, porque fixava mais o médico no local. O que pra mim realmente houve de erro, em relação ao PAS — isso é uma avaliação pessoal que talvez o ... até o Secretário anterior, se ficasse mais algum tempo, tivesse feito essa reformulação — , foi a forma rápida como ele foi implantado, isso sim, que eu sempre digo. Porque o ideal que eu vejo é um modelo ágil, flexível, cooperativado, como tem hoje, do ponto de vista do atendimento, atendimento primário, secundário e terciário. Sem uma avaliação, depois de seis meses, um ano, aí, sim, você poderia... um plano piloto, e ser implantado melhor. Então, nesse ponto que eu digo, talvez a euforia do aumento da demanda, da ida do pessoal que tinha quase que..., da dificuldade de atendimento passou a ter um plano de saúde, acabou empolgando e acabou realmente disseminando a implantação.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Extrapolando. Porém, algumas edições de jornais como essa, que... é... envolve alguma parte do PAS com... fornecedores, né, que teriam bancado a campanha de Deputados. Isso realmente se confirmou?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, eu... Existiam essas notícias, nós recebemos, que tinham algumas empresas que prestavam serviços que participavam de doação. Eu informo que, realmente, eu não conheço bem o trâmite dessas doações. Agora, toda doação que é feita registrada e legal, eu acho que é uma doação normal. O que não serve fazer é tirar dinheiro debaixo do pano pra campanha.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Que que aconteceu com aquele módulo e com essa..., com esse cidadão Hanna Garib? Ele...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O módulo foi um dos módulos que foi incorporado. Os módulos acabaram sendo incorporados, né? O módulo...

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Considerado normal, deixado assim ou foi tomado alguma atitude da municipalidade ou até do Ministério Público, na época?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Eu acho que o Ministério Público tá investigando esse caso. Esse deve ser um dos casos que deve estar em investigação no Ministério Público. Existem muitas investigações rolando. Eu não sei eventualmente lhe dizer, mas esta já parte da Prefeitura, e já parte mais... Quando tem uma denúncia desse sentido é mais investigação do Ministério Público. A competência nossa é relativa.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Aqui há uma relação direta...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Direta.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - ...do sistema onde que esse, esse cidadão era o... era o responsável por aquele módulo, e foi bancada a campanha dele por fornecedores. É uma coisa grave, coisa grave.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Esse é o problema do responsável. Todas as notícias que a gente tem...A gente recebe notícias de jornal. Todas as que cabem à Secretaria elas realmente são apuradas. E eu acho que isso é uma coisa de Ministério Público mais Justiça Eleitoral, mesmo porque eu não entendo muito bem como funciona financiamento de campanha.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Dr. Jorge, também numa outra notícia que veio xerocada e passada por fax, lá da Câmara Municipal, diz que o senhor tinha instaurado duas Comissões internas para fazer a varredura em compras suspeitas, e se chegou ao nome de Hussein Hassam Iaktini(?), superintendente do hospital, que tinha sido nomeado por indicação direta da ex-primeira-dama, Nicéa Camargo. O que que aconteceu, na realidade?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O que aconteceu foi o seguinte: havia um gasto, em termos de materiais e remédios, no Hospital do Servidor Público Municipal, que é uma autarquia, que nós consideramos excessivo pelo seu volume. O superintendente atual e o diretor administrativo tiveram conosco, embora seja uma autarquia, na Secretaria Municipal de Saúde. E eu enviei elementos para que o ajudassem a abrir, primeiro, uma comissão de averiguação. E, posteriormente, virou..., teve indícios de que existem problemas naquela autarquia e se transformou numa Comissão já de Sindicância. A averiguação é uma averiguação preliminar.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Ele perdeu o cargo por isso?



---

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não. Ele perdeu o cargo antes, porque houve uma denúncia de que ele havia, tinha o diploma de Administração Hospitalar falso.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Falsidade ideológica.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Falsidade ideológica. E isso foi encaminhado pra os órgãos competentes. Mandamos pra Secretária de Assuntos Jurídicos, tão logo chegou. E isso..., chegou essa denúncia pela Corregedoria, nós mandamos apurar e realmente ficou constatado, ou pelo menos a resposta que veio da mantenedora da universidade onde ele teria feito o curso deu como não-existente, e eu não tive outra dúvida...

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - Eram desdobramentos...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ah, tá, tá na Justiça. Saiu das mãos da Secretaria e foi para a Secretaria de Assuntos Jurídicos.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - O senhor tem conhecimento de que algum... o Hospital Municipal, ele..., ele é... o pessoal da administração lá deixava faltar os medicamentos pra comprar em regime de urgência... Isso acontecia com muita... com muita constância? Como é que...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - O Secretário procede da seguinte forma: ali há uma autarquia, ela, ela anda por lá. Quando eu faço uma comissão, eu procuro não interferir até que eu tenha o resultado final. Mesmo porque eu tenho o costume de receber dos procuradores prontos. Mas essa foi... a comissão de averiguação notou que haviam muitas compras de emergência. E compras de emergência você sai dos processos normais, dos mecanismos. Por essa razão é que foi instituída a Comissão de Sindicância. Não terminou, tá em pleno andamento, mas foi instituída pelo superintendente atual com o auxílio deste Secretário.

**O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO** - O.k. Sr. Relator e Presidente, no momento, eu queria fazer algumas considerações. A Câmara Municipal de São Paulo, ela instaurou, na realidade foram duas Comissões Parlamentares de Inquérito pra averiguar isso que nós estamos agora, aqui, inquirindo essas pessoas. E, na realidade, eu sinceramente acho que essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ela, se for levar até o final todas essas investigações que se fariam necessárias, nos teríamos que criar uma outra Comissão em cima, e deixarmos os nossos objetivos maiores, que são o controle de preço de remédios, a falsificação

de medicamentos, o estímulo à produção de medicamentos dentro do País. Portanto, apesar de até eu ter feito a votação, que uma das pessoas que votou favoravelmente à presença desses cidadãos e também a da D. Nicéa Pitta, eu acho que, se nós formos enveredar por esse caminho, a CPI vai, vai perder muita força, né? E acho que a Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, ela terá autonomia e suficientemente bem equipada pra analisar um problema que é pertencente ao Estado de São Paulo e mais precisamente à cidade de São Paulo. Portanto, essa é uma consideração final que eu gostaria que ficasse registrada, já que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito se desviaria por demais dos seus objetivos. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu quero requerer a V.Exa. que solicite ao Secretário Municipal de Saúde a sistemática de concorrência feita à Secretaria Municipal de Saúde,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Como?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Que V.Exa. autorizasse que fosse solicitado ao Sr. Secretário Municipal de Saúde a sistemática de concorrência que ocorre na Secretaria Municipal de Saúde, para que nós pudéssemos completar o nosso trabalho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sistemática de ocorrência?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - De concorrência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Concorrência. Ah, tá! As concorrências de que tempo V.Exa. quer? Dos últimos dois anos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - As concorrências a partir do momento em que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Do mandato que ele assumiu.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu encaminho a sua secretária, a V.Exa. o pleito de que V.Exa. encaminhe o resultado das concorrências, mais especificamente preços das concorrências vencedoras.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Exatamente.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - A sistemática...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não é a sistemática, são as concorrências mesmo.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A sistemática e o resultado.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Ah, o resultado. Pois não. Faremos esse encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Pode encaminhar, né? Obrigado.

**SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Nós podemos completar nosso trabalho e não precisamos ficar perdendo mais tempo com a questão municipal do Estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo, então, tá. Obrigado, entendeu? Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Foi deferido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Deferido o requerimento e encaminhado à sua secretaria, e a CPI oficiará nesse sentido, tá bom? Tem a palavra o nobre Deputado Bispo Wanderval. *(Pausa.)* Ausente. Com a palavra o nobre Deputado Salatiel Carvalho.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Sr. Presidente, Sr. Secretário de Saúde do Município de São Paulo, demais membros da Mesa, caros colegas. Eu quero aqui, Sr. Presidente, acho que até foi oportuno eu ser um dos últimos a falar nessa sessão, porque após ouvir o questionamento do Relator e após ouvir o questionamento de todos os companheiros dessa Comissão, eu me convenço, Sr. Presidente, que hoje foi um dia realmente absolutamente perdido por esta Comissão. Nós tamos lutando contra o tempo, já estamos na prorrogação nessa CPI, e eu queria dizer isso, Sr. Presidente, pra reforçar minhas palavra no período da manhã, num outro depoimento, porque eu não vi em momento algum, a não ser aqui uma parte do questionamento do nobre Deputado Iris Simões, que se referisse aos reais objetivos. E, agora evidentemente que tudo isso é provocado, porque acho que a CPI ao fazer essas convocações as fez baseada em graves denúncias,

em pesadas denúncias, denúncias que envolveram não só o Município de São Paulo, o Estado de São Paulo, mas denúncias que envolveram o Brasil todo. Acredito inclusive, Sr. Presidente, que quando a Rede Globo, nossa maior rede de comunicação no País, quando a Rede Globo resolveu alterar a sua programação, já havia um Globo Repórter marcado pra aquela sexta-feira, a Rede Globo resolveu alterar o que, nos muitos anos em que eu acompanho a Rede Globo, não sei se houve uma outra alteração, algo tão grave que justificasse que a Rede Globo mudasse a sua grade de programação e trouxesse à luz do conhecimento da opinião pública nacional aquelas denúncias. E aí não tiro a razão nem de V.Exa., como Presidente desta Comissão, nem dos meus colegas que inquiriram nem do meu grande companheiro Relator. E sei as minhas primeiras palavras... V.Exa. se lembra das minhas primeiras palavras quando essa Comissão foi instalada? Fiz uma profissão de fé na capacidade de V.Exa. e na capacidade do Relator de conduzir com absoluta segurança os trabalhos dessa Comissão e, acima de tudo, o cuidado para não deixar que qualquer tipo de pressão desviasse essa Comissão dos seus rumos. Mas acredito que V.Exa., o Relator e os Deputados que requereram — o Deputado Sérgio Novais, o Deputado Arlindo Chinaglia — tiveram absoluta razão, porque foram lançadas para a opinião pública nacional denúncias da maior gravidade. E aí, Sr. Presidente, essas denúncias, que atingem desde o Presidente do Senado, ex-Senadores, não é? A pessoa que fez as denúncias em primeira mão, através do Globo Repórter, tem denunciado o Poder Judiciário. Segundo ela, a decisão do Desembargador de cassar uma liminar envergonha o Poder Judiciário. Ela criticou uma Comissão, duas Comissões do Senado Federal, comparando a Comissão presidida por um Senador do meu partido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Vou interromper V.Exa. pra dizer que V.Exa. ocupa o espaço por três minutos, então chegou a hora da interrupção.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Agradeço, agradeço a V.Exa. Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, só, que aproveitando isso eu acho, Sr. Presidente, que essas acusações são da maior gravidade, inclusive diz respeito contra essa Casa, contra essa Comissão, quando aqui foi lançado pela depoente, na parte da manhã, impropérios, nomes de baixo calão contra os membros dessa Comissão. E eu quero dizer, Sr. Presidente — aí eu queria pedir um pouquinho de paciência a V.Exa., um pouquinho de paciência, porque eu...

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer a V.Exa, o seguinte: aqui eu adoto, por decisão, por critério, ou três minutos...

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Eu já...Eu não vou demorar. Eu não vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Três minutos, e três minutos por Deputado ou então doze corridos.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Eu não vou demorar. Mas, Sr. Presidente, eu acho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - O que não pode é o Deputado fazer um discurso de cinco minutos, entendeu?

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Agradeço, agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Insistiria que V.Exa. colaborasse comigo, porque aí não há debate, aí não há razão de ser.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Vou atender, vou atender V.Exa. Mas, Sr. Presidente, o que eu faço não é discurso. Eu tô fazendo aqui um registro, né? Porque nós estamos falando sobre o objetivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Na forma de discurso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Obrigado. Mas eu quero só dizer a V.Exa.... Então, vou direto aqui ao assunto. Eu queria invocar o próprio testemunho de V.Exa., que acompanhou o depoimento da manhã, queria invocar o testemunho dos colegas aqui desta Comissão e da imprensa que está aqui presente quando o Deputado pelo Estado de São Paulo, o Deputado Neuton Lima aqui fez uma indagação se a senhora Nicéa Pitta teria, em algum período da sua vida, tido algum relacionamento comercial com o Sr. Jorge Yunes, ela disse aqui que não. E, em seguida, quando foi contraditada com o relatório, disse que haveria assinado o relatório em branco. E eu quero passar às mãos de V.Exa., porque isso tá nos Anais. Mentir perante essa Comissão é prestar falso testemunho e aqui está... O senhor vê, Sr. Presidente, eu acho que hoje foi um dia deprimente, porque nós estamos nos envolvendo em caso policial. Eu tenho aqui os termos das declarações da Sra. Nicéa Pitta do dia 6 de junho de 98, prestados perante o Delegado da Divisão de Investigação sobre Crimes Funcionais, onde ela aqui — eu não vou ler, mas só vou dizer aqui o que é mais grave —, onde ela não só afirma que recebeu, em média, 150 mil reais por ano do Sr. Yunes, durante vários anos.

Quando ela aqui se contrapôs à quebra de sigilo bancário, agora eu entendi por que. Porque nesse declara..., nesse depoimento à Delegacia de São Paulo ela disse que mais da metade, 40%, aliás, desses recursos eram em forma de cheques, que ela passava recibo ao Sr. Yunes e que depositava esse cheque na sua conta no UNIBANCO. Portanto, Sr. Presidente, o Brasil inteiro está paralisado por afirmações, por denúncias de uma pessoa que vem aqui, além de ultrajar os Srs. Deputados, nos chamou a todos de burros, vem mentir deslavadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. ocupa há seis minutos.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Muito obrigado. Eu agradeço a V.Exa. por ter sido magnânimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não há como justificar, regimentalmente isso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Já vou encerrar, pra concluir, pra concluir, pra concluir. Mas eu apenas, Sr. Presidente, quero levantar essa questão, que é muito séria, porque aqui as acusações que ela disparou contra o Prefeito, contra o Vice-Prefeito, contra o Presidente da Câmara e inúmeros Vereadores, ou seja, existem acusações da maior gravidade por uma pessoa que sinceramente vem aqui mentir. Eu nem invoco os Anais da Câmara, porque todos ouviram aqui pela manhã. Então, eu só quero dizer, Sr. Presidente, que isso precisa ser levado a sério por esta Casa, né? E deixo esse documento para os Anais desta Casa exatamente porque corrobora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que conclua.

**O SR. DEPUTADO SALATIEL CARVALHO** - Que a Sra. Nicéa Pitta veio realmente aqui sem nenhum preparo, num total desequilíbrio, e isso realmente atinge toda a opinião pública nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa. O documento, se chegar às minhas mãos, passarei imediatamente ao Relator para que sobre ele se pronuncie. Devo dizer a V.Exa. de novo que o discurso de V.Exa. devia ter sido feito na oportunidade da votação dos requerimentos. Prestei hoje pela manhã esclarecimento, volto a prestar. Recebido requerimentos assinados pelo

Deputado Arlindo Chinaglia e pelo Deputado Sérgio Novais, pelo Deputado, pela Deputada de São Paulo, ex-Prefeita de São Paulo, mais o Deputado Evilásio, se não me falha a memória, portanto, por cinco Srs. Deputados, tive o cuidado de fazer uma diligência ao Estado de São Paulo na pessoa do Relator desta Comissão, do autor, Deputado Arlindo Chinaglia, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Deputado Fernando Zuppo. E, seguramente, deve ter outros Deputados que participaram dessa reunião, Neuton Lima, que participaram dessa diligência e trouxeram a esta Comissão a convocação dos quatro senhores que estão à mesa.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, bom, foi pelo Relator. Mas o Relator..., eu falei Relator. Bem, depois disso, a Comissão instou para que fosse ouvida a disposição da Sra. Nicéa. Pela unanimidade sugeri que o Relator fosse o interlocutor. A mim encarregaram de ouvir isso. Ouvi, relatei, e a CPI, por unanimidade a convocou. De forma, Deputado, que não adianta chorar leite derramado. Eu até não participo de tudo que V.Exa. disse, porque eu acho que dos depoimentos aqui, cotejados com o Rio de Janeiro, com aquela Santa Casa do Nordeste, as santas casas *(ininteligível)* e com o depoimento da Sra. Secretária de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, eu acho que vai dar pra avaliar tipos de concorrência e tipos de competição. Não estamos aqui na preocupação de corrupção ou coisa aqui ou lá. Se a descobrir, seremos rigorosos. Mas o problema é do processo de compra, de preço de medicamento. E isso eu acho que a gente teve algum subsídio. De qualquer forma, fica a opinião de V.Exa. Mas eu presto esclarecimento porque fui citado por V.Exa. e não andei desprevenido nisso, não. Volto a dizer: tentei atar o burro à vontade do dono como decidiu essa Comissão. Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja, para discutirmos assunto pertinente a esta CPI. Espero que não faça a provocação que fez pela manhã, entendeu? Ou que os interlocutores não a aceitem. Tem V.Exa. a palavra. Desculpe a brincadeira, Fernando.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu, pela manhã, colocava que as denúncias que foram feitas no País como um todo ensejavam que essa Casa fizesse uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as questões de corrupção relacionadas à questão em São Paulo porque elas atingem o País como um todo. Nós propusemos isso na Câmara e, infelizmente, ela foi derrotada. Mas eu concordo com muito do que foi dito aqui em

relação ao depoimento da Sra. Nicéa Pitta, ou Camargo, como ela quer ser chamada. Foi um depoimento desastroso, porque ela diz uma coisa numa hora, outra em outra e entra em contradição a todo instante. E realmente, ela... Eu até lembrava de uma figura que um velho torcedor do Flamengo lá de Santa Catarina dizia. Quando tinha o jogo de Flamengo e Vasco, e tinha um lateral direito do Vasco que ia bater a falta, ele dizia: não, esse pode deixar chutar. Esse chuta forte, mas muito espalhado. Assim foi a D. Nicéa Pitta, né: chuta forte, mas chuta pra tudo que é lado, e a gente não sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Eu prefiro pensar no Ronaldinho, do Grêmio, do Rio Grande, que chuta direto, sem esparramar.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Mas eu faria de pronto uma pergunta ao Dr. Pagura. O senhor falou de que não existem recursos do SUS neste programa do PAS. Mas não é o recurso do Fundo Municipal de Saúde que não são repassados?

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Os recursos do Fundo Municipal de Saúde, desde a época que eu assumi, eles são utilizados unicamente pela rede administrada pela Prefeitura Municipal de Saúde.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Eles não vão...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Não, não vão pras cooperativas. Uma vez que eu estava ausente da comissão, da comissão, do Conselho Municipal de Saúde, (*ininteligível*) fundos, que foi aprovado a troca de uma ampola de aparelho de raio X, que é da Prefeitura, mas estava no Hospital do Modelo Cooperativado, eu tive que suspender, porque já sabia que não poderia utilizar e logo iria entrar uma ação civil pública pra não poder usar. Então, todo o dinheiro do modelo cooperativado nenhum tostão vem do SUS...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Nem do Fundo Municipal de Saúde.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Nem do Fundo Municipal de Saúde.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Mas o Conselho Municipal de Saúde é que dá parecer sobre esses recursos que vão...

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Olha, quando assumimos havia aquela discussão entre um Conselho antigo e um Conselho que havia sido nomeado. De qualquer forma, eu, para não ter nenhum tipo de problema de ordem... jurídica, embora até Procuradores entendessem que eu pudesse usar, eu nunca deixei que



a verba FUNDES fosse usado pro modelo cooperativado. Mas é uma verba pequena também, porque são só poucas unidades.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Bom, esta CPI, aqui, tem por finalidade, a finalidade precípua dela é discutir a questão de preço de medicamentos, fiscalização, falsificação de medicamentos. E nós entendemos que já tiveram várias CPIs a respeito de medicamento, acho que esta está se conduzindo muito bem pelo Sr. Relator e pelo eminente Sr. Presidente, mas realmente esses problemas eles são em muito de outra natureza — processo econômico do País, da proteção de multinacionais — e é difícil resolver esse problema. Mas quando a gente vê esse relatório que foi nos apresentado de manhã aqui, parece que são notas fiscais verdadeiras — Comercial Araçaí, relativo a Cooperativa dos Profissionais de Saúde da COOPERPAS, quinze, então, tem várias aqui. Claramente, se isso é verdade os preços são superfaturados, porque a gente de medicamento, do custo, entende. Eu tive oportunidade de levantar hoje de novo. Então, veja, assim: o Omeprasol, uma ampola, 41,50 reais. O Hospital de Santa Catarina, da minha cidade, Municipal, comprou essa semana, por 17,6, não é? Eu tive até curiosidade de manda comprar ali na farmácia uma ampicilina, aqui, na farmácia da Câmara, que eu acho que é a farmácia mais cara do mundo, né? Sessenta por cento do preço da ampicilina, que está aqui, que está 1,23, custa ali na farmácia da Câmara. Então, tem que aconselhar esse gestor a vim comprar aqui na farmácia da Câmara, que é mais barato. Sessenta por cento do custo de um comprimido de ampicilina aqui na farmácia da Câmara, está aqui a nota, é o que custa em relação ao que está na nota aqui. Cefalotina: 4,49, o valor unitário. O custo, hoje, é 1,70, nós pagamos lá em Santa Catarina, não é? E por aí fora. Quer dizer, eu levantei. Mas a maioria dos medicamentos aqui, por esta nota, eles custam três vezes mais do que o custo real. Então, se isso aqui é verdade, estão superfaturando, não é? Isso não quer dizer, né? Isso não é comprovação nenhuma — eu falei pra Sra. Nicéa Pitta — que haja corrupção, porque isso é uma denúncia...As provas aqui de que há superfaturamento são evidentes. Isso pode acontecer por vários motivos, não é? Pode acontecer porque a licitação foi inadequada, a nossa lei é equivocada. Talvez tenhamos que corrigir, talvez seja essa a conclusão que chegue aqui a CPI. Pode acontecer por vários motivos. Mas também pode acontecer por malversação do dinheiro público, não é? E, aí, eu quero concordar, Sr. Secretário, com a única coisa... uma coisa que eu quero

concordar, que foi levantada pelo Arlindo Chinaglia e outros Deputados aqui, que mesmo que os recursos não sejam do SUS, não sejam do Fundo Municipal de Saúde, sejam recursos orçamentários, que sejam conveniados e, portanto — já vou encerrando, Sr. Presidente, está me olhando —...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Não, V.Exa. não...Ainda há tempo. V.Exa. ainda tem tempo.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - ...sejam recursos gerenciados na forma de convênio, eu acho que há uma responsabilidade. Isso a legislação tem clara jurisprudência da Secretaria Municipal de Saúde. É claro, tanto a forma de denúncia, que tem que ser apurada — e V.Sa. colocou muito bem aqui quando é denunciado tem que apurar — , isso é explicitamente objetivo, a responsabilidade, mas também quando há denúncias gerais da fiscalização. Então, se isto é verdade os medicamentos são superfaturados e muito superfaturados, não é. É um exagero o que está aqui. É um exagero! É tudo três vezes mais o preço do que tá aí. Tá mais caro aqui do que na farmácia da Câmara. Então, é nisso...Eu não sou nenhum... A gente não tem nenhuma função de julgar aqui e nem pode, não tem informação suficiente, não é? Aliás, acho que o depoimento que V.Sa. deu aqui foi muito mais coerente do que o da manhã, porque o da manhã foi um depoimento desastroso em termos de informação, foi tiro pra cá, tiro pra lá...Agora, é preciso, realmente...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ ÍNDIO** - Deputado, qual é a data dessas notas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado,...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - As notas que foram passadas de manhã aqui, pela... pela D. Nicéa: Comercial Araçaí...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Ele pergunta a data.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - A data é 2 de setembro de 99; 3 de setembro de 99.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Quer dar o número da nota?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - 00225.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Prossiga.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Então, encerrando, eu acho que independente da... Nós temos uma tese, nós do PDT, temos uma tese que precisa uma CPI — que não é fórum adequado aqui —, precisa uma CPI na Câmara pra

investigar... E menos as questões de remédio. Estamos mais preocupados ainda com a questão dos precatórios, porque são bilhões de reais, igual ao Banco do Brasil, coisas graves, que nós temos que avaliar. Essas coisas a gente não pode passar em branco. E também essas questões de remédios, aí, não é, valores menores, mas não menos importante do que corrupção, que não é uma questão só de valor. Agora, eu encerro por aqui e sugerindo realmente que se faça uma reavaliação nessa questão de compra em São Paulo, porque se isso é verdade estão superfaturados. Não quero fazer nenhuma insinuação, porque não é minha competência aqui, nem posso fazer isso. Aliás, não... , acho que a gente não deve fazer isso, porque, né, o nosso papel aqui... Às vezes eu vejo aqui as pessoas são muito rápidas pra fazer acusação e a gente não pode fazer isso, porque não é... Sem provas é muito..., é muito difícil isso e... e tem coisas que são muito mais importantes, que é a dignidade das pessoas e a gente não pode ficar acusando a toda santa hora. Mas, agora, esses papéis evidenciam que é superfaturamento, e é preciso a gente avaliar. E passo a palavra... Já encerro o meu depoimento e passo a palavra pro outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o depoente, Dr. Pagura.

**O SR. JORGE ROBERTO PAGURA** - Prezado Deputado, agradeço a forma como o senhor fez as colocações. Tá aqui "colocações ou papéis" eventualmente mostrados não signifiquem que alguém é responsável por isso até que ele avalie. Não houve ninguém... Eu disse desde o início da minha entrada na Secretaria: sempre fui pra dois tipos: controle, apuração e diminuição da... dos preços de medicação. Dentro de toda esta avaliação nossa, entre as cooperativas privadas e o nosso próprio setor, como eu cheguei a repetir, nos chegamos a mandar uma delegação que chegou a Cuba, aonde nós tínhamos a possibilidade de comprar remédio ainda 40% mais barato do que o nosso preço. Falei: vamos ver pra ver se a gente compra. Não que eu queira desprestigiar a indústria nacional, muito pelo contrário. Mas eu precisava ter base pra alguma coisa. Porque quando você vai comparar os preços..., não que eu defenda isso, acho que isso aí tem que apurar, tem que ver. E se alguém malversou, alguém fez tem que ser punido. Aliás, nesse caso,... e também na Cooperativa de Tatuapé, nós temos aí vários tipos de averiguação, inclusive já a nível de Ministério Público e Comissões de Sindicâncias, de denúncias feitas, pra apurar responsabilidades nesse sentido. Então, esse..., o

Tatuapé, que realmente nos deu um trabalho muito grande, tem uma série de dados. E nós estamos aqui. Tem comissão de averiguação que já está..., as conclusões já no Departamento de Procedimentos Disciplinares. Tem ainda formulações que já foram encaminhadas ao Ministério Público. Então, o que nós estamos fazendo é uma grande avaliação do sistema, é uma grande avaliação do modelo, e sempre em busca da correção e do menor preço a ser obtido. Por isso é que tomamos aquela, aquela iniciativa. Então, o Secretário que manda alguém a Cuba, que teoricamente seja conivente com o superfaturamento, manda uma equipe a Cuba pra comprar mais barato, retoma unidades pra entrar no processo do...do dose certa, que é um processo onde vamos receber medicamento de graça e monta uma controladoria pra tentar ver que essas distorções não ocorram, que como é um modelo pronto seguramente isto, se é que ocorreu com superfaturamento, não passaria, é um Secretário que tá indo pra uma outra linhagem. É um Secretário que tá realmente tentando buscar o modelo. Não é um modelo fácil de dirigir, entre você ter um modelo híbrido de compras pela Secretaria e compras por unidades privadas. Nós estamos tentando equacionar. Agora, o mais importante, nobre Deputado, nunca esse Secretário deixou de apurar nada. Como eu disse, pode ser que uma dessas denúncia esteja com conta glosada, esteja com pagamento suspenso ou já esteja até numa fase da.... Procede, que é o assunto jurídico, porque várias vezes nós mandamos problemas do módulo da Cooperativa 15 pro...pro Departamento Jurídico da Prefeitura. Então, tudo isso tem que ser avaliado com parcimônia, com tranqüilidade e com eficiência e com a punição dos culpados, sejam eles quem forem. O Secretário não abre mão disso, porque tem a certeza absoluta. Deles só partiram realmente colocações que partiam em busca de uma diminuição do custo e da apuração dos fatos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Eu volto a insistir na seguinte informação: amanhã a nossa audiência com o Presidente foi..., por motivo de força maior, foi cancelada. Então, não haverá visita ao Presidente, que foi transferida pra quarta-feira da outra semana. E nós vamos fazer uma reunião interna na sala 129, às 14h30min, trabalhos internos porque não dá pra convocar ninguém amanhã. Mantém-se a reunião de quinta-feira pela manhã, nove horas da manhã.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Quinta-feira de manhã qual é a pauta Presidente?

---

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Marchezan) - Quinta-feira de manhã nós vamos ouvir o Sr. Nelson Brasil, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades - ABIFINA, e o Dr. José Correa da Silva, Diretor do Conselho da Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica — ABIQUIF, e o Embaixador José Botafogo Gonçalves, representante especial do Presidente da República para assuntos do MERCOSUL. Eu incluiria aqui alguém da flora, da fauna e da pesquisa. Mas não...não vai dar pra gente fazer isso amanhã. Não havendo mais nada a tratar, eu encerro esta reunião, agradecendo a presença dos ilustres depoentes, Dr. Jorge Pagura, Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, Dr. César Castanho Júnior, Chefe de Gabinete do Secretário Municipal de Saúde, do Dr. Antônio Vicente Zambon Delamanha e do Dr. João Nelson Giusti de Freitas. A todos os Srs. Deputados, imprensa, convidados muito obrigado. Está encerrada a reunião.